

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – RJ
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO
PARA A CIDADANIA: O CASO FURNAS**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA
BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GLÁUCIA PAULA BERNARDES GUARANY

Rio de Janeiro

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen

Guarany, Gláucia Paula Bernardes
Responsabilidade social e educação para a cidadania: o
caso Furnas / Gláucia Paula Bernardes Guarany. – 2003.
122 f.

Orientador: Fernando Guilherme Tenório.
Dissertação (mestrado) – Escola Brasileira de
Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação
Acadêmica e Pesquisa.
Inclui bibliografia.

1. Responsabilidade social da empresa – Estudo de
casos. 2. Cidadania. I. Tenório, Fernando Guilherme. II.
Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas.
Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 658.408

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO M ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

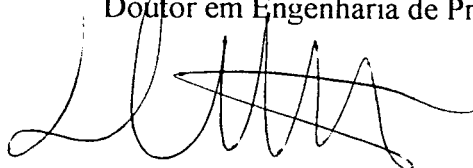
RESPONSABILIDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: O CASO
FURNAS.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR
GLÁUCIA PAULA BERNARDES GUARANY

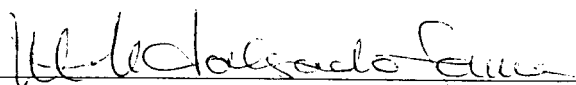
E
APROVADA EM 20/05/2003
PELA COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Fernando Guilherme Tenório
Doutor em Engenharia de Produção



Profª. Deborah Moraes Zouain
Doutora em Engenharia de Produção



Profª. Maria Clara Salgado Gama
Doutora em Educação

“Se não morre aquele que escreve um livro ou planta uma árvore, com mais razão não morre o educador, que semeia vida e escreve na alma.”

Bertold Brecht

DEDICATÓRIA

*Ao meu pai – educador por excelência -, pelo norte e
estrela guia na carreira acadêmica; à mãe, pelas raízes
que tão bem soube deitar e pela fé incondicional;
e ao meu grande parceiro de vida que
compartilhou comigo esta delicada estrada.
Meu amor e reconhecimento a todos.*

AGRADECIMENTOS

Ao Pai, pelos caminhos que me permite trilhar.

Aos meus irmãos Alzira e Júnior, pela força descomprometida, e aos meus sobrinhos Amanda, Bernardo e Jorge Wilson, pela alegria e luz que trazem a minha vida.

Aos queridos mestres Anna Maria Campos, Enrique Saravia, Marcelo Fernando, Valderéz Fraga e Vera Corrêa, pelo aprendizado para a carreira e para a vida. Meu reconhecimento e gratidão pelas oportunidades proporcionadas e pelas boas conversas que, despretensiosamente, fincaram raízes.

Ao meu orientador, pela tolerância e empenho em acreditar que daqui poderia sair algo.

Aos membros da banca Prof^a Dr^a Débora Zouain e Prof^a Dr^a Maria Clara S. Gama em ceder seu tempo e dedicação de análise, contribuindo para uma maior excelência acadêmica.

Aos grandes profissionais Juarez, Vânia, Zé Paulo e Bruno que sempre tiveram um sorriso presente para nossas insistentes solicitações, e aos colegas da biblioteca – Denise, Malaquias, Marcelo, Vitor e Virgílio – pela constante atenção e paciência nos momentos finais de nossa pesquisa.

Ao querido amigo Edinelson Azevedo, pelas preciosas indicações bibliográficas, pelos empréstimos de textos, e principalmente, pelos debates informais que travamos e que tanto me auxiliaram a organizar idéias antes caóticas. Aos amigos de turma e em especial Carla, Fabio e Maira. Pela convivência e aprendizado.

Aos profissionais de Furnas – Ana Cláudia, Isabel Carolina, Terezinha Martinez e Gisele Oliveira – pela receptividade e benevolência que foram determinantes para o êxito deste trabalho.

Aos amigos que, ao reclamarem minha ausência e indagarem sobre a pesquisa, foram responsáveis, em grande medida, pela motivação de não desistir. Já estou retornando...

Aos amigos e profissionais da Universidade Veiga de Almeida e da FUNCEFET por acreditarem em meu potencial e me abrirem as portas para iniciar esta longa jornada.

E, sobretudo, a minha amada mãe, Joana BERNARDES GUARANY, pelo apoio e estímulo inabalável e incondicional e, ao amor da minha vida, HÉLIO ARAÚJO, pela alegria constante, cumplicidade, tolerância e fé na vida, nas pessoas e em nós.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar se as ações sociais, com viés educativo, promovidas por Furnas Centrais Elétricas, promovem a cidadania. Para tal, foi realizada uma pesquisa qualitativa-descritiva, com dados coletados a partir de entrevistas semi-estruturadas realizadas com 34 (trinta e quatro) pessoas, sendo 8 (oito) empregados da instituição e 26 (vinte e seis) das comunidades participantes dos projetos por ela desenvolvidos. Esta divisão deveu-se à necessidade de confrontar as visões de cada grupo quanto ao entendimento do significado de cidadania. Os depoimentos revelaram uma riqueza de interpretações, havendo uma predominância conceitual que a nós surpreendeu. Constatamos que, apesar da maioria afirmar conhecer o termo, há uma dificuldade em defini-lo – passagem do conhecimento tácito para o explícito -, como se a sua amplitude e complexidade conceitual não coubessem em poucas palavras. Concluímos apresentando sugestões de um trabalho que possibilite uma discussão mais ampla sobre o tema a fim de permitir uma atuação mais pontual e efetiva em busca da emancipação.

PALAVRAS-CHAVE: responsabilidade social, educação, cidadania.

ABSTRACT

The present study had as objective to analyze if the social actions, with educative bias, promoted for Furnas Centrais Elétricas promote the citizenship and the social emancipation. For such, a qualitative-descriptive research was carried through, with data collected from interviews half-structuralized carried through with 34 people, being 8 used of institution and 26 of the participant communities of the projects for it developed. This division had it the necessity to be collated the views of each group how much to the agreement of the citizenship meaning. The depositions had disclosed to a wealth of interpretations, having a conceptual predominance that we surprised. We evidence that, despite the majority affirming to know the term, it has a difficulty in define it - passage of the tacit knowledge for the explicit one -, as if its amplitude and conceptual complexity did not fit in few words. We conclude presenting suggestions of a work that makes possible an ampler quarrel on the subject in order to allow a prompter performance and effective in search of the emancipation.

WORD-KEY: social responsibility, education, citizenship.

LISTA DE TABELAS E ORGANOGRAMA

1. Tabela 1 – Demonstração do relacionamento entre os Interlocutores de uma Organização – Stakeholders..... 41
2. Organograma 1 – Tipos de Responsabilidade Social..... 42
3. Tabela 2 – Resultados da Pesquisa sobre o Comportamento do Consumidor Brasileiro frente às Práticas Sociais das Empresas..... 47
4. Tabela 3 – Tipos de Cidadania frente a algumas Dimensões Sociais..... 59
5. Tabela 4 – Lista das pessoas entrevistadas participantes da pesquisa..... 91

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
II. CAPÍTULO 1 – ESTADO E SOCIEDADE	12
1.1 Keynesianismo, Welfare State e Estado Mínimo	12
1.1.1 Welfare State – Do Estado Forte à Crise.....	14
1.2 Capitalismo e Globalização: Fato ou Discurso?.....	18
III. CAPÍTULO 2 – GESTÃO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL	23
2.1 Gestão Social e o Terceiro Setor.....	23
2.1.1 A Vez do Cidadão.....	23
2.1.2 A Via Intermediária	27
2.2 Ética Empresarial e Responsabilidade Social.....	32
2.3 Histórico da Responsabilidade Social das Empresas.....	34
2.4 Evolução do Conceito.....	37
2.5 Tipos de Responsabilidade Social.....	42
2.6 O Voluntariado.....	46
2.7 O que se Ganha com as Ações Sociais.....	47
III. CAPÍTULO 3 – CIDADANIA E EDUCAÇÃO OU EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA?	49
3.1 A Cidadania no Ocidente.....	50
3.2 Educação.....	53
3.2.1 O Papel da Educação nos Trilhos da História	54
3.2.2 Em Busca da Educação Cidadã	56
3. A PESQUISA: O CASO FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS.....	64
I. CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA.....	64
4.1 Delimitação do Estudo	64
4.2 Tipos de Pesquisa.....	65
4.3 Universo e Amostra.....	66
4.4 Seleção dos Sujeitos.....	66

4.5 Coleta de Dados.....	67
4.6 Tratamento dos Dados.....	67
4.7 Limitação do Método.....	68
II. CAPÍTULO 5 - A EMPRESA	69
5.1 Histórico da Organização.....	69
5.2 O Compromisso Social de Furnas	70
5.2.1 Algumas das Ações Sociais Desenvolvidas por Furnas.....	73
5.3 Os Comitês da Ação da Cidadania.....	79
5.3.1 Algumas das Ações Sociais Desenvolvidas pelos Comitês.....	81
5.4 A Política Social de Furnas.....	83
5.4.1 O Voluntariado em Furnas.....	84
III. CAPÍTULO 6 – OS PROJETOS PESQUISADOS.....	88
6.1 A Pesquisa de Campo.....	88
6.1.1 Resultados da Pesquisa Bibliográfica - O Discurso da Empresa	88
6.1.2 Os Projetos Pesquisados.....	90
IV. CAPÍTULO 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
7.1 Análise dos Resultados das Entrevistas.....	93
7.2 Conclusão da Pesquisa.....	104
4. BIBLIOGRAFIA.....	110
5. ANEXOS.....	118

1. INTRODUÇÃO

O século XX caracterizou-se como uma era de grandes contrastes, de paradoxos, de antagonismos inaceitáveis. O homem é capaz de ações diametralmente opostas como mapear o genoma humano e matar por apenas discordar; desvendar o vírus HIV e ignorar - e muitas vezes temer - os malabaristas de trânsito; inventar a Internet que permite um mundo sem fronteiras e presenciar nesta a estupidez de uma guerra. Temos sido capazes de avanços tecnológicos miraculosos nos últimos anos e cada vez mais retrocedemos em nossa humanidade.

Este trabalho é fruto de uma inquietação pessoal: conhecer o movimento das organizações empresariais frente ao caótico quadro social atual. E, diante deste conhecimento, crendo que educação é um dos caminhos para a equidade social, eliminando ou minimizando as diferenças, compreender como estas acreditam poder contribuir para um mundo melhor a partir da promoção da cidadania, aspecto este tão valorizado e propagado pelas organizações.

É no final dos anos 80 que o termo cidadania começa a fazer parte do discurso do empresariado brasileiro. Naquele momento começa a tomar força o sentimento de que o Estado sozinho não seria capaz de atender e solucionar as demandas sociais. Como parte deste macrosistema as organizações começam a se manifestar, aceitando a idéia de que possuem um papel que extrapola a geração de riqueza. Este novo conceito de papel social das organizações surge como uma compensação, uma contrapartida pelos ganhos adquiridos com a exploração de recursos fornecidos pela sociedade.

O primeiro tema desenvolvido será Estado e sociedade numa tentativa de estabelecer uma visão panorâmica que contextualize o mundo tal como se apresenta. Dissertaremos sobre o advento do Estado de bem-estar social, seu apogeu e glória, bem como seu declínio e reflexos na atualidade. Em seguida analisaremos o fenômeno da globalização num sistema capitalista, a partir de um enfoque histórico e político, pontuando ganhos e perdas e seus possíveis horizontes.

Esta contextualização objetiva justificar o surgimento do Terceiro Setor, a Gestão Social como um processo mais democrático e legítimo e o papel das organizações dentro deste novo cenário. Discutir o papel das organizações como agentes sociais é uma das missões deste capítulo. Isto posto, introduziremos no capítulo 2 a idéia de Gestão Social como caminho mais adequado para a construção, ou reconstrução, de uma sociedade mais justa e

igualitária. Neste contexto discutiremos o surgimento, a relevância e a atuação do Terceiro Setor, bem como sua relação com as organizações públicas e privadas, e a sociedade em geral.

Da análise destas relações resultará o espaço para introduzir o conceito de Responsabilidade Social Corporativa. Traçaremos o histórico deste conceito; sua evolução ao longo dos últimos anos; a polêmica conceitual inerente a uma nova idéia e sua íntima relação com a ética e a moral dentro das organizações.

O último capítulo do referencial teórico é dedicado à questão da educação como investimento social e à idéia de cidadania como condição básica para uma sociedade organizada e consciente – abordando o conceito de consciência cidadã que conflagra no de capital social.

Ao reconhecermos que a responsabilidade social corporativa modifica o comportamento das empresas em relação à forma de condução dos seus negócios, cria uma relação de parceria com clientes e fornecedores e aumenta a motivação de seus agentes sociais, esse tema passa a ser de suma importância para a sobrevivência das empresas à medida que se transforma em vantagem competitiva ao agregar valor social ao negócio.

No referencial prático apresentaremos a metodologia desenvolvida, a empresa alvo deste trabalho, descrevendo seu histórico, sua atuação social, os projetos que desenvolve, bem como os estudos, as entrevistas realizadas interna e externamente, e por fim as conclusões a que chegamos.

OBJETIVO DA PESQUISA

A escolha do tema Educação e Cidadania deveu-se ao fato de que esta área é um dos alvos de maior investimento na prática social das organizações. Esta se justifica, no discurso empresarial, através do investimento no indivíduo, a fim de que se torne cidadão e sujeito de sua própria história, como a via mais efetiva de transformação social. Educação e conhecimento são vistos como estratégia primordial do desenvolvimento.

O objetivo final deste trabalho é identificar se a organização em estudo possibilita, através de suas ações sociais externas em educação, a promoção da cidadania, e por conseqüência, busca a emancipação social das comunidades ou indivíduos que participam de suas ações.

Partindo da premissa de que todo trabalho educativo, se comprometido e crítico, pode ser um poderoso veículo de transformação e superação tanto em nível pessoal quanto no

coletivo, também é objetivo deste trabalho descrever a percepção e entendimento do significado e sentido de responsabilidade social e cidadania tanto para os profissionais que instituem as ações quanto para os agentes sociais que participam destas, finalizando por avaliar sua efetividade, concluindo se estas caminham ou não na direção do conhecimento emancipatório.

Pelo apresentado acima, são questões que precisam ser respondidas:

- a) Quais são os objetivos da empresa ao investir em ações sociais?
- b) Existe um processo participativo de preparação, discussão e adequação do projeto à realidade local da comunidade beneficiada?
- c) Quais as formas de avaliação utilizadas pela organização para medir a efetividade de seus projetos sociais à medida que o objetivo maior é a organização comunitária com vistas à emancipação social?
- d) Os modelos de avaliação levam em consideração a avaliação da comunidade quanto à efetividade, ou seja, o grau de contribuição e mudança promovido pelas ações sociais?
- e) Há algum acompanhamento após o término dos projetos que visem mensurar a perpetuação da mudança?

Acreditamos ser importante registrar que consideramos que os determinantes culturais, sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e geográficos exercem forte influência, bem como o tamanho da empresa, seu ramo de atuação e outros fatores específicos de cada organização na assimilação do conceito de emancipação ou regulação na promoção da cidadania. Por tal, podemos afirmar que o investimento em ações sociais externas em educação, bem como as expectativas, resultados e retornos esperados são diferentes nos diversos setores empresariais e regiões do Brasil. E, devido a estes diversos condicionantes, a avaliação da efetividade das ações sociais externas em educação deve ter graus e/ou posicionamentos diferenciados quanto aos objetivos e resultados alcançados, tanto na visão do empreendedor quanto na visão do agente social participante da ação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1 – ESTADO E SOCIEDADE

.....

Neste primeiro capítulo apresentaremos um panorama político-econômico do mundo dos anos 30 a atualidade, com a intenção de contextualizar o ambiente no qual vem surgir a temática da responsabilidade social.

.....

1.1 KEYNESIANISMO, WELFARE STATE E ESTADO MÍNIMO

“A mais plena expressão de cidadania requer um estado de bem-estar liberal-democrático. Ao garantir a todos os direitos civis, políticos e sociais, este Estado assegura que cada um integrante da sociedade se sinta como um membro pleno, capaz de participar e de desfrutar da vida em comum. Ali onde algum destes direitos seja limitado ou violado, haverá gente que será marginalizada e ficará incapacitada para participar” (MARSHALL apud KYNLICKA, 1996:8).

A luta e a conquista de direitos – dos civis aos sociais – é algo bastante recente na história da humanidade. Os primeiros direitos se estabelecem na Inglaterra do século XVIII, os chamados direitos cívicos, apoiando-se nas instituições do direito moderno e do sistema judicial que o aplica (SANTOS, B., 1999). No século seguinte é a vez dos direitos políticos se materializarem através dos sistemas políticos em geral. Por fim, no século XX, os direitos sociais, tais como educação pública, assistência sanitária, seguros-desemprego, saúde, aposentadorias, têm sua plenitude após a 2ª guerra mundial com a consolidação da sociedade comprometida com o bem-estar social geral, gestada no ideal de Estado do economista inglês John Maynard Keynes (SANTOS, B., 1999).

Ter um modelo de crescimento, garantir o pleno emprego e a distribuição de renda foram os alicerces da concepção do estado keynesiano. Este novo tipo de estado teve sua consolidação no pós-guerra, resultando num apogeu sem precedentes de todas as economias capitalistas desenvolvidas. São os chamados trinta anos gloriosos. Para compreendê-los melhor é preciso recuar brevemente ao início do século, a então “Grande Depressão” que se estende de 1929 a 1933. Esta crise provoca profundos abalos nos alicerces (estruturas

produtivas, financeiras e comerciais) das economias capitalistas, pondo em xeque e trazendo para as arenas de discussão os benefícios e garantias das políticas de *laissez-faire* que asseguraram os mecanismos de livre mercado.

Intensos debates teóricos se reiniciam, nos quais chega-se à conclusão de que os objetivos macroeconômicos de crescimento estável não mais eram comportados – nem compatíveis – com as políticas de livre mercado. O Estado é chamado a redefinir seu papel nas economias capitalistas. Uma nova concepção teórica de Estado é sintetizada a partir dos prognósticos de Keynes. Segundo Leal (1990:4), “o pensamento keynesiano representou o elemento que faltava para legitimar e organizar a nova política econômica. Praticando uma política anticíclica, enquadrando e reforçando a pura economia de mercado, esse estado poderá reivindicar a economia em seu conjunto e orientá-la no sentido do bem-estar geral.”

“Essa visão opunha-se à racionalidade do livre mercado e às políticas de socialização radicais. Em seu lugar, emergia uma proposta de socialização mais ampla, assentada em pressupostos distributivistas e baseado no primado do cidadão e do consumidor sobre os produtos” (GLUCKSMANN e THERBORM apud LEAL, 1990:9).

Há uma verdadeira passagem histórica para novas formas de relação entre o Estado e a sociedade. Este novo Estado cresce em tamanho político e social, responsabilizando-se pela regulação da força de trabalho e das relações sociais, bem como garantindo, por meio da intervenção, o processo de acumulação, sem contudo apropriar-se dos meios de produção privados. Boaventura de Souza Santos (1999) caracteriza-o como o período do capitalismo organizado, tendo como base a cidadania social – não mais a civil e a política do capitalismo liberal –, porque teve como base o interesse das classes trabalhadoras. Esta filosofia de Estado entrou em choque considerável com o mercado, conduzindo a uma relação mais equilibrada entre o princípio de Estado e o princípio de Mercado.

Foi a partir do *Welfare State* que a assistência social se consagrou como política pública importante, defendendo a idéia de que a sobrevivência material das pessoas é mais importante do que os valores de mercado (BOBBIO apud DEMO, 1997).

O Estado do bem-estar social caracterizou-se por pelo menos dois fatores essenciais:

“de um lado a presença de um sistema econômico altamente produtivo e que permitia uma absorção da força de trabalho, com lapsos (excepcionais) de pleno emprego, como no pós-guerra; de outro, avanços expressivos de cidadania e da democracia impulsionados em grande parte pela evolução quantitativa e sobretudo qualitativa dos sistemas educativos, em particular públicos, que possibilitaram a relativa superação da pobreza política da

população, abrindo caminho para formas mais efetivas de consciência crítica e organização política da cidadania” (DEMO, 1997:44).

A partir do tripé Estado-capital-trabalho foi possível estabelecer uma combinação mais justa entre capitalismo e democracia

O caráter reformista do estado keynesiano constituiu-se no eixo condutor das estruturas do *Welfare State*. Assim, os alicerces nos quais se baseiam a filosofia e estrutura do estado de bem-estar social estão inextricavelmente associados à proposta política keynesiana.

1.1.1 WELFARE STATE – DO ESTADO FORTE À CRISE

“Seria de todo relevante perceber que o Welfare State, por mais que tenha sido um progresso extraordinário dentro do sistema capitalista, não mudou sua essência, a começar pelo fato incontestável de jamais ter conseguido alastrar-se para as periferias. Alguns países alcançaram tais avanços, e agora, num outro momento, estão se tornando cada vez menos numerosos. Quer dizer, o bem-estar do centro não pode ser desvinculado dialeticamente do mal-estar nas periferias. As esperanças depositadas na possibilidade de submeter o mercado às necessidades básicas da população foram, de novo, fraudadas, tornando o discurso dos direitos humanos a cortina de fumaça para encobrir toda a sorte de discriminações, em particular no assim chamado Terceiro Mundo” (DEMO, 1997:54).

A implantação do Estado de bem-estar social nos limites do Estado keynesiano tem efeitos indiretos, como a formação de uma burocracia que, construída e levada por interesses e comportamentos divergentes, interferem na gestão e no controle das políticas públicas. Além disso, provoca um adensamento do aparelho econômico do Estado e um grande peso ao emprego público.

Para Leal (1990), o *Welfare State* traz em seu bojo a própria contradição capitalista: tanto é funcional ao processo de acumulação, quanto atende à classe trabalhadora via concessão de benefícios sociais. Em outros termos, O'Connor também defende esta idéia em sua Teoria da Crise Fiscal quando afirma:

“Nossa primeira premissa é a de que o Estado capitalista tem de tentar desempenhar duas funções básicas e muitas vezes contraditórias: acumulação e legitimação. Isto quer dizer que o estado deve tentar manter, ou criar, as condições em que se faça possível uma lucrativa acumulação de capital” (O'CONNOR, 1977:19).

Entretanto, o Estado também deve manter ou criar condições de harmonia social. Um Estado capitalista que empregue abertamente sua força de coação para ajudar uma classe a

acumular capital à custa de outras classes perde sua legitimidade e, portanto, abala as bases de sua lealdade e apoio.

Segundo Freitag (1990:89):

“o intervencionismo estatal atua pois, em dois planos, o econômico, manipulando as crises cíclicas da economia e limitando os riscos para os empresários individuais ou cartéis; e o político, amortecendo o conflito entre as classes de proprietários dos meios de produção e as classes operárias, e procurando cooptar essa última em nome do progresso econômico e o bem-estar social. Enfim, regula a economia e as formas de organização da vida cotidiana, despolitizando a esfera pública e cooptando mediante subvenções financeiras as organizações políticas da sociedade. Em outras palavras, desativa a luta de classes em nome do bem-estar de todos.”

Draibe e Henrique (1988) acreditam que esta crise do Estado do bem-estar social surgiu da parceria entre política social e política econômica, em que o *Welfare State* deveria regular e estimular o crescimento econômico e ao mesmo tempo solucionar problemas sociais.

O *Welfare State* acabou por depender demasiado de concessões econômicas permitidas a fortes grupos organizados. Neste processo, a política acaba por se reduzir na interação de coalizões entre grupos, abrindo espaço para o aparecimento de tendências corporativas de negociação direta. Seguindo este movimento, metas e objetivos, bem como os recursos destinados acabam por ficar a mercê dos interesses daqueles que tiverem maior poder político e econômico. Terreno fértil para a indústria lobista.

Para Leal (1990), numa relação desigual de poder, resta cada vez mais ao Estado ceder às pressões dos grupos organizados no que se refere ao cumprimento dos acordos estabelecidos, levando a uma inevitável expansão do *Welfare State*. Possibilita-se assim o círculo vicioso: maior pressão gerando maiores recursos que por sua vez geram e criam maiores necessidades. O Estado infla de um modo tal na intenção de atender a intermináveis demandas sociais que acaba por gerar déficits homéricos em sua estrutura financeira.

O Estado do bem-estar se transformou, sobretudo, numa máquina cada vez mais burocrática. Os princípios de solidariedade e de redistribuição que o orientaram não aparecem mais claramente. “A crise do Estado-Providência corresponde aos limites de uma expressão mecânica de solidariedade social. A crise é ainda mais cultural e moral do que econômica” (ROSANVALLON, 1984:44).

Desde de meados da década de 70, o Estado capitalista está em crise, exauriu-se o padrão keynesiano e sua conseqüente sociedade de bem-estar social. Contudo, não há consenso quanto às razões que levaram este Estado a ruir. Para alguns é uma excelente

oportunidade de justificar e defender a importância do livre mercado sem intervencionismos do Estado. Para outros, o Estado de bem-estar social tem promovido a passividade entre os pobres, por desobrigá-los da responsabilidade de se autosustentarem, não tendo melhorado suas oportunidades e criado uma cultura de dependência (KYNLICKA e NORMAN, 1996). Neste aspecto pauta-se a crítica de que é um estado assistencialista, paternalista. Defendem que este tipo de cidadania é denominada passiva ou privada por enfatizar direitos puramente passivos, sem obrigação nem direito algum de opinar ou participar da vida pública.

Para os liberais, o esforço para assegurar a integração social e cultural dos mais pobres deve ir além dos direitos, focando sua responsabilidade em ganhar a vida. Os objetivos eram de que os princípios de mercado fossem aplicados na vida em sociedade. Mediante o livre comércio, a desregulamentação, a redução de impostos, a debilitação dos sindicatos e o corte dos seguros-desemprego, tinha o propósito de ensinar as virtudes da iniciativa, a confiança em si mesmo e a autosustentação.

Weber (2002:47;59) constata que:

“o ganho de dinheiro na moderna ordem econômica é, desde que feito legalmente, o resultado e a expressão da virtude e da eficiência em certo caminho. (...) O sistema capitalista precisa tanto dessa devoção à vocação para fazer dinheiro, dessa atitude voltada para os bens materiais tão bem adaptada ao sistema e tão intimamente ligada às condições de sobrevivência na luta econômica pela existência, que hoje não mais podemos questionar a necessidade de conexão do modo de vida aquisitivo com qualquer *Weltanschauung*¹ isolada.”

Os opositores à visão liberal, no entanto, argumentam que “muitas das iniciativas de desregulamentação conduziram a uma era de voracidade e de irresponsabilidade econômica sem precedentes. A desigualdade social aumentou, desempregados e trabalhadores pobres foram ainda mais ‘descidadanizados’, tornando-se incapazes de participar da nova economia proposta pela nova Direita” (MULGAN apud KYNLICKA e NORMAN, 1996:10).

Para muitos autores, como cita Draibe e Henrique (apud LEAL,1990), a crise é inerente à economia e não pode ser explicada exclusivamente pela expansão dos gastos sociais. A sua natureza tem múltiplas dimensões: crise econômica, crise do Estado social, crise política, crise de legitimidade, crise de utopias sociais.

Entre as principais perdas impostas pela crise, dá-se o abandono dos compromissos econômicos e políticos antes tidos como garantidos. Um baixo e lento crescimento, aumento

¹ *Weltanschauung* – concepção, visão de mundo.

da inflação e desequilíbrios financeiros parecem ter gerado um conflito entre a política econômica e a política social. Destes fatores resulta uma considerável redução da arrecadação tributária e da capacidade de recolhimento das contribuições sociais e das demandas por benefícios face ao crescente desemprego. Paralelo a isto, a área privada vinha demonstrando um desempenho superior quando comparada à área pública, o que penalizou ainda mais as finanças públicas. “O Estado precisaria murchar para caber no tamanho que o mercado tolera. Este volta a ser o parâmetro intocável dos gastos sociais” (DEMO, 1997:53).

Considerando que o mercado já não é capaz de uma absorção significativa da força de trabalho; que a possibilidade de manter os desempregados tem um custo cada vez mais alto e impraticável de ser mantido; que já ocorrem revisões desfavoráveis nas legislações trabalhistas; que há profunda desmobilização sindical e sérias concessões ao capital a começar pela desoneração nos contratos de trabalho, fica evidente a conclusão que o *Welfare State* não mais comporta esta realidade, não sendo mais base para as políticas sociais da atualidade.

“Numa economia global, o papel do Estado é desconfortável. Já não controla o câmbio, nem os fluxos de capital, de informações ou de mercadorias, e, apesar de tudo, continua a ser responsabilizado pela formação dos cidadãos e pela ordem pública interna, duas missões muito dependentes da situação geral da economia” (RAMONET, 2001:57).

Contudo, o Estado permanece a instituição mais importante da economia. O que há é uma mudança radical em seu papel e sua função, considerando que este não comporta mais todos os gastos que tomou para si. Redefinido pelas normas de auto-interesse, as funções do Estado econômico são extremamente diferentes do Estado de bem-estar social. Aqueles que defendem o Estado mínimo, cabe-lhe a função de elaborador das políticas públicas e suas implantações; regulador e fiscalizador das atividades e serviços que transfere a terceiros, bem como negociador interno e externo. “Seguindo o credo neoliberal, neste enfoque cabe ao mercado o pleno controle da economia. Um mercado auto-regulável que garantirá o equilíbrio, o desenvolvimento e a paz social” (PEREIRA, s/d).

O caminho de enxugamento do Estado, dentre outras providências, passa pela privatização de empresas públicas e pela transferência de serviços, antes oferecidos exclusivamente pelo Estado, para as mãos da iniciativa privada. Em face destas iniciativas, a expectativa gerada era de que ocorresse uma diminuição na carga tributária e no montante da dívida pública, mas esta não se efetuiu.

Os críticos do Estado mínimo pautam suas argumentações no fato de que esta é uma proposta utópica à medida que o Estado se coloca muito mais como expectador do que como

protagonista do processo. Para estes, cabe ao Estado um papel complementar ao do mercado na coordenação da economia e na busca da redução das desigualdades sociais.

Frente à crítica do modelo de Estado mínimo, surge a corrente que defende a reforma e reestruturação do Estado como a saída mais sensata para o resgate da autonomia financeira e sua capacidade de implementar políticas públicas.

“Nesse sentido, são inadiáveis: (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua ‘governança’, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas” (CÂMARA DA REFORMA DO ESTADO, 1995).

1.2 CAPITALISMO E GLOBALIZAÇÃO: FATO OU DISCURSO?

Houve um tempo em que as sociedades ditas primitivas tinham uma genuína noção de territorialidade. Economia, política e cultura derivavam da idéia de território. Esta era absoluta, donde os moradores pertenciam àquilo que lhes pertencia, o território. Milton Santos (2001:62) defende que “isso criava um sentido de identidade entre as pessoas e o seu espaço geográfico, que lhes atribuía, em função da produção necessária à sobrevivência do grupo, uma noção particular de limites. (...) A idéia de comunidade era definida pela noção de contexto limitado no espaço.” A idéia era de que toda a relação do homem com a natureza é portadora e produtora de técnicas que se foram enriquecendo, diversificando e avolumando ao longo do tempo (SANTOS, M., 2001).

Tal relação, nos idos do século XVIII, tem como fruto a criação das técnicas das máquinas. Nasce o sistema técnico e dele deriva uma visão mais racional de mundo. Com as maravilhas mecânicas o homem conhece o menor esforço na produção e descobre as inúmeras possibilidades de avanço nos transportes e nas comunicações. “As técnicas oferecem resposta à vontade de evolução dos homens e, definidos pelas possibilidades que criam, são a marca de cada período da história” (SANTOS, M., 2001:63).

Tais mudanças alteram significativamente as relações entre os países, entre as sociedades e os indivíduos entre si. Começa-se a formar uma nova face do planeta. Ao que

parece, a vida deixa de estar à mercê do acaso e cada vez mais se subordina à previsibilidade. Trabalho e capital são revalorizados neste século, territórios são requalificados e novos espaços conquistados.

Na atualidade, ao analisarmos o espaço mercantil e seu poder de barganha e decisão, torna-se absolutamente precisa a generalização de que “em nenhuma outra época o mercado mundial atingiu tão inexoravelmente além das fronteiras dos Estados-nações para desafiar a autoridade do governo nacional e constrangê-lo” (DRACHE, 1996:10). Entidades públicas e privadas estão decididas a mudar a preocupação com territorialidade e identidade (CABLE, 1996). São corporações regendo o mundo, governos submetendo-se a este poder sem força de voz para negociar. Como efeito deste crescimento incontrolável, temos os grandes desastres ecológicos, as mudanças tecnológicas globais, as instabilidades financeiras que não mais respeitam as fronteiras das nações. “Sob o impacto da globalização, a soberania se tornou nebulosa. (...) O mundo está muito mais interdependente do que há um século atrás, e a natureza da sociedade mundial mudou” (GIDDENS, 2000:88). “Há muitas evidências de que o poder do Estado-nação esteja sendo corroído de cima pela globalização, e de baixo pela descentralização” (OSTRY apud DRACHE, 1999:10).

O surgimento da economia globalizada, tal como a conhecemos hoje, é, indiscutivelmente, um marco divisório do nosso tempo. Que processo é este afinal que gera tanta polêmica quanto aos seus benefícios, sendo controverso até quanto à sua originalidade? Mito, discurso ou fato?

Bourdieu (1998:48) defende a idéia de que “a globalização é um mito no sentido forte do termo, um discurso poderoso, uma ‘idéia-força’, uma idéia que tem força social, que realiza a crença. É a arma principal das lutas contra as conquistas do *Welfare State*.”

Conceituar globalização² não é tarefa fácil dada sua amplitude e complexidade. Porém, mais do que defini-la conceitualmente, interessa-nos conduzir este debate para a análise deste como fenômeno mundial com notável poder de influência no que é público e no que é privado, alterando cenários políticos, culturais, ambientais e, sobretudo, econômicos.

É inegável que, enquanto fenômeno recente nos moldes em que se apresenta, a globalização é conduzida pelo Ocidente – principalmente pelo poder econômico e tecnológico

² Em grande parte da literatura lida para este trabalho, percebe-se, nitidamente, uma preferência dos autores em não se fechar num conceito único para o termo, por considerar que este ainda suscita muitos questionamentos. Neste trabalho, assumimos globalização como o conceito proposto por McGrew (apud HALL, 2001:67): “A globalização refere-se àqueles processos atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado.”

deste -, possui forte marca do poder político americano e é extremamente desigual em suas conseqüências (GIDDENS, 2000).

“A difusão social da produção assume várias formas. É, antes de mais nada, a descentralização da produção através da transnacionalização da produção (a “fabrica difusa”), a fragmentação geográfica e social do processo de trabalho, com a transferência para a periferia do sistema mundial das fazes produtivas mais trabalho-intensivas, do que resultou uma certa desindustrialização dos países centrais e a industrialização ou re-industrialização dos países periféricos. Este processo, para além de permitir uma ampliação sem precedentes do mercado de trabalho, permitiu também sua segmentação e dualização, dando origem a heterogeneização da relação salarial e à concorrência entre mercados de trabalho locais, regionais e nacionais em luta pelas condições e oportunidades de investimento” (SANTOS, B., 1999:251)

Mas, “apesar de ser orientada pelo bloco ocidental, não isenta estes de seus efeitos - muitas vezes difíceis de controlar -, porque vão da vida cotidiana (como nos novos arranjos matrimoniais, o concubinato ou casamentos entre homossexuais, no avanço das mulheres no mercado de trabalho e na política etc.) aos fatos de dimensões globais (como a crise financeira de um país desestabilizando a economia de países vizinhos; políticas protecionistas gerando trocas desiguais no comércio internacional; tragédias ambientais de proporções continentais etc.)” (GIDDENS, 2001: s/p).

Obviamente, a globalização não é um processo equitativo, com preceitos igualitários, garantindo benefícios a todos que se renderem aos seus encantos. Para alguns, ela desenha um mundo cada vez mais dividido em norte e sul, ricos e pobres, vencedores e perdedores. Nas palavras de Chomsky, “há razões bastante substanciais para a oposição disseminada em todo o mundo contra a forma típica de globalização, de ‘direitos dos investidores’, que vem sendo imposta” (2002:14).

Ao contrário do que propagava o discurso de inclusão e integração, observou-se a configuração de um sistema internacional estigmatizado por grandes contrastes. “Seguindo livremente seu próprio curso, a globalização tende a reproduzir os padrões existentes de crescimento e atraso, e não contribui para corrigir os desequilíbrios preexistentes no sistema internacional” (FERRER apud DINIZ, 2000:23).

Como fenômeno, percebe-se que um discurso fatalista é elaborado no sentido de transformar tendências econômicas em destino. Tendências estas que apontam para um único caminho, como se a fórmula fosse aplicável a todos, indistintamente.

Numa visão menos determinista, Diniz (2000:20) argumenta que:

“o enfoque mais adequado seria compatibilizar os dois planos de acordo com os interesses circunstanciais. (...) Há sempre uma certa margem de ação possível: os governos podem pensar com maior ou menor intensidade seus interesses de longo prazo ou, ao contrário, podem preferir uma tática imediatista, de mera reação aos ataques do mercado internacional, ou de resposta automática aos choques e pressões externas. Considerar que as margens de manobra são inexistentes é fruto da própria ideologia da globalização, que tende a descartar qualquer saída fora das diretrizes avalizadas pelas forças hegemônicas em escala internacional, cujo efeito é paralisar as iniciativas nacionais.”

“O capitalismo foi, desde o início, um elemento da economia mundial e não dos estados-nação. O capital nunca permitiu que suas aspirações fossem determinadas por fronteiras nacionais. Assim, tanto a tendência à autonomia nacional quanto à tendência à globalização estão profundamente enraizados na modernidade” (WALLERSTEIN apud HALL, 2001:68).

A globalização, no entanto, não é comandada por forças inexoráveis, nem está atrelada exclusivamente a uma lógica de natureza econômica. Está também, e sobretudo, sujeita a uma lógica política (DINIZ, 2000). Este processo vem se descentralizando paulatinamente, e já não se encontra submetido ao controle exclusivo de nenhum grupo de nações e menos ainda das grandes corporações. O que começa a ocorrer são influências mútuas em maior e menor grau, obviamente. Ocorre o que Giddens (2000) denomina de “colonização inversa”, em que os dominados começam a exercer uma certa influência nos dominantes.

A crise do Estado de bem-estar social, a opção pela ideologia assimétrica do modelo neoliberal do Estado mínimo e as mudanças diretas e indiretas provocadas pela globalização, que acentuaram as disparidades sociais, foram terreno fértil para a busca de novos caminhos para o desenvolvimento social.

Independente do ângulo pelo qual analisamos a situação atual, temos uma infinidade de fatos que comprovam a perversidade do momento. As grandes corporações, parte determinante na disseminação da globalização, contribuíram significativamente para o incremento dessas disparidades com suas políticas de maior produtividade com menor custo.

No entanto, as empresas não ficam imunes a este processo de desigualdade e cada vez mais tornam-se alvo de críticas quando suas práticas denunciam a falta de um mínimo de respeito e ética em sua atuação. Confrontadas com essa realidade, as organizações começam a se posicionar de maneira a assumir a sua parcela de responsabilidade neste quadro, buscando

um comportamento mais solidário e ético com todos os agentes sociais com os quais mantém relacionamentos.

É neste momento que o Terceiro Setor cresce e toma força como espaço de troca e participação, buscando atender, em alguma medida, às necessidades coletivas que não cessam de crescer.

Para onde caminha a humanidade na era global ainda é uma pergunta sem resposta.

Bourdieu (1998:56) sugere que:

“A essa economia estreita e de visão curta, é preciso opor uma economia da felicidade, que levaria em conta todos os lucros, individuais e coletivos, materiais e simbólicos, associados à atividade (como segurança), e também todos os custos materiais e simbólicos associados à inatividade ou à precariedade (como por exemplo o consumo de medicamentos).”

Neste capítulo nos preocupamos em contextualizar o ambiente de atuação das organizações. Nosso próximo passo é buscar uma alternativa de gestão que minimize as disparidades e promova um desenvolvimento mais humano e digno.

CAPÍTULO 2 – GESTÃO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

.....

Neste segundo capítulo defenderemos a gestão social como caminho alternativo para as organizações, tendo como princípio a participação e o diálogo. Findo este, desenvolveremos a idéia de responsabilidade social, definindo o cenário atual internacional e analisando este no contexto brasileiro.

.....

2.1 GESTÃO SOCIAL E O TERCEIRO SETOR

2.1.1 A VEZ DO CIDADÃO

Quando o modelo econômico é o dos paraísos fiscais e quando os mercados acabam por sancionar (em nome da luta contra a inflação) a criação de empregos e o crescimento, não haverá uma irracional perversão no reino das finanças ? (RAMONET, 1998:60-62).

Sob a égide da espada milagrosa do mercado, nasceram e fincaram raízes muitos dos males sociais que hoje determinam os rumos de muitas nações. A marcha impiedosa da valorização do econômico em detrimento do social torna mister uma atuação mais contundente e consciente por parte das autoridades públicas. Um Estado atônito, inerte e/ou omissivo agrava e acentua ainda mais os estragos advindos do imperialismo econômico.

Tenório (1997:101) pontua que “durante décadas a intervenção governamental sobre um quadro de grave desequilíbrio social foi desperdiçada em ações paliativas, de forte cunho assistencialista, que atuavam na realimentação da miséria e na manutenção do *status quo*, pouco contribuindo para transformações efetivas no sentido da conquista da cidadania e de condições mais dignas de existência.” E completa afirmando:

“Aqui o indicador ‘cidadania’ ainda não é plenamente considerado quer nas discussões parlamentares nas quais, salvo exceções, a política como um bem comum é substituída pelos interesses corporativos e/ou fisiológicos, quer nos ambientes organizacionais em que este elemento tem servido mais como expressão de retórica do que para atender às necessidades do cidadão-trabalhador. O trabalhador é sempre visto como um fator a ser controlado ou

motivado e não como um sujeito da ação produtiva” (TENÓRIO, 2000a:182).

Hoje temos uma sociedade que se mostra mais consciente e exigente, que busca cada vez mais se articular a fim de obter maior poder de influência no Estado e garantir seu espaço de participação na construção e implementação das políticas públicas. O tecido social ganha densidade e se complexifica com o surgimento de novos atores sociais e novas formas de organização social. Todo o potencial deste movimento de organização e articulação coletiva de uma sociedade é denominado Capital Social³.

Fleury (1994) chama a atenção para o fato de que a descentralização da gestão social tem gerado possibilidades novas na relação entre o Estado e a sociedade organizada, em um contexto de construção de uma nova institucionalidade democrática.

Segundo Genro (apud FLEURY,1994), é na falta de sincronia entre a garantia dos direitos sociais e os políticos que se abre espaços e garante-se o crescimento dos movimentos e organizações sociais que lutam pelo exercício da cidadania e pela melhoria da qualidade de vida. Atuam numa esfera pública não-estatal. Criam-se mecanismos de co-gestão pública nessas novas formas de representação, possibilitando, que a sociedade organizada participe diretamente nas diferentes etapas dos processos de formulação e implementação das políticas públicas.

Complementando o pensamento de Genro, Boaventura de Sousa Santos (2001:96), afirma:

“Basta lembrar, por exemplo, a notável reinvenção da vida comunitária que nos últimos vinte anos tem vindo a verificar-se um pouco por toda a parte, graças aos movimentos populares, às lutas pelos direitos humanos, à sociologia da libertação e às culturas populares comunitárias. Esta vasta panóplia de práticas político-culturais (...) visa reinventar a comunidade através de um conhecimento emancipatório que habilite os seus membros a resistir ao colonialismo e a construir a solidariedade pelo exercício de novas práticas sociais, que conduzirão a formas novas e mais ricas de cidadania individual e coletiva”.

³ Para Fukuyama, capital social “é uma capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade. Pode estar incorporada no menor e mais fundamental grupo social, a família, assim como no maior de todos os grupos, a nação, e em todos os demais grupos intermediários. (...) É criado e transmitido por mecanismos culturais como religião, tradição ou hábito histórico. (...) é resultado de um contrato voluntário firmado entre indivíduos que calcularam racionalmente que a cooperação serve aos seus interesses ao longo prazo. (...) A aquisição de capital social, em contrapartida, requer hábitos às normas morais de uma comunidade e, no seu contexto, a aquisição de virtudes como lealdade, honestidade e confiabilidade. (...) É baseado no predomínio de virtudes sociais e não apenas individuais” (apud FRANCO, 2001:127-8). E completa afirmando: “Uma economia capitalista saudável é aquela em que há suficiente capital social na sociedade subjacente que permita às empresas, corporações, rede e similar auto-organizarem-se” (apud FRANCO, 2001:126).

No entanto, considerando a dinâmica inerente aos fenômenos sociais, a efetividade desses mecanismos de participação e controle social é, sem dúvida, extremamente variável, indo desde a mera cooptação das organizações comunitárias, reeditando metodologias atualizadas de clientelismo, até o estabelecimento de uma real e inovadora forma de exercício compartilhado de poder.

Na gestão estatal, onde não há o exercício de compartilhar o poder e na qual a tecnoburocracia é o norte das relações, é negado, num movimento antidemocrático, e desvalorizado, o exercício da cidadania nos processos das políticas públicas (TENÓRIO, 2002).

Tenório (2002:125-6) sustenta que “a gestão social objetiva substituir a gestão tecnoburocrática (estratégica), monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais”, isto é, um modelo mais flexível de gestão organizacional, no qual haja um consenso entre o gerenciamento da qualidade social e a cidadania.

No ambiente organizacional, os empregados exercem sua cidadania à medida que, cientes do seu papel e capazes de avaliar criticamente o conteúdo de suas ações, participam de processos decisórios; reivindicam melhor qualidade de vida no trabalho e remuneração; desempenham suas tarefas com honestidade; primam pelo ambiente de trabalho e comprometem-se com causas coletivas.

Assim, “no contexto da gestão social orientada pela racionalidade comunicativa, os atores, ao fazerem suas propostas, não podem impor suas pretensões de validade⁴ sem que haja um acordo alcançado comunicativamente no qual todos os participantes exponham suas argumentações” (TENÓRIO, 2002:126). “Através da retórica dialógica, o conhecimento progride na medida em que progride o autoconhecimento” (SANTOS, B., 2001:105)

No espaço da gestão social, a participação⁵ é um dos elementos-chave. Nesta perspectiva conceitual, cabe destacar a possibilidade de interpretá-la em três diferentes

⁴ O termo Pretensões de Validade (*Geltungsansprüche*), em Habermas, ou pretensões de verdade, tem o sentido de verdade relativizada. De acordo com este referencial, quando duas ou mais pessoas se comunicam pode haver concordância e aceitação da verdade. Quando alguém rompe com as pretensões de validade surge um impasse.

⁵ “A participação social e a cidadania referem-se à apropriação pelos indivíduos do direito de construção democrática do seu próprio destino” (TENÓRIO, 1997:103). Para Demo (apud TENÓRIO, 1997:103) “não há participação imposta, concedida ou doada. Sua legitimidade encontra-se na conscientização de sua importância, na negociação de espaços para o seu exercício e do estabelecimento das regras que irão democraticamente delimitar a sua prática.”

sentidos: a participação popular; a participação comunitária e a participação cidadã. A diferença entre elas reside no foco de atuação de cada uma (GRAU, 1998).

“A participação popular imprime sua marca quando atua na definição dos destinos da sociedade, resgata a dimensão da auto-organização e o autogoverno social. São os esforços organizados e coletivos dos excluídos em defesa de sua vida. A ênfase da participação popular recai na obtenção de espaços crescentes de liberdade coletiva e um papel determinante na vida social a partir da base social” (STIEFEL apud GRAU, 1998:66-7).

“(...) Os movimentos populares podem influir na sociedade civil e determinar o curso da sociedade política sem penetrá-la e, até mesmo, desenvolvendo uma política de pura oposição” (SZASZ apud GRAU, 1998:67).

“A participação comunitária remete-nos, principalmente, ao conceito de ações organizadas de auto-ajuda social, caracterizando-se por uma atuação mais local, restrita ao próprio ambiente. No final da década de 60 delinea-se a noção de participação cidadã que se define como mais específica do que a participação popular e desligada da noção de participação comunitária, referindo-se à participação política, embora se afaste desta pelo menos em dois sentidos: abstrai tanto a participação mediada por partidos políticos, como a que o cidadão exerce quando elege as autoridades políticas. Manifesta, em troca, ainda que com múltiplos sentidos, a intervenção direta dos agentes sociais em atividades públicas” (GRAU, 1998:67).

O três conceitos de participação mencionados em Grau vão ao encontro da perspectiva conceitual habermaseana de cidadania deliberativa, entendida como “uma ação política deliberativa na qual um indivíduo deve participar de um movimento democrático decidindo, nas diferentes instâncias de uma sociedade e em diferentes papéis, o seu destino social quer como eleitor, trabalhador ou consumidor” (apud TENÓRIO, 2002:130).

Demo alerta para o fato de que “para o alcance da cidadania plena, a organização social e a participação política deverão vir associadas à superação das desigualdades econômicas. Nenhuma solução social é relevante e profunda se não passar pela questão produtiva, bem como se não passar pela questão política” (apud TENÓRIO, 2002:104).

Pautando-nos na realidade social, econômica e política da América Latina, onde a cultura da participação é muito pequena, onde a pauperização é incrementada gradativamente pelo desemprego, e o abandono do sistema educacional e de saúde aumenta os excluídos sociais, esta acaba por sentenciar ao fracasso muitas das tentativas de mobilização. “Um tecido social enfraquecido fornece uma base frágil demais para a participação” (KLIKSBURG, 1997:156).

Paralelos a este quadro estrutural, somam-se diversos erros institucionais como:

“a) Os aparatos burocráticos encarregados de implementar a participação que de tão apegados a normas e rotinas acabam por prevalecê-las sobre as outras considerações dificultando o diálogo; b) Partem do pressuposto de que já conhecem as necessidades populares, não “ouvindo” com frequência as reais necessidades comunitárias; c) Ignoram as lideranças das comunidades ou secundarizam-na no processo, ao invés de reconhecê-las como fonte de legitimação e credibilidade para a mobilização das pessoas; d) Os métodos educacionais utilizados são autoritários, inibem o intercâmbio e não esclarecem as dúvidas; e) O problema do risco de corrupção a fim de extrair benefícios pessoais do projeto; e f) Raramente os projetos estão inseridos em uma real estratégia de auto-sustentação. A comunidade intui que ficará sem base de apoio a esta situação e reluta em participar” (KLIKSBURG, 1998: 158-9).

Os motivos expostos acima justificam em parte a imensa dificuldade em articular e mobilizar uma parcela considerável da sociedade civil na América Latina.

“Estamos diante de uma cidadania incompleta que pode ser também denominada de cidadania passiva ou inerte, onde o cidadão é visto apenas nas suas atribuições de eleitor, contribuinte e cumpridor das leis” (DEMO apud TENÓRIO, 1997:104).

Defendemos neste trabalho a construção da cidadania ativa, deliberativa, emancipada que busca abrir novos espaços de participação política.

2.1.2 A VIA INTERMEDIÁRIA

O termo Terceiro Setor foi utilizado pela primeira vez por pesquisadores nos EUA na década de 70 e a partir da década de 80 passou a ser usado também pelos europeus.

“O Terceiro Setor, denominação dada a instituições que surgiram no arcabouço destes movimentos civis, distingue-se do primeiro setor – Estado - e do segundo setor – Mercado - pelos seguintes aspectos: a) são estruturadas; b) localizadas fora do aparato formal do Estado; c) não se destinam a distribuir lucros auferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas; d) são autogovernadas; e e) envolvem indivíduos num significado esforço voluntário” (SALOMON apud FERNANDES, 1994:19).

O terceiro setor pode ser definido como aquele em que as atividades não seriam nem coercitivas (Estado), nem voltadas para o lucro (Mercado). Suas atividades visam ao atendimento de necessidades coletivas, e muitas vezes públicas. Entretanto, é importante

salientar que o fato de não ter natureza lucrativa, não significa que tenha fins de prejuízo. Sua lucratividade é direcionada para o crescimento e o desenvolvimento de suas atividades, não havendo apropriação privada dos dividendos. Sua dinâmica é predominantemente cooperativa com produção e reprodução ampliada do capital social, diametralmente oposta à dinâmica essencialmente competitiva do mercado. O papel estratégico do terceiro setor é de ampliação da esfera pública e do capital social.

Apesar de todos estes aspectos que parecem definir precisamente o que caracteriza uma organização do terceiro setor, temos uma diversidade de instituições que se encaixam nesta definição. Não há portanto, uma organização formal que o integre por inteiro.

Como bem define Fernandes (1994:135-137):

“Os segmentos que compõem o terceiro setor trazem consigo diferentes hábitos organizacionais. Alguns pertencem a uma hierarquia bem estabelecida (por exemplo, as caridades católicas); outros resistem à própria idéia de uma igreja (centros afro-americanos); alguns estão organizados segundo princípios legais igualitários (associações de moradores); outros seguem lideranças carismáticas (centros de cura); alguns têm uma ampla concepção dos seus deveres (maioria das ONGs), outros são especializados (centros de saúde, creches etc); alguns são bem integrados (sindicatos); outros apenas começam a se organizar (filantropia empresarial). Qualquer tentativa de tentar reunir sob um único guarda-chuva organizacional corre um sério risco de gerar estruturas vazias. (...) A idéia do terceiro setor não nos induz a imaginar a sociedade como um grande indivíduo coletivo. Ao contrário, ela sublinha a diversidade.”

Assim, a estruturação desse setor “é resultado de uma combinação de fatores específicos de cada país. Entra nesse cômputo a formação socioeconômica, as opções políticas realizadas e a própria cultura política local” (COELHO, 2002:33).

Os serviços oferecidos pelo terceiro setor dependem, em grande medida, de doações voluntárias. Significa, nas palavras de Fernandes (1994:24-5):

“Incluir despesas alheias na minha contabilidade é a expressão econômica da tese moral que alimenta a dinâmica do terceiro setor: importar-se com o outro (vizinhos, marginalizados, estrangeiros distantes, gerações futuras etc) é parte constitutiva da consciência individual. Palavras como gratidão, lealdade, caridade, amor, compaixão, responsabilidade, solidariedade, verdade, beleza etc. são as moedas correntes que alimentam o patrimônio do setor. Quanto mais sonoras e convincentes forem, maiores recursos advirão para as atividades que o compõem. Sua existência oferece um índice da vitalidade social de valores morais, estéticos e religiosos. (...) Exercitar e promover a adesão voluntária aos valores enquanto fins em si mesmos é a sua razão de ser específica.”

Dada a diversidade de instituições que se encaixam na nomenclatura terceiro setor, Franco (apud COELHO, 2002) chama nossa atenção para a distinção entre fins coletivos públicos e fins coletivos privados. Grande parte das instituições encaixam-se nesta última opção. Fins coletivos privados são grupos de cidadãos que se associam voluntariamente visando a um objetivo que só interessa a eles próprios e não ao conjunto da sociedade. Ex.: grupos literários; grupos artísticos etc. Entidades com fins coletivos públicos tem a pretensão ou a obrigação de atender a um interesse comum da sociedade, voltado para o bem comum ou para a chamada utilidade pública. Ex.: Entidades de defesa dos direitos da mulher; entidades que trabalham com assistência à população de rua etc.

Ainda segundo Franco (apud COELHO, 2002) somente podemos dizer que têm fins públicos aqueles órgãos do terceiro setor que produzem bens ou serviços de caráter público ou de interesse geral da sociedade. Neste sentido, temos dois grupos: os que prestam serviços públicos como os centros de saúde por exemplo, e os que advogam direitos como as associações de defesa dos aposentados ou dos direitos da mulher.

No conjunto das instituições, destacam-se no cenário as organizações não-governamentais. “As ONGs são microorganizações que não possuem caráter representativo. À diferença dos sindicatos, das associações de moradores ou mesmo dos movimentos sociais, as ONGs não podem falar ou agir em nome próprio. Em consequência, não dependem do complexo jogo político implicado nos sistemas representativos para legitimar suas decisões. (...) O valor que lhes é atribuído deriva das respostas obtidas aos serviços que têm para oferecer” (FERNANDES, 1994:66-7). “Criou-se, desta forma, um circuito não-governamental de cooperação que tem sido capaz de articular iniciativas tomadas nos mais diversos planos da sociedade civil. A conexão improvável entre microprojetos locais e campanhas de escala internacional demonstrou-se plenamente realizável” (FERNANDES, 1994:129).

Nos últimos vinte anos assistimos a uma formidável expansão das iniciativas civis. Por força da crise e por consequência dos movimentos da sociedade civil organizada, passa-se a considerar a esfera pública além do âmbito do Estado. Admite-se que a vida pública é feita de atos de governo, mas também de atividade cidadã. É neste espaço que o terceiro setor toma corpo e se fortalece.

Nesta ótica, portanto, “repensar as funções do Estado também implica repensar as funções dos atores sociais que com ele interagem. Assim, passa a ser cobrado também do mercado mais participação e contribuição para as questões sociais” (COELHO, 2002:38).

O crescimento flagrante do setor traz em seu bojo a complexidade inerente ao processo de desenvolvimento. Tal crescimento não se deu às margens do Estado e do

mercado; muito ao contrário, sofreu (e sofre) enormes influências – sejam pelas parcerias estabelecidas ou pela sua manutenção – de ambos, o que acaba por determinar algumas visões e *modus operandis* de algumas instituições.

Fernandes afirma (1994:24-5) que:

“estas instituições incorporam a necessidade da auto-reprodução e passam a funcionar com os cacoetes característicos das corporações. Formam um mercado de trabalho específico. Influenciam a legislação em seus mais variados domínios e condicionam os orçamentos dos governos, das empresas e dos indivíduos. Absorvem, em suma, as problemáticas do interesse e do poder. E, no entanto, constituem uma esfera institucional distinta, cujas características próprias lhes são dadas justamente pela negação do lucro ou do poder do estado.”

Este crescimento do setor é seguido da institucionalização de práticas identificadas com a burocracia tradicional. Entretanto, “à medida que crescem em complexidade ficam vulneráveis a uma série de limitações” (SALAMON apud SCHOMMER, 2000:152).

“Muitas delas, porém, nem chegam a essa dimensão de problemas. São frágeis, desarticuladas, contam com pessoal pouco qualificado, dependem de financiamento governamental ou de pequenas e eventuais doações. Muitas vezes possuem pouco contato até mesmo com as comunidades que visam a atender ou a representar. Entre os desafios para a consolidação dessas organizações estão: dificuldade de afirmação de sua identidade, consolidação organizacional, crise de valores organizacionais, dificuldade de adaptar-se a uma realidade de crescente competitividade que leva à necessidade de profissionalizar a administração, rever processos, definir estratégias e buscar resultados sem comprometer ideais e valores e a falta de foco” (FALCONER apud SCHOMMER, 2000:152).

Registra-se uma busca crescente pela “profissionalização” no terceiro setor que, de tão dependente tornou-se das doações, vê-se obrigado a atender exigências advindas dos organismos financiadores (corporações ou governo), que, por sua parte, as exigem dentro de sua visão de gestão eficaz – a gestão estratégica. Rendem-se aos mecanismos gerenciais estratégicos muito mais por uma questão de sobrevivência do que de convicção ideológica, colocando em risco os valores que as norteiam.

Tenório declara (2002:133):

“ (...) não significa desprezar, ingenuamente, as tecnologias gerenciais oriundas do primeiro setor quanto a políticas públicas e as do segundo setor quanto a produtividade, mas reconstruir, criticamente, a racionalidade de mercado de origem exclusivamente instrumental, apolítica, em prol de uma racionalidade que promova, politicamente, a intersubjetividade deliberativa

das pessoas alicerçadas no potencial do sujeito social soberano na sociedade, isto é, na cidadania.”

O trabalho integrado pode trazer benefícios para ambos os lados. As empresas podem disseminar práticas e conceitos como planejamento, avaliação de resultados, técnicas de gerenciamento, senso de prioridade, além de mobilizar recursos humanos voluntários. As organizações do terceiro setor, por sua vez, podem ensinar a trabalhar em torno de um forte sentido de missão, incrementar a motivação de seus colaboradores, implementar processos decisórios participativos e compartilhar a capacidade de realizar mais com menos recursos (DRUCKER apud SCHOMMER, 2000).

Entretanto, para a absoluta maioria das instituições do terceiro setor, esta troca ainda é embrionária ou feita de maneira desigual, visto que ainda são imaturas politicamente, não sabendo como evitar a absorção de valores indevidos advindos do primeiro ou segundo setor.

Na gestão social, com “sua ênfase na intersubjetividade-dialogicidade, encontramos alguns elementos-chave para acreditarmos que entendimentos a partir da comunicação intersocial e intercultural é possível. O problema está em proporcionar-lhe o espaço e o tempo necessários para que possa expandir-se para além dos pequenos testemunhos de boas intenções e fazer diferença” (FERNANDES, 1994:143).

Em tempos como os quais vivemos hoje, de grandes perigos, de iminências permanentes de conflitos políticos, sociais, religiosos, que, via de regra, tentam ser sanados com soluções paliativas ou deletérias, torna-se mister buscar, em nossa vontade e consciência, saídas mais humanas e solidárias para as nossas inquietações e angústias. Nesta perspectiva, Boaventura de Souza Santos (1999:263) afirma:

“Apesar de estar ele próprio muito colonizado pelo princípio do Estado e pelo princípio do Mercado, o princípio da comunidade rousseauiana é o que tem mais virtualidades para fundar as novas energias emancipatórias. A idéia da obrigação política horizontal, entre cidadãos, e a idéia da participação e da solidariedade concretas na formulação da vontade geral são as únicas suscetíveis de fundar uma nova cultura política e, em última instância, uma nova qualidade de vida pessoal e coletiva assentes na autonomia e no autogoverno, na descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo e na produção socialmente útil”

Acreditamos que um dos caminhos esteja na diversidade incontrolada, não regulada, preservando-se a pluralidade tão característica do Terceiro Setor. Inspirando-nos na teoria do caos: “Não reunir é a derradeira ordem.”

No enfoque da gestão social, cremos que as ações corporativas só terão legitimidade e efetivos resultados se baseadas em princípios éticos e morais e numa metodologia em que a dialogicidade e a intersubjetividade sejam os norteadores.

2.2 ÉTICA EMPRESARIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

“Vi ontem um bicho na imundície do pátio catando comida entre os detritos. Quando achava alguma coisa, não examinava nem cheirava: engolia com voracidade. O bicho não era um cão, não era um gato, não era um rato. O bicho, meu Deus, era um homem.” (O Bicho – MANUEL BANDEIRA).

“Enquanto os homens exercem seus podres poderes, viver e matar de raiva, de fome e ou de sede, são tantas vezes, gestos naturais” (Podres Poderes - CAETANO VELOSO).

Tão aviltante quanto a cena descrita é a postura de ignorá-la, assisti-la passivamente ou aceitá-la como absoluto desígnio do destino – banalizamos a injustiça social como constata Christophe Dejours (2001). A esta atitude Carlos Siri (apud SERVITJE, s/d) chama de “quietismo social”, no qual as pessoas estão mais preocupadas com seus ganhos pessoais do que com o revés alheio.

O individualismo característico – e estimulado pelo liberalismo – da sociedade contemporânea, alimenta e garante o descompromisso social. Enriquez (apud GARAY, 2002:4) amplia a discussão argumentando que “estamos saindo de um capitalismo centrado na indústria pesada, de um capitalismo contestado, de exploração, para um capitalismo estratégico, fundado sobre a autoridade da informação e da comunicação, um capitalismo que triunfa sem oposição autêntica, onde a empresa tem um papel dominante e busca tornar-se a instituição das instituições”. É a célula fundamental da vida econômica contemporânea, consolidando-se como o principal agente de desenvolvimento econômico e tecnológico. Por tal, passa a ter um poder de influência considerável na vida da sociedade e junto ao Estado.

A acelerada expansão da industrialização e as conseqüentes mudanças nos padrões de consumo do pós-Segunda Guerra contribuíram para a elevação da concentração de renda e para um grande impacto social e ambiental indesejável, e que, na maioria das vezes, não era nem assumido, nem evitado pelas empresas (THUROW, 1998).

Neste contexto, no qual a sociedade não mais aceita a idéia de que o desenvolvimento econômico se faça às custas de perdas sociais, assistimos a um crescente processo de exigências por melhores condições de vida. A ação comunitária vem dividir com o Estado

algumas atividades, tornando este mais suscetível às influências da sociedade civil organizada.

Expressões como terceiro setor, organizações não-governamentais, sociedade civil organizada, capital social, responsabilidade social corporativa, empresa-cidadã, consciência cidadã e outras tantas desenham o novo panorama que vem se construindo: a emergência de uma nova ordem nas relações sociais.

As organizações passaram por grandes transformações estruturais durante os anos 90. Paralela a estas significativas mudanças ocorre a ampliação do debate sobre a atuação das empresas e seus efeitos prejudiciais para a sociedade, pressionando o empresariado na adoção de uma postura mais comprometida com o bem-estar de seus empregados e com os agentes sociais com os quais tem troca de interesses.

Destaca-se no cenário uma maior preocupação em obter um desempenho social mínimo. Essa aproximação dos negócios com a ética e o social transforma-se num meio de gestão, tornando-se uma variável na avaliação da eficácia e da efetividade das empresas.

“Este crescimento da ética em um universo que até aqui não se preocupava nem um pouco com ela, é atribuída a diferentes fatores: inicialmente, aos inúmeros escândalos financeiros que marcaram Wall Street, e à vida dos negócios em geral; em segundo lugar, ao crescimento de atitudes cada vez mais egoístas nos jovens diplomados, recém-saídos dos programas de gestão; em terceiro lugar, às conseqüências sócio-econômicas de certas decisões especulativas; em quarto lugar, às perturbações geradas pela técnica; e enfim, à uma baixa generalizada da consciência profissional em diversos níveis da empresa” (CHANLAT, 1992: 68).

Num ambiente globalizado, escândalos mais recentes como o da Enron e da Arthur Andersen incrementam ainda mais o debate sobre ética corporativa, levando-o para além das organizações. A sociedade, enquanto consumidora, vem submetendo as empresas a crescentes exames críticos e a perda de estima. “Diante deste panorama é que assoma a ética nos negócios como ética aplicada, ou seja, a aplicação da compreensão sobre o que é bom e direito para o conjunto de instituições, tecnologias, transações e atividades daquilo que se conhece como negócios” (VELÁSQUEZ apud URDAN, 2001:6).

Este movimento vem em resposta a uma crescente consciência pública e governamental⁶ a respeito dos efeitos sociais e ambientais das atividades empresariais (RAWWAS & SINGHAPAKDI apud URDAN, 2001).

Entretanto, não há registros que assegurem uma relação direta de ganho entre ser ético e obter lucratividade. Pesquisas acadêmicas não têm consenso quanto a este resultado, sendo ponto pacífico apenas que a ética é uma dimensão da responsabilidade social. Na melhor das hipóteses, assevera Velásquez (apud URDAN, 2001:7): “inexiste trabalho científico sugerindo que a ética seja prejudicial aos lucros.”

2.3 HISTÓRICO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Nos primórdios do século XIX, o direito de conduzir negócios de forma corporativa era prerrogativa do Estado ou da monarquia e não um interesse econômico privado. Eram privilegiados aqueles que promettessem benefícios públicos em seus negócios, como por exemplo a exploração e colonização no Novo Mundo. Nos Estados Unidos, as primeiras corporações reguladas quanto ao seu tamanho, tipo de negócio e estrutura de capital, investiram nas áreas de infra-estrutura, transporte e construção.

Após a sua independência, os estados americanos passaram a aprovar legislação para a condução de negócios privados. A premissa fundamental da legislação sobre corporações era a de que tinha como propósito a realização de lucro para os seus acionistas.

A preocupação com objetivos mais sociais surgiu, segundo registros, em 1916 com Henry Ford. Em desacordo com a linha de pensamento da época, Ford optou por não distribuir parte dos dividendos esperados por seus acionistas, revertendo-os para investimentos na capacidade de produção, aumento de salários etc. Tal atitude, inaceitável para os acionistas da empresa, levou Ford a defendê-la nos tribunais americanos. À época, em 1919, o ganho da causa ficou com Dodges, seu sócio, justificando a Corte que “a corporação existe para o benefício de seus acionistas e que seus diretores corporativos tem livre arbítrio apenas quanto aos meios para alcançar tal fim, não podendo usar os lucros para outros

⁶ Segundo Moreira (apud URDAN, 2001:7) “já há no Brasil uma consciência social que clama pela prática da ética empresarial, assim como um ambiente jurídico que propicia e exige esse tipo de prática”. No entanto, Urdan (2001) critica a fidedignidade dos fatos, alegando não haver evidências empíricas, estando a pesquisa mais centrada em discussões de leis, não havendo qualquer referência bibliográfica.

objetivos. A filantropia corporativa e o investimento na imagem da corporação para atrair consumidores poderiam ser realizadas na medida em que favorecessem os lucros dos acionistas” (ASHLEY, 2002:19).

No início da segunda metade do século, a idéia de que a corporação deve responder apenas a seus acionistas sofre duras críticas. Ocorre, em 1953, um outro grande julgamento tratando do mesmo tema que envolvera Henry Ford, desta vez entre grandes corporações, a P. Smith Manufacturing Company versus Barlow (CAMPBELL apud ASHLEY, 2002). O tema volta a ser debatido publicamente. Neste episódio, a idéia da empresa buscar o desenvolvimento social é aceita, mudando assim a interpretação dos fatos. A justiça determinou então que uma corporação pode buscar o desenvolvimento social, estabelecendo em lei a filantropia corporativa (ASHLEY, 2002).

A partir de então, em termos legais, além das ações filantrópicas serem vistas como legítimas da corporação, ações éticas e responsáveis, como o cuidado com o meio ambiente passaram a ter igual aceitação e legitimidade. Em 1953, H. R. Bowen inova (apud LOURENÇO e SCHRÖDER, 2002) ainda mais o conceito de responsabilidade social. “Bowen insistiu que os administradores de empresas tinham o dever moral de implementar as políticas, tomar as decisões ou seguir as linhas de ação que sejam desejáveis em torno dos objetivos e valores de nossa sociedade” (BOWEN apud LOURENÇO e SCHRÖDER, 2002:4).

“Este conceito, que via as empresas como reflexo dos objetivos e valores sociais estava em contraposição com os princípios da caridade e da custódia que eram especialmente atraentes para os que tinham um interesse oculto em preservar o sistema livre de iniciativa com garantia de liberdade em relação a outras formas de pressão social” (LOURENÇO e SCHRÖDER, 2002:4).

A doutrina da responsabilidade social espalhou-se pelos países europeus trazendo grandes mudanças nos comportamentos de governos e corporações, e provocando ricos debates nos meios acadêmicos. Na Alemanha, aproximadamente 200 (duzentas) das maiores empresas busca integrar os balanços financeiros aos objetivos sociais. Entretanto, confirmando sua tradição de luta por valores e direitos humanos, é a França quem formaliza primeiro o assunto, obrigando empresas com mais de 700 (setecentos) empregados (este número posteriormente caiu para trezentos) a fazer balanços periódicos de seu desempenho social no tocante à mão-de-obra e às condições de trabalho (LOURENÇO e SCHRÖDER, 2002).

A década de 90 caracteriza-se por um maior incremento no debate sobre ética e moral na empresa, endossando a necessidade de se redefinir o papel das organizações. Ações internacionais como a Rio 92 em que mais de 150 países reuniram-se para discutir a questão ambiental no mundo; em 2001 a Comissão das Comunidades Europeias apresentou à comunidade internacional o Livro Verde sobre a responsabilidade social corporativa e, em 2002 e 2003, o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, onde entidades e personalidades nacionais e internacionais reuniram-se para discutir a globalização e suas conseqüências nos diferentes níveis, comprovam a mobilização mundial na busca de soluções para o desenvolvimento sustentável.

Concomitante a esta última grande ação internacional, realizou-se em Davos, na Suíça, um encontro dos principais representantes mundiais e empresários de corporações multi e transnacionais, no qual discutiu-se os caminhos da economia. Nele testemunhamos os discursos de dois grandes líderes políticos – Kofi Annan e Luis Inácio Lula da Silva – defendendo que o desenvolvimento econômico se faça em harmonia com o desenvolvimento social, invocando a solidariedade como condição de sobrevivência. Kofi Annan – secretário geral da ONU – decretou: “Ou as grandes corporações encontram formas de equilíbrio entre os interesses de mercado e as necessidades das pessoas, ou serão parte do problema” (Fórum Econômico de Davos, 2003). Fica evidente a cobrança por uma postura e ação social mais efetiva por parte das organizações. Ou comprometem-se com a questão que também é responsabilidade delas ou põem em risco a sua própria condição.

No Brasil, a responsabilidade social começa a ser discutida ainda nos anos 60. Em 1965 é lançada a Carta de Princípios publicada pela Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE). Um dos princípios desta associação baseia-se na aceitação por seus membros de que a empresa, além de produzir bens e serviços, possui a função social que se realiza em nome dos trabalhadores e do bem-estar da comunidade. Em 1977 o tema volta aos centros de discussão sendo o assunto central do 2º Encontro Nacional dos Dirigentes de Empresa. Em 1984 ocorre a primeira publicação de Balanço Social de uma empresa brasileira: a Nitrofértil, uma estatal situada na Bahia (LOURENÇO e SCHRÖDER, 2002). No mesmo período estava sendo realizado o balanço social do Sistema Telebrás, publicado em meados da década de 80 (TORRES, 2001).

Na década de 90 o movimento se fortalece e há uma grande mobilização de entidades não-governamentais, institutos de pesquisa e empresas sensibilizadas com a questão. Destaca-se neste universo a atuação do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – com a forte chancela do ilustre sociólogo Herbert de Souza, na promoção do balanço social

como forma de legitimar o compromisso da organização com a sociedade (LOURENÇO e SCHRÖDER, 2002). Em 1992, numa atitude pioneira, o Banespa publica um relatório completo de suas ações sociais. Tal atitude acabou por promover um estímulo a que outros empresários trilhassem o mesmo caminho, sendo o ano de 1993 marcado pela publicação de diversos balanços sociais. Neste mesmo ano é lançada uma das maiores campanhas de mobilização social já presenciada neste país: a Campanha Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. “Esse é o marco da aproximação dos empresários com as ações sociais” (LOURENÇO e SCHRÖDER, 2002:6).

Em 1995 é criado, por alguns empresários, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE -, adotando o termo cidadania empresarial para designar as empresas que de fato desenvolviam trabalhos que traziam melhoria na qualidade de vida e conseqüente transformação social. O IBASE lança, no ano de 1997, o Selo do Balanço Social a fim de provocar uma maior mobilização dos empresários para a causa. A empresa que se prontificasse a apresentar o balanço social nos padrões do IBASE era certificada com o selo. Em 1998 é fundado o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social que tem por objetivo disseminar a prática social através de publicações, experiências vivenciadas, programas e eventos para associados e interessados em geral, estabelecendo indicadores sociais para avaliação de empresas, incentivando a formação de uma nova cultura empresarial baseada na ética (LOURENÇO e SCHRÖDER, 2002).

Pelo exposto acima, inferimos que o mercado brasileiro tem-se mobilizado no sentido de buscar uma atuação social mais efetiva e sistêmica, indo além de ações filantrópicas paliativas. Este incremento e avanço das organizações, segundo Neto e Fróes (1999:80) deve-se as seguintes razões: “enormes carências sociais do país; crescente grau de organização de nossa sociedade e especialmente do terceiro setor; a ação social dos concorrentes; a divulgação crescente dos meios de comunicação sobre as ações sociais das empresas; e o crescimento das expectativas das comunidades e dos funcionários sobre o engajamento social empresarial.”

2.4 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO

O termo responsabilidade social surge ao longo do século XX e assume significados distintos. O conceito foi continuamente debatido e alternadamente aceito e rejeitado. “Tal situação ocorre, acreditamos, pelo fato de que a noção de responsabilidade social se defronta

em áreas-limite da ética e da moral, absolutamente subjetivas. Existe um alto grau de ambigüidade na noção de responsabilidade social, permitindo o questionamento de diversos pontos” (TOMEI, 1984:102). Outros autores alegam que o fato de a responsabilidade social ser um alvo em movimento, dificulta seu estudo e acompanhamento. Lamenta-se também que a maior parte dos trabalhos sobre responsabilidade social versem muito mais sobre seu potencial econômico, isto é, tratada como um bom negócio, do que sobre a importância de ser ter uma postura cidadã.

O ponto de vista conservador ou econômico clássico tem na figura de Milton Friedman e Henry Manne seus maiores defensores. Para estes o conceito de responsabilidade social deve ser entendido como uma função econômica na qual as preocupações com questões ambientais e sociais ficam em segundo plano. Ou seja, uma empresa ou empresário contribui decisivamente com a sociedade na medida em que gera emprego, paga impostos, salários e proporciona dividendos aos seus acionistas.

A esse respeito, já em 1958, Levitt (apud GUIMARÃES, 1984:215) defende:

“Lorde Acton tinha dito que no passado o povo sacrificou a liberdade por se agarrar a uma justiça impossível. A corrente contemporânea de moralização nos negócios parece buscar para si mesma essa infeliz consequência. O evangelho da tranquilidade é um soporífero. Em vez de lutar por sua sobrevivência por meio de retiradas estratégicas, mascarado como estadista industrial, o homem de negócios precisa lutar como se estivesse numa guerra. E como uma boa guerra, ela precisa ser lutada de forma estratégica, ousada e, acima de tudo, não moralmente.”

Segundo Friedman, a empresa e seus diretores, como agentes de seus acionistas, não têm o direito de fazer nada que não atenda ao objetivo de maximização dos lucros, mantidos os limites da lei (apud ASHLEY, 2002). Nesta linha de pensamento, cabe ao Estado, às igrejas e aos sindicatos suprirem as necessidades de responsabilidade social. Para o autor, não se deve sacrificar os gerentes corporativos exigindo-lhes – quando não têm – competência técnica e tempo para tais atividades, as quais constituem uma tarifa sobre os lucros dos acionistas. Outro argumento que enfatiza este posicionamento (MONTANA e CHARNOV apud LOURENÇO e SCHRÖDER, 2002:8) defende que “o envolvimento da empresa com objetivos sociais pode diluir a ênfase das organizações na produtividade econômica, dividindo os interesses das suas lideranças e enfraquecendo as empresas no mercado”. É a visão da responsabilidade social corporativa como obrigação social.

Keith Davis (apud ASHLEY, 2002:10) “afirma que a empresa acarreta, para a sociedade, alguns custos decorrentes de suas atividades; por isso mesmo tem responsabilidade direta e condições de abordar muitos dos problemas que atingem a sociedade. Ser socialmente responsável, contudo, tem um preço; assim, seria necessário repassar tais custos aos consumidores na forma de aumento de preços.”

Existem duas correntes de pensamento quanto à natureza da ação social responsável: a ética e a instrumental.

A linha ética (TOMEI, 1984) tem seus argumentos pautados nos princípios religiosos e nas normas sociais prevalecentes. Segundo esta linha as pessoas teriam comportamentos sociais responsáveis pelo simples fato de serem estas moralmente corretas, mesmo que acarretem ônus para a empresa.

Já os argumentos na linha instrumental partem da premissa de que existe uma relação de ganho direta entre comportamento socialmente responsável e o desempenho econômico organizacional. “Esta abordagem instrumental é foco de maior atenção dos acadêmicos, da mídia e das empresas, pois é tida como a melhor forma de melhorar a reputação da empresa e adquirir vantagens competitivas no mercado de trabalho. Entretanto, fica evidente que por trás da associação entre postura social e lucratividade, este grupo está na verdade preocupado com a ameaça a sua posição no âmbito da sociedade” (GUIMARÃES, 1984:217). Isto posto, podemos inferir que nesta linha de pensamento os benefícios sociais são valorizados na medida em que significam retorno para a empresa.

Entretanto, questiona-se a efetividade das ações sociais com viés instrumental no longo prazo, alegando-se não possuírem sustentabilidade para se perpetuar. Esta só é adquirida se baseada na formação de uma cultura que o sustente, e para tal, toda a cadeia produtiva deveria ser envolvida.

Garay (2002:5) vai além quando afirma que:

“há uma construção de todo um discurso que busca tornar as empresas mais atrativas, mais humanas, lugar de prosperidade, guardiãs dos mais altos valores sociais e da moralidade pública (assumindo “ares de santidade”, como coloca Freitas, 1999). (...) O fato de tornarem-se responsáveis por uma missão nobre como a ação social, funcionaria como elemento de convencimento, o que facilitaria a adesão dos indivíduos (o que é necessidade da organização) aos valores da empresa, permitindo que as vantagens materiais sejam relegadas a um segundo plano. A organização deixa de ser vista como reguladora da crise econômica e social para se tornar fornecedora de significações, gratificações e, por fim, **de identidade**. A tão

desejada identificação passa a ser, assim, cada vez mais possível” (grifos nossos).

Uma das críticas deste enfoque é que se faz uso estratégico de mecanismos para a disseminação da crença de que todos podem ser melhor – pelo afeto e doação ao próximo - e que pertencem a algo especial: uma instituição humanizada e socialmente responsável. A partir do discurso social, coloniza-se corações e mentes em prol da cultura organizacional. A via da identidade com a organização torna-se extremamente fortalecida. No entanto, este discurso pode estar pautado somente na ação voluntária dos empregados, não havendo ação social efetiva da empresa. Cabe-lhe apenas o papel de estimulador e disseminador da idéia da organização responsável. Sua preocupação é reduzida ao gerenciamento de sua imagem.

O gerenciamento de impressões, segundo Deaux e Wrightsman (apud MENDONÇA e GONÇALVES, 2002:2), é “o processo geral pelo qual as pessoas se comportam de modos específicos para criar uma imagem social desejada”. Sob este ponto de vista, “o gerenciamento de impressões se torna uma parte significativa da vida organizacional, pois, clientes, outras organizações, gerentes, empregados, todos fazem parte de uma teia de relações onde afetar as impressões de outros atores sociais sobre si mesmo faz parte do jogo” (MENDONÇA e FACHIN apud MENDONÇA e GONÇALVES, 2002:2).

Contudo, é inquestionável que a abordagem instrumental, na melhor das hipóteses, propicia e estimula a reflexão nas pessoas e com àquelas com as quais ela convive, além de possibilitar o exercício de ações pautadas em valores como solidariedade, cooperação, emoção, muitos dos quais considerados impróprios e até indesejados para o ambiente empresarial.

Numa tentativa de buscar a sustentabilidade do próprio conceito, objetivando transpor a discussão da responsabilidade social para além da corporação, percebemos um movimento de descentralização do debate, voltando-se para uma visão das redes de relacionamento entre agentes sociais. Assim, “as relações de troca passam a se tornar o foco de reflexão, não apenas em aspectos econômicos, mas incluindo também relações de confiança, idéias e normas éticas” (ASHLEY, 2002:24). Tem-se aqui a terceira visão do tema: A Responsabilidade Social Corporativa como abordagem sistêmica dos *stakeholders* (ZADEK apud ASHLEY, 2002).

Segundo este raciocínio, “a responsabilidade social da empresa está estritamente ligada ao tipo de relacionamento desta com os seus interlocutores. A natureza desta relação

vai depender muito das políticas, valores, cultura e sobretudo da visão estratégica que prevalecem no centro da organização e no atendimento a essas expectativas” (LOURENÇO E SCHRÖDER, 2002:10).

Duarte e Dias (apud LOURENÇO E SCHRÖDER, 2002) resumem esta troca da seguinte maneira:

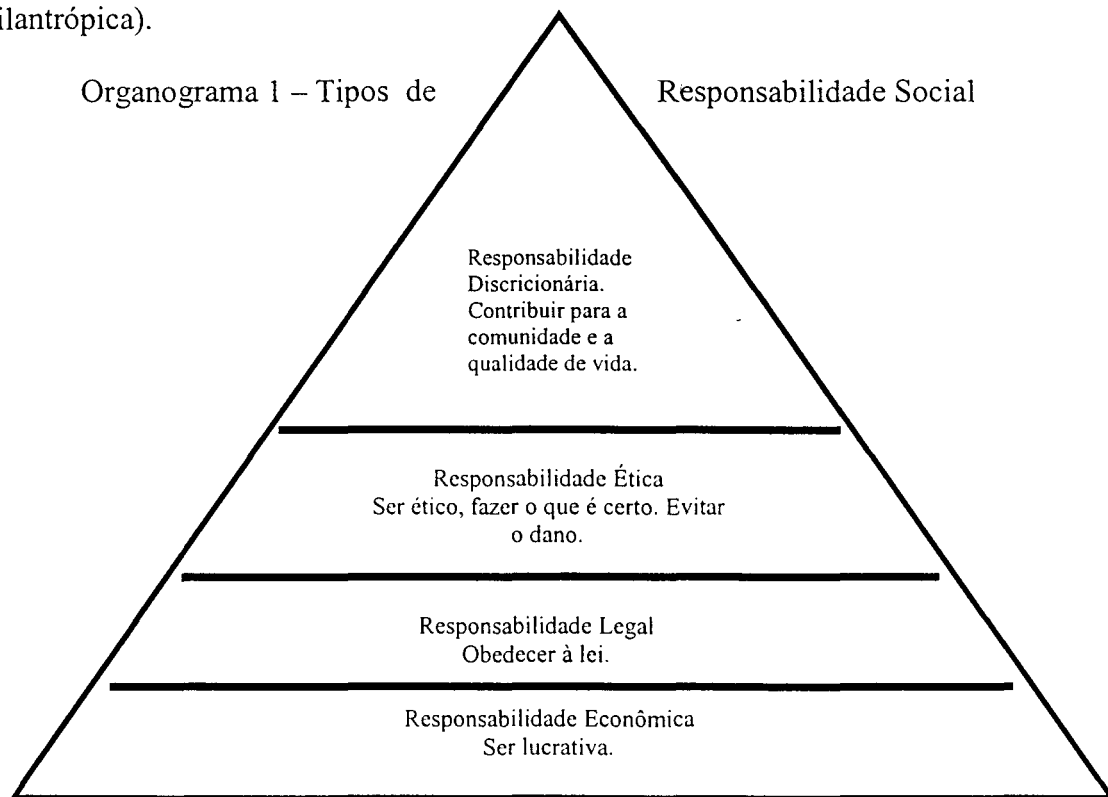
Tabela 1 – Stakeholders (Partes interessadas)

Stakeholders	Contribuições	Demandas Básicas
Acionistas	✓ Capital	✓ Lucros e dividendos ✓ Preservação do patrimônio
Empregados	✓ Mão-de-obra ✓ Criatividade ✓ Idéias	✓ Salário justo ✓ Segurança e saúde no trabalho ✓ Realização pessoal ✓ Condições de trabalho
Fornecedores	✓ Mercadorias	✓ Respeito aos contratos ✓ Negociação leal
Clientes	✓ Dinheiro ✓ Fidelidade	✓ Segurança dos produtos ✓ Boa Qualidade dos produtos ✓ Preço acessível ✓ Propaganda honesta
Comunidade/Sociedade	✓ Infra-estrutura	✓ Respeito ao interesse comunitário ✓ Contribuições à melhoria da qualidade de vida na comunidade ✓ Conservação dos recursos naturais ✓ Proteção ambiental ✓ Respeito aos direitos de minoria
Governo	✓ Suporte institucional, jurídico e político	✓ Obediência às leis ✓ Pagamento de tributos
Concorrentes	✓ Competição ✓ Referencial de mercado	✓ Lealdade na concorrência

Fonte: baseado em Duarte e Dias citado em Correa (1999)

2.5 TIPOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Carroll (apud LOURENÇO e SCHRÖDER, 2002) elaborou um modelo piramidal em que estabelece 4 tipos de responsabilidade social: econômica, legal, ética e discricionária (ou filantrópica).



Fontes: Archie B. Carroll, "A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate performance," *Academy of Management Review* 4 (1979), 499; e "The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Corporate Stakeholders," *Business Horizons* 34 (jul-ago 91), 42. Citado em DAFT, Richard L. "Administração", p. 90 (1999)..

↳ **Responsabilidade Econômica** – localiza-se na base da pirâmide, pois é o principal tipo de responsabilidade social encontrada nas empresas, sendo o lucro a maior razão pela qual as empresas existem. Ter responsabilidade econômica significa produzir bens e serviços de que a sociedade necessita, a um preço que possa garantir a continuação das atividades da empresa, de forma a satisfazer suas obrigações com seus investidores e maximizar os lucros para seus proprietários e acionistas. Nesta abordagem o ganho econômico é a única responsabilidade social (DAFT apud LOURENÇO e SCHRÖDER, 2002:7).

↳ **Responsabilidade Legal** – define o que a sociedade considera importante com respeito ao comportamento adequado da empresa. Ou seja, espera-se das empresas que atendam às metas econômicas dentro da estrutura legal e das exigências legais que são impostas pelos conselhos

locais das cidades, assembleias legislativas estaduais e agências de regulamentação do governo federal. No mínimo, espera-se que as empresas sejam responsáveis pela observância das leis municipais, estaduais e federais por parte de seus funcionários (DAFT apud LOURENÇO e SCHRÖDER, 2002:7).

↳ **Responsabilidade Ética** – inclui comportamentos ou atividades que a sociedade espera das empresas, mas que não são necessariamente codificados na lei e podem não servir aos interesses econômicos direto da empresa. O comportamento antiético, que ocorre quando decisões permitem a um indivíduo ou empresa obter ganhos a custa da sociedade, deve ser eliminado. Para serem éticos, os tomadores de decisão das empresas devem agir com equidade, justiça e imparcialidade, além de respeitar os direitos individuais (DAFT apud LOURENÇO e SCHRÖDER, 2002:7).

↳ **Responsabilidade Discricionária ou Filantrópica** – é puramente voluntária e orientada pelo desejo da empresa em fazer uma contribuição social não imposta pela economia, pela lei ou pela ética. A atividade discricionária inclui: fazer doações a obras beneficentes; contribuir financeiramente para projetos comunitários ou para instituições de caridade que não oferecem retornos para a empresa e nem mesmo são esperados (DAFT apud LOURENÇO e SCHRÖDER, 2002:7).

Por ser um movimento relativamente recente, o emprego de termo distintos como filantropia corporativa, voluntariado empresarial, responsabilidade social e cidadania empresarial estão sendo utilizadas como sinônimos. Assim, tentaremos aqui expor a opinião de diversos autores sobre cada um dos termos a fim de diferenciá-los.

Por Filantropia Corporativa pode-se entender como:

“Auxílio aos pobres, aos desvalidos, aos desfavorecidos, miseráveis, excluídos e enfermos. Em geral, assumem a forma de doações a grupos ou outras entidades. Como tal, prescindem de planejamento, organização, monitoramento, acompanhamento e avaliação” (MELO NETO e FROES, 2001:26-7).

A ação empresarial filantrópica pode ser caracterizada como uma ação social de natureza assistencialista, caridosa e predominantemente temporária. Os termos filantropia empresarial e solidariedade corporativa parecem remeter a mesma idéia. Nesta linha de pensamento, “alguns empresários assumem o assistencialismo como causa principal, tendo em vista o baixo envolvimento pessoal requerido. Assim, a responsabilidade social assume meramente o caráter de inevitabilidade, dando às organizações a impressão de que

ou gasta-se fazendo apenas doações ou se está ameaçando a continuidade do negócio” (SAUERBRONN, 2001:27).

Szazi (2002:19) define o Voluntariado Empresarial como:

“o conjunto de ações empresariais para incentivar os funcionários a engajarem-se em atividades voluntárias na comunidade. Tais ações são variadas e podem consistir em cessão de espaço e recursos da companhia para o desenvolvimento de atividades voluntárias, dispensa de certo número de horas da jornada de trabalho para ações voluntárias e aproximação de funcionários e entidades interessadas em tal colaboração”.

Vale a pena observar que o termo voluntariado empresarial começa a ser utilizado indevidamente como sinônimo de cidadania empresarial, não se levando em conta que o voluntariado é uma forma de atuação específica da empresa junto à comunidade, sendo assim um tipo de atuação que leva à cidadania empresarial (MELO NETO e FROES, 2001).

Para o termo Responsabilidade Social pode-se trazer a visão de Schommer (1999:103):

“Traz a noção de que a atividade empresarial envolve uma dimensão de responsabilidade para com toda cadeia produtiva da empresa – clientes, funcionários, fornecedores, além da comunidade, ambiente e sociedade como um todo.”

Contrariamente à idéia de filantropia, a “responsabilidade social exige periodicidade, método e sistematização e, principalmente, gerenciamento efetivo por parte das empresas” (MELO NETO e FROES, 2001:27).

Por fim, o termo Cidadania Empresarial, que teria, segundo alguns autores, maior amplitude. Conforme sustenta Martinelli (apud SCHOMMER e FISCHER, 1999:106):

“A empresa contribui de maneira transformadora para a elevação do meio social em que se insere, assumindo compromisso e definindo políticas em relação a cada um de seus parceiros. É também uma empresa que cultiva e pratica um conjunto de valores, muitas vezes explicitados num código de ética, que formata consensualmente a cultura interna, funcionando como referência de ação para todos os seus dirigentes nas relações com os parceiros. A empresa cidadã opera sob uma concepção estratégica e um compromisso ético, resultando na satisfação das expectativas e respeito aos direitos dos parceiros.”

Nesse trabalho, assumimos o termo Responsabilidade Social como o mais genérico, cabendo dentro deste diferentes níveis de atuação. Nesta ótica, consideramos a Cidadania

Corporativa o nível de maior plenitude, no qual haveria de fato uma consciência cívica e um compromisso social do empreendedor com o desenvolvimento sustentável ⁷.

O processo de gestão da responsabilidade social exige, segundo Neto e Fróes (1999:78), alguns vetores que norteariam sua evolução na prática social. Para eles, a empresa que seguisse estes vetores se encaixaria na denominação de socialmente responsável.

- V1. apoio ao desenvolvimento da comunidade onde atua;
- V2. preservação do meio ambiente;
- V3. investimento no bem-estar de seus funcionários e seus dependentes em um ambiente de trabalho agradável;
- V4. comunicação transparente;
- V5. retorno aos acionistas;
- V6. sinergia com os parceiros;
- V7. satisfação dos clientes e/ou fornecedores.

Ao analisarmos estes vetores, percebemos que estes estão divididos em duas dimensões. A dimensão interna que contempla os vetores 3 e 4, e a dimensão externa composta pelos vetores 1, 2, 5, 6 e 7. Alguns autores defendem que uma empresa deve, antes de se preocupar com uma atuação social externa, certificar-se de que está sendo socialmente responsável internamente, isto é, com os seus empregados, através de investimento em benefícios, capacitação, remuneração adequada, buscando garantir qualidade de vida no trabalho, chamando a isto de cidadania corporativa mínima. Somente depois de atendida às necessidades internas é que a organização deveria partir para uma atuação social externa, focando sua relação com os fornecedores, clientes, acionistas, comunidade e meio ambiente.

Nesta perspectiva, a atuação social das organizações seguiria um continuum indo da cidadania mínima a máxima, na qual se desenvolvem ações nas áreas de atuação da empresa que trazem significativas contribuições sociais. Assim, a organização que opta por privilegiar atuação social externa em detrimento da interna, torna-se alvo de críticas, sendo sua intenção percebida como meramente instrumental, utilitária e antiética, preocupando-se unicamente com o retorno de imagem que as ações irão gerar, ignorando as necessidades do corpo

⁷ O conceito de responsabilidade social é parte do conceito mais amplo de Desenvolvimento Sustentável. Este se baseia em três pilares: dimensão econômica, social e ambiental. Responsabilidade social integra a dimensão social e compreende os seguintes aspectos: os direitos humanos; os direitos dos empregados; os direitos dos consumidores; o envolvimento comunitário; a relação com fornecedores; o monitoramento e a avaliação de desempenho; e os direitos dos grupos de interesse” (NETO e FRÓES, 2001b:90).

funcional. Esta atitude gera conflitos e insatisfações internas que alteram o clima organizacional e acabam por afetar a produtividade das pessoas. Nesta lógica, a organização que primeiro investe no público interno gera satisfação e tem esta refletida na performance empresarial, facilitando uma ação social externa mais consistente e sistemática porque tem o apoio, a partir do trabalho voluntário, e o reconhecimento interno.

Seguindo esta linha de pensamento, Melo Neto e Fróes acrescentam uma terceira dimensão, denominada exercício da gestão social cidadã, com maior amplitude que as duas primeiras. Nesta “a empresa desenvolve ações sociais que extrapolam o âmbito da comunidade local (a comunidade ao redor da empresa) e que se estendem à comunidade como um todo. Mesmo aquelas populações e grupos sociais que não são diretamente alvo das ações sociais da organização são beneficiados pelos resultados do desempenho social empresarial” (NETO e FRÓES, 2001b:81).

2.6 O VOLUNTARIADO

O trabalho voluntário é uma das molas propulsoras do terceiro setor e começa a ser uma prática comum estimulada pelo empresariado brasileiro.

Regido por lei (Lei 9.608/98), o trabalho voluntário, para ser enquadrado como tal, deve obedecer a alguns requisitos: “a) ser voluntário, ou seja, não pode ser imposto ou exigido como contrapartida de algum benefício concedido pela entidade ao prestador de serviço ou sua família; b) ser gratuito; c) ser prestado por um indivíduo isoladamente, e não por uma organização da qual o indivíduo faça parte e, portanto, pela mesma compelindo a prestá-lo; d) ser prestado para entidade governamental ou privada, sendo que estas devem ter fim não-lucrativo e serem voltadas para objetivos públicos” (SZAZI apud FOSSÁ e SARTORETTO, 2002:7).

Na pesquisa “Estratégias de Empresas no Brasil: atuação social e voluntariado” realizado pelo CEATS-USP, 273 empresas foram entrevistadas para saber sobre os benefícios advindos do trabalho voluntário em relação aos funcionários. Esta pesquisa revelou que em 48% das empresas há trabalho voluntário entre os empregados. Revelou ainda que 17% dessas empresas permitem que o trabalho voluntário seja feito no horário do trabalho. Deste total, 79% acreditam que este tipo de ação melhora a imagem institucional. Este estudo aponta para o fato de que 75% dos entrevistados encaram o voluntariado muito menos como um ato de

caridade, amor ao próximo e solidariedade, do que como um ato de cidadania e participação social transformadora, ajudando assim a construir uma sociedade melhor.

Nota-se que o voluntariado empresarial, como instrumento de responsabilidade social apresenta fortes benefícios tanto para a empresa quanto para o desempenho profissional e motivação dos funcionários.

2.7 O QUE SE GANHA COM AS AÇÕES SOCIAIS

Quando empresários decidem investir em responsabilidade social, algumas oportunidades de ganho se apresentam como melhoria da imagem, legitimidade, reconhecimento, apoio, preferência de investidores, ganho de espaço na mídia, aumento nas vendas etc. Há ganhos materiais e imateriais.

Como salienta NETO e FRÓES (1999:166):

“O retorno social institucional ocorre quando a maioria dos consumidores privilegia a atitude da empresa de investir em ações sociais, e o desempenho da empresa obtém o reconhecimento público. Como consequência, a empresa vira notícia, potencializa sua marca, reforça sua imagem, assegura a lealdade de seus empregados, fideliza clientes, reforça laços com parceiros, conquista novos clientes, aumenta sua participação no mercado, conquista novos mercados e incrementa suas vendas.”

Uma pesquisa realizada em 2000 pelo Instituto Ethos em parceria com o jornal Valor Econômico e a Indicator Opinião Pública, mostra o quanto o consumidor brasileiro pode estar sensível às práticas sociais das empresas e ser influenciado por estas.

Qual das seguintes atitudes de uma empresa estimularia você a comprar mais os seus produtos e recomendar aos seus amigos?	
✓ Contrata deficientes físicos.	46%
✓ Colabora com escolas, postos de saúde e entidades da comunidade.	43%
✓ Mantém programas de alfabetização para funcionários e familiares.	32%
✓ Adota práticas efetivas de combate à poluição.	27%
✓ Mantém um excelente serviço de atendimento ao consumidor.	24%
✓ Cuida para que suas campanhas publicitárias não coloquem em situações constrangedoras, preconceituosas ou abusivas.	23%
✓ Apóia campanhas para erradicação do trabalho infantil.	22%
✓ Mantém programas de aprendizagem para jovens na faixa de 14 a 16 anos.	20%
✓ Realiza campanhas educacionais na comunidade.	16%
✓ Contrata ex-detentos.	15%
✓ Participa de projetos de conservação ambiental de áreas públicas.	9%

✓ Libera seus funcionários no expediente comercial para ajudar em ações sociais.	8%
✓ Promove eventos culturais.	6%

Tabela 2 – Resultados da Pesquisa sobre o Comportamento do Consumidor Brasileiro frente às Práticas Sociais das Empresas / Fonte: Instituto Ethos em parceria com o Valor Econômico e a Indicator Opinião Pública em 2000.

Cabe destacar neste quadro que as quatro primeiras questões que obtiveram os maiores percentuais de voto são questões sociais que denotam preocupação dos entrevistados com os mais desfavorecidos, com o investimento em educação e com o compromisso com o meio ambiente. Somente em quinto lugar vem a preocupação em ser bem atendido.

Entretanto, o fato destas pessoas estarem sensibilizadas e mobilizadas com o próximo ainda não é sinônimo de que estas somente comprarão ou darão preferência a produtos de empresas comprometidas socialmente. Este exercício de consumo cidadão ainda não é um componente de nossa cultura.

Outro ganho que não poderia deixar de ser citado é o proveniente das relações de troca quando da convivência entre membros da área privada e do terceiro setor. O trabalho voluntário desenvolve nas pessoas não apenas o sentimento de cidadania como também promove o uso de habilidades como leitura do ambiente e construção de formas coletivas de solução de problemas, amplia e promove mudanças nas visões de mundo, trabalha com objetivos comuns e com aprendizagem em grupo (GARAY, 2002).

As benesses dessa parceria entre o mercado e o terceiro setor podem ser comprovadas pelo grau de satisfação do empresariado que, segundo pesquisa realizada pelo CEATS – Centro de Empreendedorismo Social e Administração do Terceiro Setor – junto a 440 empresas, cerca de 80% dos entrevistados, que limitavam sua participação social a doações e patrocínios, querem ir além, montando uma estratégia de atuação social mais estruturada (FISCHER, 2002).

Neste contexto, surge uma necessidade para governo, empresas e sociedade: de transparência em toda a cadeia de relações sociais, econômicas e políticas, pois o acesso universal aos meios de comunicação e interação dá uma voz democrática global e visibilidade sem precedentes na história.

CAPÍTULO 3 – CIDADANIA E EDUCAÇÃO OU EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA?

.....

Neste capítulo nos propomos a debater as relações existentes entre educação e cidadania. Para tal, traçaremos um breve panorama da evolução histórica do conceito de cidadania e suas interfaces com a educação. Não temos a pretensão de chegar a uma resposta exata quanto à qualidade e forma desta relação, mas sim de incitar a discussão de até que ponto a cidadania prescinde da educação para se construir e se exercer conscientemente.

.....

“Ali começou a fazer-se carne em nós a consciência da necessidade de uma mudança definitiva na vida do povo. A idéia da reforma agrária se fez nítida e a comunhão com o povo deixou de ser teoria para converter-se em parte definitiva de nosso ser. A guerrilha e o campesinato se iam fundindo numa só massa, sem que ninguém possa dizer em que momento se fez intimamente verídico o proclamado e fomos parte do campesinato. Só sei, no que a mim respeita, que aquelas consultas aos camponeses da Sierra converteram a decisão espontânea e algo lírica em uma força de distinto valor e mais serena. Nunca suspeitaram, aqueles sofridos e leais povoadores da Sierra Mestra, o papel que desempenharam como forjadores de nossa ideologia revolucionária” (Relato de CHE GUEVARA em Sierra Mestra, apud FREIRE, 1987:169).

“Foi assim, no seu diálogo com as massas camponesas, que sua práxis revolucionária tomou um sentido definitivo. Mas, o que não expressou Che Guevara, talvez por sua humildade, é que foram exatamente esta humildade e a sua capacidade de amar que possibilitaram a sua ‘comunhão’ com o povo. E esta união, indubitavelmente **dialógica**, se fez **co-laboração**” (FREIRE, 1987:169, grifos nossos).

O comovente relato de Guevara e a sensível interpretação de Freire traduzem suas leituras quanto ao significado de cidadania para ambos. Compartilhando desta visão, Demo (1995:1) afirma que “cidadania é a competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada”. Mas este já é um conceito bem atual, típico da modernidade, que retornaremos mais adiante. Antes de explorá-lo e para melhor compreendermos como chegar a ele, é preciso retomar a história desde a Grécia antiga, berço da democracia.

3.1 A CIDADANIA NO OCIDENTE

Segundo Cavalcanti (1989), a consciência da cidadania no mundo ocidental moderno é contemporânea ao incremento do mercantilismo, ao nascimento da burguesia como classe social e ao surgimento, no plano econômico, do sistema capitalista.

Em 1789, “a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão endossa o status da cidadania, cuja formulação moderna se deve, principalmente, à Revolução Francesa. Os princípios de igualdade política e de participação de todos foram veementemente defendidos por Rousseau, evocando os ideais da *pólis* grega e da *civitas* romana” (CAVALCANTI, 1989:30).

“Para Rousseau, a vontade geral tem de ser construída com a participação efetiva dos cidadãos, de modo autônomo e solidário, sem delegações que retirem transparência à relação entre ‘soberania’ e ‘governo’. Por esta razão, o contrato social assenta, não numa obrigação política vertical cidadão-Estado, como sucede no modelo liberal, mas antes numa obrigação política horizontal cidadão-cidadão na base da qual é possível fundar uma associação política participativa” (SANTOS, B., 1999:239).

Freund (apud CAVALCANTI, 1989:31) chama a atenção, na “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, para o antagonismo entre o público e o privado. Neste documento o homem deve acolher a liberdade submissa à autoridade e não contra ela. Decorre daí o fato de o cidadão ter o direito de gozar da liberdade, reconhecendo, entretanto, uma autoridade que lhe é superior, que o protege e a cujo exercício pode aspirar.”

“A desobediência civil não pode, a rigor, justificar-se, a não ser no caso de a autoridade ser verdadeiramente incapaz de assegurar a proteção dos cidadãos ou se ela anula o outro elemento fundamental e dialético do conceito de autoridade: o da liberdade” (FREUND apud CAVALCANTI, 1989:31).

Isto posto, infere-se que a desobediência é inaceitável quando se opõe ao puro arbitrário, quando se age em função de questões meramente pessoais, discriminando leis e deveres, aceitando apenas o que lhe convém subjetivamente.

Cavalcanti (1989: 32) postula que:

“A cidadania é exclusivamente relativa ao público e, desta forma, independente das qualidades pessoais, profissionais ou éticas do indivíduo. O homem é cidadão porque participa da vida da ‘pólis’ na igualdade dos direitos e deveres, não por ser mais honesto e reto do que outro. Rico ou

pobre, religioso ou ateu, todo cidadão se beneficia, igualmente, da proteção da lei.”

Atualmente, baseando-nos tanto em publicações reconhecidas quanto em autores que são referência na área, encontraremos no conceito de cidadania, dada sua complexidade, uma diversidade de definições que têm, no entanto, fios condutores em comum.

Para o Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (1986:177):

“Cidadania é tratada como estatuto do relacionamento entre o indivíduo e a sociedade política, o Estado. O indivíduo deve obediência ao Estado, que por sua vez, lhe deve proteção. (...) Estatuto baseado na regra da lei e no princípio de igualdade.”

Dimenstein (1993:29) defende que:

“Cidadania, em essência, seja o direito de viver decentemente. Direito a uma vida digna, ao bem-estar, independente de suas convicções.”

Para Marshall (apud SANTOS, B., 1999:243):

“É o conteúdo da pertença igualitária a uma dada comunidade política e afere-se pelos direitos e deveres que o constituem e pelas instituições a que dá azo para ser social e politicamente eficaz.”

E, repetindo o conceito proposto por Demo (1995:1), temos cidadania como:

“A competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada.”

Assim, inferimos que o termo cidadania, dada sua amplitude, possibilita ênfases diversas. Neste trabalho, assumiremos o termo cidadania como uma postura que vai além do respeito aos direitos e cumprimento dos deveres versados na constituição; entendemos como um compromisso com o bem-estar coletivo, respeito e solidariedade com o próximo, e, sobretudo, como competência política.

Os direitos do homem e do cidadão foram reafirmados pela ONU logo após a II Guerra Mundial. Mas a famosa declaração de que todos os homens nascem iguais em direito e dignidade acaba por ser tornar uma falácia para os países periféricos.

Limitando a leitura e análise ao campo brasileiro, temos um quadro social que muito pouco se aproxima dessa proposta universal.

A questão da cidadania no Brasil tem sua relevância assinalada desde a constituição de 1824 quando seu texto lavrava:

“O Império do Brazil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros.”

“São Cidadãos Brasileiros:

I. Os que no Brazil tiverem nascido, que sejam ingênuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua nação.” (Título 2º, artigo 6º).

Inferimos no texto constitucional que o termo cidadão diz respeito à questão da nacionalidade. Na carta seguinte, de 1934, direitos políticos e ordem econômica e social são tratados, mas não se utiliza mais o termo cidadão. Nos direitos políticos a mudança dá-se na questão do voto que tem o limite de idade reduzido e no social estabelece-se que “a ordem econômica deve ser organizada (...) de modo que possibilite a todos uma existência digna. Dentro desses limites, é garantida a liberdade econômica.

O ideal de cidadão da carta de 1937, na qual o termo cidadão é retomado, reside na conciliação da iniciativa individual, disciplina moral e deveres individuais com a intervenção do Estado no domínio econômico (CAVALCANTI, 1989).

A Carta Magna de 67, auge do período ditatorial, tem um texto absolutamente coercitivo, restando poucos direitos ao cidadão, sendo chamada de *cidadania regulada*. Mudanças mínimas ocorrem na carta de 1967, cumprindo apenas ressaltar que nesta, mais uma vez, o termo cidadania é eliminado, ficando nacionalidade. Constatamos, isto posto, que os termos cidadania e nacionalidade alternaram-se ao longo da evolução dos textos constitucionais.

Na Carta Magna atual (1988), o conteúdo e o significado dados ao termo ampliam-se, separando cidadania de nacionalidade, cabendo a cada qual um texto em separado, ficando assim registrado:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Art. 5º).

Apesar dos direitos assegurados na constituinte, Dimenstein (1993) afirma que vivemos uma *cidadania de papel*, sem consistência, na qual os despossuídos, ao requerê-la, são encarados como problema de polícia e tratados com o rigor de um Estado autoritário e

onipotente. Somos um país capitalista, no qual o capital – sujeito do capitalismo – se faz às custas da marginalização da maioria dos brasileiros, bem distante dos ideais de cidadania preconizados pela revolução burguesa.

Equívoco maior se dá ao constatar que nos discursos da doutrinação da direita e da esquerda a cidadania é raramente vista como desafio da competência, bastando-se o engajamento político ou apenas como atividade política, desvinculando-a da problemática produtiva (DEMO, 1995).

Ampliar a leitura de cidadania e compreender a extensão do que seja a prática cidadã seria uma das responsabilidades da educação formal ou haveriam outros caminhos? Haveria de fato uma relação simbiótica e dependente entre educação, cidadania e participação ou esta é assim assimilada por interesses maiores que asseguram determinadas relações de poder?

Nossa expectativa neste capítulo reside no reconhecimento de argumentações que, apesar de antagônicas, não se eliminam, ao contrário, reafirmam a complexidade do termo e dão abertura a reflexões sobre qual o sentido e significado desejados para este.

3.2 EDUCAÇÃO

“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (FREIRE, 2001:23).

Quando nos propomos a discutir educação como prática de liberdade, é mister estar atento às ciladas das interpretações apressadas e tendenciosas. O educador consciente precisa tornar sua prática intencional, o que significa ultrapassar o espontaneísmo do senso comum.

Definir os fins educativos é definir, ao mesmo tempo, a sociedade, a cultura e o homem que se quer promover. Toda imagem do homem é uma imagem social. (...). Fixar fins para a educação é escolher um tipo de homem, portanto, de homem social, portanto, de sociedade. Essa escolha não é abstrata e intemporal (CHARLOT, 1983).

A aldeia global de McLuhan se concretiza nas diversas “globalizações”, e principalmente, na mercadológica. Qual a responsabilidade e o papel das corporações neste contexto? Como compreender e participar como sujeito ativo de todo este movimento a fim de acompanhá-lo ou modificá-lo?

Pensamos que a educação seja um dos caminhos mais apropriados. Mas é preciso ser criterioso e não pensar, quixotesicamente, que a educação resume-se numa ferramenta de transformação ou mudança.

Neste sentido, Paim (1992) certifica-nos que Educação pode ter quatro funções interdependentes: a) Função **Mantenedora** - que diz respeito à continuidade histórica de uma cultura; b) Função **Socializadora** - a utilização da linguagem, do ambiente, dos utensílios que transformam o indivíduo em sujeito social; c) Função **Transformadora** - a conscientização das contradições do sistema provocando mobilização; e d) Função **Repressora** - educação como instrumento de controle e reserva do cognoscível, com o objetivo de conservar e reproduzir as limitações que o poder destina a cada classe e grupo social.

Sintetizando, “em função do caráter complexo na função educativa, a aprendizagem se dá, simultaneamente, como instância alienante e como possibilidade libertadora” (PAIM, 1992:12). Portanto, pode-se emancipar ou regular indivíduos pela via da educação.

Anterior à discussão da qualidade e forma da relação existente entre educação, cidadania e participação, traçaremos um breve panorama do papel, relevância e aplicação da educação na formação do homem do século XVII até os nossos dias.

3.2.1. O PAPEL DA EDUCAÇÃO NOS TRILHOS DA HISTÓRIA

Ao revermos na História o papel da educação, principalmente no século XVII, percebemos toda uma mobilização na busca por um novo saber e por uma nova educação a partir de pensadores como Locke, Descartes, Bacon e Comenius. “A idéia era de laicizar o saber, a moral, a política. Era preciso separar nitidamente fé e razão, natureza e religião, política e igreja” (BUFFÁ, 2002:15). Comenius declarava:

“Ensinar a todos porque o homem tem necessidade de se educar para se tornar homem. O homem tem as sementes da piedade, da moralidade e da sabedoria, que deverão ser desenvolvidas pela educação. (...) Devem ser enviados às escolas não apenas os filhos dos ricos ou dos cidadãos principais, mas todos, por igual, nobres e plebeus, ricos e pobres, rapazes e raparigas em todas as cidades, aldeias e casas isoladas. (...) Assim, todos saberão para onde devem dirigir todos os seus atos e desejos da vida, por que caminhos devem andar, e de que modo cada um deve ocupar seu lugar” (COMENIUS apud BUFFÁ, 2002:21).

Era uma educação para todos, embora não todo o tempo, porque havia uma educação que continuava reservada àqueles que seriam dirigentes.

Esta propalada educação para todos se fazia:

“basicamente na escola de língua nacional, cujo objetivo é ensinar toda a juventude, dos seis aos doze ou treze anos de idade, aquelas coisas que lhe serão úteis toda a vida: ler, escrever, contar, medir, cantar melodias, aprender de cor hinos sagrados, catecismo, máximas da Sagrada Escritura, ensinamentos morais, condições econômicas e política, história geral do mundo, cosmografia e conhecimentos vários da ordem geral acerca das artes mecânicas. Fica assim evidenciado que a educação para todos, a cargo do Estado, deverá formar, embora Comenius não use este termo, o cidadão” (BUFFÁ, 2002:21).

O discurso pedagógico burguês é, nessa época, o de garantir uma educação de base para todos porque há uma igualdade natural entre os homens. Porém, nesse mesmo pensamento burguês há uma nítida separação entre proprietários (propriedade fundiária) e não-proprietários, e por conseqüência, direitos a cidadanias diferentes. Aos proprietários, símbolos da instrução e da independência econômica, caberia a cidadania plena, integral, ativa. Aos não-proprietários caberia uma cidadania passiva, assistencialista, porque deveriam ser assistidos quanto à proteção de sua pessoa, de sua liberdade e de sua crença, mas não qualificados para serem membros ativos do soberano. Caberia-lhes uma cidadania de segunda ordem (BUFFÁ, 2002).

Um século mais tarde esta educação para os não-proprietários do século XVII, transforma-se na educação para o trabalhador pobre do século XVIII. Adam Smith (apud BUFFÁ, 2002:28) defende a educação profissional afirmando que “o Estado pode fazer isso com poucos gastos e com enorme vantagem, de vez que um povo instruído é ordeiro, obedece aos seus legítimos superiores e não é presa fácil de ilusões e superstições que dão origem a terríveis desordens”.

Neste sentido, temos educação como domesticação do homem. Homem passivo, receptivo, depósito e reprodutor de informações. Conclui-se, então, que a educação dos trabalhadores pobres tem por função discipliná-los para a produção. O que foi proposto, portanto, para a maioria da população é o mínimo. Aquele mínimo necessário para fazer do trabalhador um cidadão passivo que, apesar de tudo, tem alguns poucos direitos.

Nos dois últimos séculos esta visão de educação direcionada quase que exclusivamente para o trabalho se impôs com maior vigor. Uma educação cerceadora, regulatória e limitada, tomando seus “aprendizes de cidadãos” tão mecânicos quanto às engrenagens para as quais são treinados. Triunfa o modelo neoliberal de homem.

“A grande operação *política* do neoliberalismo é transferir a educação da esfera do *mercado*, questionando seu caráter de *direito* e reduzindo-a a sua condição de propriedade. É neste marco que se reconceptualiza a noção de *cidadania*, mediante uma revalorização da ação do cidadão enquanto *proprietário*, ou bem enquanto indivíduo que luta por aceder e conquistar (comprar) propriedades-mercadorias de diversa índole, sendo a educação uma delas. O modelo do homem neoliberal é o cidadão privatizado, responsável, dinâmico: o *consumidor*” (GENTILI, 1995: 32).

3.2.2. EM BUSCA DA EDUCAÇÃO CIDADÃ

“Como processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica, a educação é prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História como movimento, como luta” (FREIRE, 2001:14).

Reza nosso último texto constitucional (1988) que:

“A educação, direito de todos e dever do **Estado** e da **família**, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu **preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho**” (Cap. III, da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I – Da Educação – art. 5º - grifos nossos).

Assim, tal menção se faz igualmente presente na última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96:

“A educação escolar deverá **vincular-se ao mundo do trabalho** e à **prática social**” (Título I – Da Educação – grifos nossos).

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu **preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho**” (Título II – Dos Princípios e Fins da Educação Nacional – grifos nossos).

Pelo exposto no texto constitucional, no qual se configura a linha de pensamento governamental, educação e cidadania são categorias que possuem estreita relação, não se desvinculando uma da outra. Mas tal entendimento não é um consenso.

Discutir a qualidade das relações estabelecidas entre educação, cidadania e participação é tema gerador de muitos debates. Neste embate encontraremos autores que defendem o fato de que o desenvolvimento da cidadania estaria mais condicionado à questão

do saber, conhecimento e menos à questão material. Para outros, o posicionamento defendido é inversamente proporcional, ou seja, não basta o acesso à informação, ao conhecimento se não for levada em consideração a existência material que engendra o indivíduo.

Isto posto, apresentaremos alguns autores que defendem abordagens diferentes a fim de enriquecer a discussão e justificar nossa posição.

Demo (2001) salienta que a estratégia metodológica da cidadania é o ato de ‘saber pensar’, isto é, habilidade de aprender, construção da consciência crítica. Cidadania como espaço de criação, reconstrução e exercício de direitos. Para construir esta competência de saber pensar alguns elementos são fundamentais: “educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação, destacando-se, acima de tudo, o processo emancipatório” (DEMO, 1995:1).

Este papel a educação não vem cumprindo. Perdemos a politicidade da educação, reduzindo-a a uma prática que se preocupa apenas com a inserção no mercado de trabalho, limitando-se a reproduzir os conteúdos formais.

Freire (2001:58) endossa ao afirmar que:

“alfabetização não é alavanca de uma tal formação – ler e escrever não são suficientes para perfilar a plenitude da cidadania -; é necessário que a tomemos e a façamos como um ato político, jamais como um fazer neutro.”

E completa, salientando que:

“a prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização” (2001:28).

Por outro lado, o processo de globalização da economia traz mudanças inexoráveis ao mercado de trabalho e em suas relações, estabelecendo como novo perfil profissional não mais o modelo fordista de produção, mas o profissional com capacidade de pensar, criticar, inovar e decidir. Dentro desta perspectiva, Bertrand chama atenção para um fato curioso: “A crise do Estado-nação, a globalização da economia e as mudanças nos métodos de produção, são fenômenos que nos obrigam a prestar atenção a mais interessante característica das mudanças atuais: o estreitamento da linha divisória entre preparação para o papel de cidadão e a preparação para o papel de trabalhador” (BERTRAND apud LAZARI, 2002:41). Começa a

se delinear uma convergência de objetivos na formação do cidadão e do trabalhador (LAZARI, 2002).

Avaliando a relação que existe entre educação e cidadania, Demo argumenta que o que determina a pobreza política, no sentido da passividade, desinformação, desmobilização com as questões sociais é muito mais a ignorância – até porque não o foi educado para tal – do que a destituição material. O saber pensar, nesta ótica, seria o elemento que garantiria uma prática cidadã consciente e consistente. Afirma ainda que “irremediavelmente pobre é quem sequer consegue saber que é pobre. Falta-lhe consciência crítica para ler sua realidade e depois enfrentá-la num projeto político alternativo” (DEMO, 2001:147).

“Saber pensar comparece como estratégia metodológica, habilidade de aprender, gestação da consciência crítica, e nisto faz parte do centro da cidadania. Pondo assim, também digo que saber pensar não pode resolver, por si só, os problemas sociais. Mas pode colocar as coisas em direções mais efetivas e traduzir para os excluídos oportunidades mais palpáveis. Retoma-se o papel fundamental da educação para a cidadania, acrescido pela orquestração da habilidade reconstrutiva com a habilidade política” (DEMO, 2001:145).

Não saber pensar implica sujeição ao discurso da elite, aceitando a ordem estabelecida como algo sagrado, determinado a priori, restando-nos apenas a resignação e passividade diante das injustiças inerentes à vida. O conhecimento ao qual o acesso é permitido, em que a produção da ignorância civil e política é fruto, não nos habilita a ler, criticar e mudar a realidade. Um conhecimento desprovido de poder nada pode modificar ou transformar.

“A educação não favorece a cidadania automaticamente. Dentro do contexto do capitalismo perverso, sua tendência maior e típica é de reproduzir o espectro das desigualdades sociais. Pode imbecilizar, mais do que ensinar” (DEMO, 1995:147).

Freire (1987) defende que o pensar crítico, isto é, o saber pensar, somente se realiza pelo diálogo, sem ele não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação. Pauta-se, portanto, numa educação dialógica, logo, problematizadora. Argumenta ainda que, ao contrário desta, a ação antidialógica caracteriza-se pela necessidade de conquista. “O antidialógico, dominador nas suas relações com o seu contrário, o que pretende é conquistá-lo, cada vez mais, através de mil formas. Das mais duras às mais sutis. Das mais repressivas às mais adocicadas, como o paternalismo” (FREIRE, 1987:135).

Demo (1995) estabelece três tipos de cidadania: a tutelada, a assistida e a emancipada.

A *Cidadania Tutelada* é aquela que se orienta exclusivamente pelo mercado, produzindo atrelamento severo e apostando na ignorância das pessoas. É a cidadania que a

elite econômica e política cultiva ou suporta. Se obtém por dádiva ou concessão de cima. A direita apela para o clientelismo e o paternalismo para manter a população presa a seus projetos. Tem como resultado a perpetuação da elite no poder (DEMO, 1995).

Cidadania Assistida é aquela que já tem noção de direito (direito à assistência), mas o entrega nas mãos do Estado e de seus agentes. Expressa uma forma mais amena de pobreza política. Não toca no sistema produtivo e passa a margem das relações de mercado, não se comprometendo com a necessária equalização de oportunidades. Prefere a assistência à emancipação. Pode cultivar a ignorância à medida que os benefícios estejam condicionados à subserviência (DEMO, 1995).

A Cidadania Emancipada é aquela que o indivíduo adquiriu a competência de pensar e agir criticamente, tendo superado a condição de pobre político, não estando, portanto, mais sob a tutela ou assistência do Estado (DEMO, 1995).

Demo (1995:38) analisa estes três tipos de cidadania sob o ângulo de diferentes dimensões sociais.

Tabela 3 – Tipos de Cidadania frente a Algumas Dimensões Sociais

TIPOS DE CIDADANIA FRENTE A ALGUMAS DIMENSÕES SOCIAIS			
CIDADANIA	TUTELADA	ASSISTIDA	EMANCIPADA
Relações de Mercado	Mais-valia absoluta; submissão	Mais-valia relativa; civilização	Meio, instrumento
Relações Sociais	Pobreza econômica e política	Pobreza política	Competência
Fases Históricas	Capitalismo perverso	Welfare State	Sociedade alternativa
Papel do Mercado	Regulador absoluto	Regulador final	Meio
Pobreza	Marginalização das majorias	Classes médias majoritárias no centro	Residual
Estado	Subserviente	Protetor	Serviço público
Democracia	Para o capital; Clientelismo para a sociedade	Para o centro do sistema; social-democracia	Popular; Equalização das oportunidades
Tamanho do Estado	Mínimo	Máximo	Necessário-legítimo
Direitos Humanos	Concessão	Assistência/proteção	Conquista
Organização Popular	Reprimida	Controlada/protegida	Base política
Ética	Nenhuma	Dos mínimos	Equidade
Ideologia	Liberal	Neoliberal	Democrática
Políticas Sociais	Controle e desmobilização; setorialista-residual	Direitos sociais ampliados; setorialista-assistencial	Desenvolvimento humano sustentado; matricial

Pautando-nos na análise do quadro acima, é evidente que os países periféricos e semiperiféricos, em que educação aparece como tática de controle e desmobilização, e por lhes faltar competência histórica para transformar a economia e consolidar a cidadania, não ultrapassam a cidadania tutelada.

Demo (1995:135) afirma que “o processo emancipatório é um fenômeno de competência eminentemente política. Entretanto, ressalta que não há emancipação que não passe pelas relações de mercado, necessitando para tanto da organização social para produzir bens e serviços e intercambiá-los.”

Uma forma de garantir qualidade ao processo educativo, endossando a relação entre educação e cidadania, se daria pela práxis. Gutiérrez (2001:28) avalia que:

“A ausência de práxis indica que um grupo não está se educando. Essa é a pedra de toque do seu avançar político. Pode-se dar produtividade sem práxis, mas o que não se pode dar sem práxis são o conhecimento (realização) humano e o compromisso político. A educação na práxis é, portanto, uma ação transformadora, consciente que supõe dois momentos inseparáveis: o da ação e o da reflexão. O primeiro como ponto de arranque, na medida em que a ação parte de uma certa forma de consciência e conduz para uma nova forma de consciência, mais esclarecida, mais plena. O enfrentamento dialético ação-reflexão é o que dá origem à mudança, tanto no nível de consciência, como da estrutura social.”

Outros autores, como Arroyo (2002:36), argumentam que:

“Educação moderna mostra-se ambígua nos serviços que presta à medida que vai se configurando nos confrontos sociais e políticos, ora como um dos instrumentos de conquista da liberdade, da participação e da cidadania, ora como um dos mecanismos para controlar e dosar os graus de liberdade, de civilização, de racionalidade e de submissão suportáveis pelas novas formas de produção industrial e pelas novas relações sociais entre os homens. Percebe-se uma constante: a educação passa a ser encarada como um santo remédio, capaz tanto de tornar súditos cidadãos livres, como de controlar a liberdade dos cidadãos.”

Nesta ótica, quando a educação assume o papel de mecanismo de controle desta nova ordem social, acaba por atuar como um filtro que seleciona os sujeitos aptos a participar, social e politicamente, do convívio social.

Para entrar neste seletivo grupo, Arroyo (2002) afirma que somente os civilizados, racionais, modernos, de espírito cultivado, instruídos e educados atenderiam ao perfil. A Pedagogia moderna que assume a atribuição de formar o novo homem livre para o novo mercado econômico, social e político, e defende o discurso de que a velha ordem deve ser

superada, acaba por ocultar toda a barbárie, a ignorância, o despotismo e a exploração da nova ordem capitalista.

Avaliando a pedagogia progressista e seu idealismo, Arroyo (1989:63-4) faz uma crítica pontual e contundente quando afirma que:

“O pensamento pedagógico, continuando a insistir na preparação da criança para o convívio social harmônico, não entende que a questão da cidadania se insere em uma temática mais conflitiva, qual seja, a temática da possibilidade ou não da democracia, da participação no poder e da igualdade política numa sociedade capitalista, baseada na desigualdade social e econômica. (...) Uma análise da concepção de sociedade presente nos livros didáticos, nos escritos e na prática educativa, nos revelaria que está constituída também de traços mais negativos do que positivos. A civilização, o progresso e os complexos industriais são vistos como o lugar do vício e da corrupção. Não apenas o poder, mas a vida social moderna oprime e degrada. Estes não são o tema central nos livros didáticos. Ao contrário, podemos perceber que a educação escolar canta e sublima a pequena comunidade, o campo, a liberdade, o convívio natural, o povo simples e o trabalho na plantação. O bucólico domina nas escolas, no livro didático, nas histórias através das quais se tenta educar para o bom convívio social.”

Nesta crítica enfática, Arroyo provoca uma reflexão em torno da questão da cidadania, afirmando ser um erro reduzi-la à moralização-educação para o bom convívio social.

Promover a educação sem um conteúdo político, esvaziando a cidadania da questão do poder é um erro primário, tornando esta pedagogia estéril e moralista. Não estamos assim preparando nossos alunos para a vida real, mas sim ideal. Portanto, absolutamente distante e até mesmo estanque da prática social sustentada no discurso constitucional.

Arroyo (2002:73) chama nossa atenção para o que denominou de Ilusão Pedagógica que é a importância que se delega ao saber e à educação na formação e destino dos indivíduos e das classes sociais, e afirma:

“Para o pensamento educacional, política, participação, democracia e cidadania foram sempre vinculados muito mais à consciência, ao saber, à ignorância, à religiosidade e aos valores culturais do que às condições materiais de existência, às formas de produzir a vida material, às relações sociais de produção, como se fossem realidades separadas. Acredita-se mais no peso da religião, da ideologia ou das letras sobre o comportamento humano em geral e sobre o comportamento político em particular, do que no peso da base material, das condições de existência.”

Enquanto não estiverem constituídos cidadãos por obra e graça da educação, uma minoria sábia, esclarecida, moderna e racional governará e decidirá por todos e para o bem de todos.

E conclui avaliando o saldo desta educação:

“a educação moderna passou a agir como passagem estreita para o novo reino da liberdade e da participação. Depois de vários séculos sob a nova ordem, o número dos excluídos desse reino continua sendo bem mais numeroso do que os eleitos, os educados e os civilizados. As camadas populares ainda são consideradas bárbaras demais por não estarem educadas para o uso racional da liberdade e da participação política. Essa educação moderna passou a ser pensada como um dos mecanismos para estabelecer as novas cercas de uma liberdade conquistada, porém vigiada e limitada” (ARROYO, 2002: 38).

A idéia de liberdade conquistada, porém vigiada e limitada é coincidente com o conceito de cidadania assistida proposto por Demo. Continuar defendendo esta educação significa legitimar estes efeitos que hoje testemunhamos. Endossá-la como o ritual sagrado de passagem para o reino da liberdade é uma forma de contribuir para que a cidadania continue a ser negada, reprimida e protelada.

“Não se educa para transformar as condições sociais, mas para prevenir-se dos males da inevitável condição social. Nessa perspectiva, a ênfase na educação como mecanismo de inserção na cidadania não passa de um discurso vazio quando confrontada com essa concepção tão negativa do social. Ainda bem que o povo comum tem outras escolas, onde aprende a ser sujeito de direitos e a lutar por eles, sem fugir das cidades, das fábricas e das complexas empresas modernas (...) O povo age como sujeito de direitos bem antes de ser reconhecido como tal” (ARROYO, 2002:65;76).

Arroyo crê que a escola da vida, fora dos muros e correntes do estado e da elite econômica e política, garante a aprendizagem para a sobrevivência, aprendendo na ‘errância’, aprendendo a partir do que lhe é negado.

O que é colocado em discussão é se a cidadania é algo doado, concedido ou conquistado. Se esta é construída através de intervenções externas, de programas e agentes que outorgam e preparam para o exercício da cidadania, ou, ao contrário, se a cidadania se constrói como um processo que se dá no interior da prática social e política das classes.

“A educação não é uma pré-condição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição” (ARROYO, 2001:79).

Percebemos que a posição assumida por Arroyo enfatiza o não estabelecimento, de maneira inquestionável e mecânica, de uma relação condicionada entre educação, cidadania e participação. Cidadania não necessariamente prescinde das outras no modo como se apresentam. Engano maior ainda quando esta relação é condicionada ao saber, ignorando sua

íntima relação com as condições materiais em que o indivíduo se encontra e que determina sua leitura e interpretação do mundo. Condições materiais que garantem sua alienação e exclusão social. Isto posto, concluímos que a posição de Arroyo se opõe a de Demo à medida que este último defende que a pobreza política que impede a formação do cidadão se justifica muito mais pela ignorância ou desinformação do que pela destituição material.

Neste trabalho endossamos nossa convicção de que cidadania é um processo autoconstruído, do sujeito se fazendo no convívio social, sendo o papel e função do agente educador apenas garantir uma ação e reflexão crítica – teoria e práxis se autofertilizando - das contradições e conflitos inerentes à vida numa sociedade capitalista, possibilitando assim a constituição de sua identidade política. Deste esclarecimento e entendimento das forças e mecanismos que compõem o sistema capitalista é que começa a nascer o cidadão. Entretanto, acreditamos que cidadania tem íntima relação tanto com o saber quanto com as condições materiais, sendo ambas determinantes, embora em níveis diferentes, dependendo do contexto, na construção de uma cidadania plena ou parcial.

Objetivamos neste trabalho, ao ter um contato mais próximo com o discurso institucional de Furnas, através de seus funcionários, e com o discurso comunitário, através das pessoas que participaram das ações sociais, confrontar as visões de ambos a fim de avaliar em que medida estes se aproximam e se distanciam na interpretação do significado das ações promovidas pela empresa, e que leitura fazem de educação e cidadania. Salientamos que a questão da cidadania foi especialmente estudada, cabendo uma maior ênfase desta na avaliação dos depoimentos.

3. A PESQUISA: O CASO FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA

“Penso que só há um caminho para a ciência ou para a filosofia: encontrar um problema, ver a sua beleza e apaixonar-se por ele; casar e viver feliz com ele até que a morte vos separe – a não ser que encontrem um outro problema ainda mais fascinante, ou, evidentemente, a não ser que obtenham uma solução. Mas, mesmo que obtenham uma solução, poderão então descobrir, para vosso deleite, a existência de toda uma família de problemas – filhos, encantadores ainda que talvez difíceis para cujo bem-estar poderão trabalhar, com um sentido, até o fim de vossos dias” (KARL POPPER).

.....
Este capítulo apresenta a pesquisa definindo a metodologia utilizada no trabalho, o contexto em que esta se desenvolve, as ferramentas que foram utilizadas, as formas de coleta e tratamento das informações, bem como as limitações inerentes a toda e qualquer trabalho científico.
.....

4.1 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Pretendemos com este estudo desenhar e avaliar o quadro das ações sociais externas de Furnas Centrais Elétricas na área de Educação, limitando o espectro de avaliação às ações realizadas entre os anos de 2001 e 2003. Foram focos de atenção o processo de criação do Departamento de Coordenação de Responsabilidade Social da empresa, as estratégias de planejamento dos projetos, os critérios de escolha das áreas beneficiadas, as exigências feitas aos beneficiados, os instrumentos e ferramentas de implementação e acompanhamento das propostas, os modelos de avaliação dos processos e os resultados das ações implementadas e a visão tanto dos profissionais que implementam as ações quanto dos agentes sociais que participam destas.

Longe de esgotar o assunto em si mesmo, este trabalho não considerou, dada a precariedade de recursos financeiros; a exigüidade temporal; o tamanho da organização; o

tempo disponível para a pesquisa; o quantitativo de agentes sociais envolvidos e a extensão geográfica dos diversos projetos, a opinião de todos os participantes, variável esta determinante na possibilidade de diferentes caminhos para este mesmo estudo. Desta forma, faz-se o corte geográfico e temporal limitando nossa pesquisa aos projetos desenvolvidos pelos Comitê Furnas da Ação da Cidadania e o Comitê SOS Vida da Usina de Santa Cruz no período de 2001 a 2003. Portanto, as conclusões advindas deste universo não se propõem a definir um perfil único para toda a organização em sua atuação social, mas sim um retrato parcial da empresa.

4.2 TIPO DE PESQUISA

Baseamo-nos na classificação de pesquisa proposta por Vergara (2000), a qual categoriza em dois tipos: quanto aos fins e quanto aos meios. Esta pesquisa se define da seguinte maneira:

a) Quanto aos Fins

A pesquisa foi exploratória e descritiva. Exploratória porque, apesar de FURNAS ser uma empresa de grande visibilidade e, por consequência, objeto de estudo para muitos, não se verificou trabalhos específicos que se direcionassem para a área alvo – educação e cidadania. Descritiva porque teve como objetivo descrever, após identificação e avaliação dos projetos, percepções e expectativas advindas das ações sociais implementadas, bem como registrar a existência ou não de efetividade nos objetivos estabelecidos para estas.

b) Quanto aos Meios

Pesquisa bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso. Num primeiro momento nossa principal ferramenta foi a pesquisa bibliográfica, porque a partir do estudo sistemático baseado em livros, artigos, dissertações, teses, revistas e *sites* especializados tivemos a fundamentação teórico-metodológica necessária, conhecendo o atual estado da arte. No segundo momento realizamos a pesquisa documental do histórico da organização baseada nas publicações da empresa, intranet, livros e documentos internos. À luz do que foi estudado na literatura, analisamos e comparamos pontos comuns e de divergência. Foi, também, uma pesquisa de campo

porque coletará dados junto às comunidades participantes dos projetos e aos dirigentes e empregados responsáveis pela implementação dos mesmos. E, por último, caracterizou-se como estudo de caso, primeiro devido ao fato da pesquisa ser circunscrita a uma única organização, FURNAS Centrais Elétricas e, segundo por objetivar um detalhamento e aprofundamento maior.

4.3 UNIVERSO E AMOSTRA

Constituíram o universo da pesquisa os profissionais de FURNAS Centrais Elétricas alocados na sede e na unidade regional localizada em Santa Cruz que planejaram e implementaram propostas de ações sociais externas, bem como a população participante destas. A população amostral foi formada por superintendente, gerentes, chefias de diferentes níveis, empregados das unidades locais e pessoas externas à empresa que participaram dos projetos. Foi uma amostra não-probabilística, tendo como critério de representatividade a tipicidade, visto que a seleção dos elementos se deu de acordo com seu grau de envolvimento na proposta.

4.4 SELEÇÃO DOS SUJEITOS

Foram sujeitos da pesquisa o superintendente da área de Responsabilidade Social responsável pelas implementações dos diferentes projetos em seus diversos segmentos, as coordenadoras de ações voluntárias da organização, os presidentes dos Comitês de Ação da Cidadania, os funcionários que participaram do desenvolvimento e/ou da implantação de propostas sociais como voluntários e os indivíduos das comunidades participantes das ações sociais.

4.5 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi feita em duas etapas. A primeira via literatura (registros públicos e corporativos), na qual buscamos estudos e dados sobre as ações sociais implementadas na área de educação, formação profissional e meio ambiente. Numa segunda etapa realizamos os levantamentos de dados – depoimentos - por meio de inserções no campo de estudo, na qual entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com:

- a) os níveis de superintendência e gerência que participaram como idealizadores e executores das propostas de ações sociais externas, permitindo o registro, por meio de gravador, de todo o discurso para posterior análise;
- b) os níveis hierárquicos operacionais, como coordenadores e funcionários que participaram da idealização ou implementação das ações sociais, registrando objetivamente impressões que permitam analogias aos registros corporativos e literários; e
- c) as pessoas das comunidades ou instituições participantes das ações sociais.

4.6 TRATAMENTO DOS DADOS

Para se avaliar a efetividade de ações sociais externas de organizações é mister conhecer o objetivo e as intenções desta organização ao investir neste tipo de ação, bem como as expectativas, percepções e sugestões daqueles que recebem e participam dessas ações. Ao confrontarmos tais visões, conhecendo e compreendendo o contexto em que estas se constroem e lançam raízes, e, considerando a existência ou não de consonância de interesses entre estes, tivemos de fato elementos que respaldaram esta avaliação e permitiram concluir se as ações são efetivas ou não para todos os envolvidos.

Ao considerarmos todo este universo fruto de uma troca de visões de mundo, leituras e percepções, ações e reações pessoais e coletivas que se complementam e se excluem, fica clara a adequação da abordagem dialética, visto que sua preocupação maior é estudar o

fenômeno dentro de seu contexto, identificando suas inerentes contradições, e buscando fazer destas o elemento de superação de determinada situação rumo à efetiva transformação social.

Utilizaremos a técnica de Análise de Conteúdo na avaliação das informações obtidas através dos materiais institucionais como textos avulsos, revistas, balanços sociais, e mídia eletrônica e impressa, e com os depoimentos registrados através das entrevistas. A escolha desta técnica deveu-se ao fato de ser uma “técnica de análise de comunicações tanto associada aos significados quanto aos significantes da mensagem” (VERGARA, 2000:14).

4.7 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A metodologia selecionada para este trabalho apresenta algumas limitações. São elas:

- A seleção dos sujeitos talvez seja a primeira das limitações, visto que é apenas uma amostra de alguns níveis hierárquicos e indivíduos das comunidades participantes, não sendo possível, dada à exigüidade temporal, realizar entrevistas com todos os envolvidos na proposta.
- A habilidade do entrevistador pode ser uma limitação se este não souber dirigir a entrevista, fazendo-se claro e objetivo na exposição das questões, bem como no registro das respostas.
- Por sua vez, os entrevistados podem responder de maneira evasiva ou sem grande comprometimento com a verdade por temerem alguma represália, por não compreenderem alguma questão, ou por simplesmente não verem sentido ou importância no estudo.
- Na coleta e interpretação de dados há a limitação inerente a qualquer pesquisador devido aos modelos mentais que cada qual possui. Referenciais e parâmetros de análise podem influenciar a avaliação dos dados, o que contudo não significa tendenciosidade.

Finda a definição dos aspectos metodológicos, iniciaremos, no capítulo que segue, a apresentação da organização.

CAPÍTULO 5 - A EMPRESA

.....
Neste espaço descreveremos o histórico da empresa desde sua fundação, seus avanços e sua trajetória no campo social, bem como sua atuação social hoje – estrutura e funcionamento – através da apresentação de alguns projetos desenvolvidos.
.....

5.1 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO

FURNAS é fruto de um momento de iminente crise energética no centro-sul do Brasil dos anos 50, em que o crescimento populacional e industrial era expressivo, e para atender esta demanda era preciso investir na construção de uma grande usina. Desta necessidade nasce a empresa, fundada em 28 de fevereiro de 1957 na gestão do então presidente Juscelino Kubitschek, sob o nome Central Elétrica de Furnas S/A. A empresa já nasce com a missão de evitar este colapso energético e assim o faz. Foi designada, pelo governo federal, a ser responsável pelo projeto, construção e operação de usinas e sistemas de transmissão nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Distrito Federal. Hoje, acrescenta-se os Estados do Tocantins e Goiás também abastecidos por Furnas.

Desde sua origem até os dias atuais, Furnas construiu e opera 10 usinas hidrelétricas, 3 usinas térmicas, 43 subestações e mais de 18 mil quilômetros de linha de transmissão. Abastece uma área que concentra 71% da produção industrial brasileira e 50% da população. Seus ativos estão estimados em mais de R\$15 bilhões, com faturamento de R\$10 bi e lucro líquido de R\$1 bilhão em 2001. Nos últimos dois anos tem apresentado recordes de lucro.

Nas palavras de seus principais dirigentes, o sucesso da empresa é resultado direto do capital corporativo consciente e altamente qualificado – 80% dos técnicos têm cursos de pós-graduação e dois terço destes com especialização no exterior. Sua tecnologia é referência nacional e internacional, se fazendo presente em mais de 13 países, prestando serviços ou parcerias de cooperação tecnológica. Comparando seu desempenho com empresas do ramo, porém privadas globais, mostra-se 50% superior na produtividade.

Hoje, após um processo de modernização da gestão empresarial, a empresa possui 3.700 (três mil e setecentos) funcionários efetivos, já tendo possuído mais de 9.000 (nove

mil). É administrada indiretamente pelo Governo Federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia e controlada pela Eletrobrás.

Sua competência é reconhecida através de 36 certificações internacionais da família ISO e ainda 19 prêmios nacionais que consagram diversas atividades técnicas e gerenciais. Na América Latina foi a primeira empresa de energia elétrica a receber a ISO 14001 e a terceira no mundo.

A missão de FURNAS é:

“Atuar como empresa do ciclo da energia elétrica, ofertando produtos a preços razoáveis e serviços adequados para melhorar a condição humana.”

E sua visão de futuro é:

“Ser uma empresa de excelência no ciclo da energia elétrica, contribuindo para o bem-estar da sociedade, o desenvolvimento tecnológico do país e a proteção do meio ambiente.”

Furnas mostrou-se uma empresa preocupada com o social antes mesmo da disseminação da consciência do problema na sociedade. Em 1983, é criada a Assessoria de Meio Ambiente e em 1990 o departamento com responsabilidade de dar tratamento a projetos, mobilizar especialistas (cientistas, ambientalistas, agentes reguladores) e a propagar informações sobre os temas, bem como os projetos, sendo a comunidade um dos seus interlocutores. “Promover o encontro da ciência com as inquietações humanas foi a maneira que a empresa descobriu para mostrar que seu compromisso com a natureza e o bem-estar das populações ribeirinhas é duradouro e sério” (MARTA VILLELA – Gerente do Departamento de Meio Ambiente).

5.2 O COMPROMISSO SOCIAL DE FURNAS

“Promover a qualidade de vida das comunidades através de projetos sociais, educacionais, ambientais e na área da saúde” (Missão Social de Furnas).

Desde suas primeiras obras datadas da década de 50, Furnas priorizava, dentre as ações diárias de seus engenheiros, a conversa com a comunidade local, explicando o projeto e orientando sobre as ações tomadas no sentido de garantir o bem-estar social daqueles que eram diretamente afetados pela atividade-fim. Eram chamadas de Ações Sociais Compensatórias.

No ano de 1993 o investimento social de Furnas muda seu perfil, deixando suas ações de serem somente compensatórias, como consequência obrigatória das suas atividades, passando a ter tanto ações compensatórias quanto iniciativas voluntárias.

Neste mesmo ano Betinho inicia uma mobilização de âmbito nacional, buscando apoio principalmente das empresas públicas, a fim de mudar o caótico quadro social. Resulta deste a criação do COEP – Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (hoje mais de 700 empresas fazem parte dele), assumindo Furnas, deste então, a secretaria executiva do Comitê -, e o lançamento em todo o Brasil da Campanha da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida. Furnas apóia a campanha e cria na empresa o Comitê Furnas da Ação da Cidadania, incentivando a atuação cidadã de seus empregados.

Em 1995 incorpora ao seu programa de metas o Programa de Ação contra a Miséria e pela Vida. Em 1997 a empresa assina um convênio com 17 instituições e cria o Centro de Estudos e Projetos em Tecnologia, Trabalho e Cidadania – Oficina Social, que é uma incubadora de projetos e espaço de articulação. Objetiva desenvolver conhecimentos, metodologias e tecnologias; formar recursos humanos; prestar cooperação técnica e alavancar apoios a projetos no campo da cidadania.

Em março de 1998 Furnas integrou, formalmente, uma política ambiental às demais políticas da empresa. Por decisão da presidência as etapas de planejamento, projeto, construção e operação de seus empreendimentos seriam incorporadas às componentes ambientais.

Neste mesmo ano publica, sendo uma das primeiras, seu primeiro balanço social como resultado de uma postura de comprometimento. “O compromisso de uma empresa com a sociedade vai além de suas obrigações de gerar riquezas. Para a concretização das mudanças que o Brasil tanto necessita, é preciso que as organizações incorporem a sua gestão a preocupação com suas relações com o público, tanto interno, quanto externo” (Intranet FURNAS, Compromisso Social, março/2003).

No ano de 1999 a empresa cria a Assessoria de Articulação com a Sociedade, incorporando o compromisso social à gestão institucional.

A empresa recebe inúmeras solicitações de apoio, patrocínio ou parceria em projetos sociais, culturais, educacionais, assistenciais e outros. Estes até então eram avaliados pela Superintendência de Empreendimentos de Geração (SG.T) quanto a viabilidade técnica e financeira, bem como seu alcance social.

Furnas desenvolve suas ações sociais através de parcerias com os seus empregados, apoiando ONGS ou projetos em conjunto com as prefeituras. Assim, há uma forte parceria da organização com instituições do Terceiro Setor que acredita assim legitimar o seu trabalho.

A estas ações institucionais são somadas as ações sociais desenvolvidas pelos diversos Comitês Furnas da Ação da Cidadania de cada regional da empresa, bem como o da sede.

Em 2002 Furnas lança sua Política de Cidadania Empresarial e de Responsabilidade Social, com um programa de apoio à atuação voluntária – *O Voluntariado FURNAS em Ação - gerando cidadania*. A empresa então ratifica seu compromisso, afirmando em seu balanço social de 2001: “com as crescentes homenagens ao ato voluntário de solidariedade como força motriz e transformadora, Furnas estabelece sua atuação na área da cidadania empresarial e da responsabilidade social” (A Diretoria, BS de 2001).

Esta assertiva do corpo diretivo traduz o valor do compromisso social para a organização, o que acabou por deflagrar a recente criação de uma superintendência em março de 2003. Denominada Superintendência de Coordenação de Responsabilidade Social, e estando diretamente ligada à presidência da organização, cabe a esta nova unidade a responsabilidade de avaliar e selecionar todos os projetos que serão apoiados, patrocinados ou desenvolvidos pela empresa nos diversos campos de atuação, coordenando-os no âmbito nacional.

O COEP foi o grande propulsor, animador dessa situação da empresa. A criação da superintendência veio no sentido de mostrar que a assessoria de articulação com a sociedade já era uma ação institucional importante.

Segundo a superintendente Gleisy Peiter (2003):

“A diferença é que agora nós passamos a ter uma atuação nas 40 bases geográficas. A idéia é que se possa atuar de uma maneira mais coordenada. Estamos tendo muita demanda e a idéia da criação da superintendência é focar isto, tendo uma ação mais pró-ativa e com isto a gente tem um pólo que terá projetos permanentes e que irão atuar na empresa como um todo. Hoje, qualquer projeto que se faça, primeiro a gente tem que verificar qual é a demanda da comunidade para que não se faça qualquer coisa. Antes, com a demanda pulverizada, fazia-se o que era solicitado sem verificar prioridades ou inter-relações entre elas.”

5.2.1 ALGUMAS DAS AÇÕES SOCIAIS DESENVOLVIDAS POR FURNAS

AREA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ÁGUA NOSSA DE CADA DIA	Ano: 2001	Local: Taguatinga - DF
Objetivo: Mobilizar os jovens para torná-los adultos conscientes, atuantes e capazes de lidar com os recursos naturais.		
Informações adicionais: Cartilha sobre o uso consciente da água patrocinada por FURNAS.		
Resultados: 1000 exemplares distribuídos entre os estudantes de 1º e 2º graus	Parcerias: Associação Brasileira de Educação Superior Agrícola e o Movimento de Cidadania pelas águas	

TOM DA MATA	Ano: 2001	Local: SP; RJ; MG; PR; ES; GO e DF
Objetivo: Sensibilizar e conscientizar a sociedade, especialmente a comunidade escolar, para a importância da proteção do meio ambiente e, em especial, da Mata Atlântica. Incentiva a preservação do patrimônio ambiental brasileiro e a cultura musical dos estudantes. O projeto estimula os alunos a serem agentes ativos na área ambiental, capacitando-os a diagnosticar os problemas ambientais dos ecossistemas onde estes habitam e motiva-los a propor e realizar ações concretas para a solução da questão ambiental.		
Informações adicionais: A partir da obra musical e poética de Tom Jobim o projeto visa auxiliar a comunidade escolar em atividades que estimulam os alunos do ensino fundamental nos procedimentos de pesquisa e observação, experimentação e registro. Mostra às realidades locais como planejar e implantar projetos educativos e de alcance social na comunidade em que cada escola está inserida.		
Resultados: 1.073 professores capacitados, 525.000 alunos beneficiados; 525 escolas envolvidas; 548 kits distribuídos e 153 municípios envolvidos.	Parcerias: Fundação Roberto Marinho e Instituto Antônio Carlos Jobim	

TOM DO PANTANAL	Ano: 2001	Local: MT; MS; TO; GO; AM; DF; SP e PR.
Objetivo: Compreender e interferir na realidade através de atividades educativas e culturais; sensibilizar para a preservação do meio ambiente, em especial do Pantanal, através da música, sons e imagens de Tom Jobim e outros artistas regionais; estimular a educação musical e disseminar o conhecimento da cultura regional.		
Resultados: visa a atender 800 escolas atingindo um público de 800.000 alunos.	Parcerias: Fundação Roberto Marinho, Jobim Music Ltda e artistas regionais.	

CONCURSO AMBIENTAL AMIGOS DA NATUREZA	Ano: 1991	Local: 34 municípios de MG
Objetivo: sensibilizar para a preservação do meio ambiente		
Resultados: -	Parcerias: Escolas públicas e privadas e APAES	

REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS	Ano: 2001	Local: RJ
Objetivo: Atender à comunidade através do emprego dos produtos em benfeitorias, e ainda mostrar que o aproveitamento de matéria-prima barata e abundante pode não só baixar custos, mas também preservar o meio ambiente.		
Informações adicionais: A Usina Termelétrica de Santa Cruz produz bloquetes e lajotas através do lodo gerado na estação de tratamento.		
Resultados:	Parcerias: UFRJ	

RECICLAR	Ano: 2000	Local: RJ
Objetivo:		
Informações adicionais: A Usina Termelétrica de Santa Cruz implantou a coleta seletiva de lixo e da renda do material reciclado investiu nos projetos realizados pelo Comitê SOS Vida-Santa Cruz.		
Resultados: Comercialização de 10.230kg de papel/papelão, 450kg de alumínio, 1.030 de plástico. 3.020kg de vidro e 5 caminhões de madeira.		Parcerias:

APOIO À PROTEÇÃO AMBIENTAL	Ano: 2001	Local: GO
Objetivo: Doação de barcos motorizados à Prefeitura municipal de Itumbiara a fim de dar mais agilidade aos fiscais envolvidos no combate às atividades da pesca predatória.		

CIRCUITO TURÍSTICO DOS LAGOS	Ano: 2001	Local: MG e SP
Objetivo: Supervisionar, normatizar e fomentar as atividades turísticas, sociais, culturais, conservacionistas e ambientalistas no entorno e nas águas do lago.		
Resultados:	Parcerias: Prefeituras de MG e SP, CEMIG e Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava	

REFLORESTAMENTO DA USINA DE FURNAS	Ano: 2001	Local: MG
Objetivo: Reflorestar a região que circunda o reservatório da usina de FURNAS, controlando a erosão do solo e preservando a fauna e a flora, evitando assim que o lago seja assoreado.		
Informações adicionais:		
Resultados: Plantadas 36.612 plantas nativas e recuperadas as nascentes de 8 municípios. Outras 44.628 mudas foram doadas a outros municípios.		Parcerias: -

PROJETO FUNIL	Ano: 1994	Local: Itatiaia - RJ
Objetivo: Produzir mudas nativas de Mata Atlântica para plantio nas margens do reservatório e urbanização do município de Itatiaia.		
Resultados: Gerou 29 postos de trabalho para mão-de-obra não-especializada e promoveu a recuperação ambiental na área de influência do reservatório, reflorestando suas margens, recuperando áreas erodidas e o monitoramento dos ecossistemas aquáticos. O plantio foi de 20.000 mudas a 300.000 exemplares plantados em 100hc de terra. A projeção é que, se for mantido esse ritmo, dentro de 20 anos será atingida a meta de 32km plantados.		Parcerias: UFRRJ

CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA FINS POTÁVEIS	Ano: 2001	Local: Santa Cruz-RJ
Objetivo: Verificar, através de análises físico-químicas microbiológicas, se a qualidade da água está dentro dos padrões definidos pelo Ministério da Saúde e fazer a manutenção dos sistemas de bombeamento.		
Resultados: 2000 pessoas beneficiadas no Hospital Pedro II e na escola Municipal Professor Coqueiro		Parcerias: -

ÁREA: EDUCAÇÃO PARA USO RACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

NATUREZA DA PAISAGEM - ENERGIA, RECURSO DA VIDA	Ano: 1995	Local: RJ, GO, MT, MG e DF
Objetivo: Divulgar a noção de finitude dos recursos naturais e a importância do uso racional da energia		

elétrica e do combate ao seu desperdício.	
Informações adicionais: A metodologia utilizada é a capacitação de professores que se tornam multiplicadores das informações para a comunidade escolar.	
Resultados: 195 municípios atendidos, totalizando quase 5.000 professores e 220 monitores capacitados, multiplicando a informação a mais de um milhão de alunos.	Parceria: Eletrobrás/PROCEL, Prefeituras e Secretarias municipais e estaduais de educação, cultura, meio ambiente e obras.

PROCEL – CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	Ano: 1999	Local: Nova Iguaçu, Resende, Itatiaia, Quatis e Barra Mansa – Área de influência da Usina de Funil.
Objetivo: Divulgar informações relativas à economia de energia elétrica e promover a cidadania e a mobilização social.		
Informações adicionais: o Programa inclui: metodologia para escolas; Visita às instalações de Furnas; promoção e participação em eventos (palestras, feiras, seminários, congressos).		
Resultados: 162 escolas e 261 professores que multiplicaram as informações para 59.500 pessoas.	Parcerias: Eletrobrás/PROCEL e poder público local.	

ÁREA: PRÊMIOS, CAMPANHAS E EVENTOS

PRÊMIO DE OLHO NO FUTURO	Ano: 2001	Local: RJ, SP, MG, PR, MT, GO e DF.
Prêmio FURNAS de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica		
Objetivo: Conscientizar para a preservação do meio ambiente e o uso racional de energia, fortalecendo sua noção de cidadania, além de estimular uma competitividade saudável.		
Informações adicionais: Premia os trabalhos (jogos, cartazes, slogans, músicas, horóscopos, cartões postais, vídeos e peças de teatro) mais interessantes sobre o tema realizados por alunos de 6 a 17 anos.		
Resultados: Receberam 88.666 trabalhos vindos de 1.137 escolas de 222 municípios, com a participação de 200.540 alunos.	Parcerias: -	

CARACAVANA APRENDENDO COM A ENERGIA	Ano: 2001	Local: Ibiraci - MG
Objetivo: Expor à população as atividades desenvolvidas por FURNAS na produção e transmissão de energia, e as ações ligadas ao meio ambiente, como a produção de mudas no horto da usina.		
Informações adicionais: Os técnicos também atenderam aos pequenos produtores da região, respondendo dúvidas sobre instalação da rede elétrica rural.		
Resultados: Direta e indiretamente 10.000 pessoas.	Parcerias: Prefeitura de Ibiraci	

CAMPANHA DE RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	Ano: 2001	Local: Poços de Caldas - MG
Objetivo: Divulgar para a população sobre como obter economia significativa.		
Informações adicionais: Divulgação feita através dos sacos de pão, anúncios na rádio e panfletos.		
Resultados: -	Parcerias: Associação dos Panificadores do Município e a Rádio FM Novo Tempo	

FEIRAS AGROPECUÁRIAS	Ano: 2001	Local: Franca, Pedregulho e Igarapava - SP
Objetivo: Informar a população sobre o uso racional de energia.		
Informações adicionais: Nestas feiras são montados stands com maquetes de unidade geradora, assim como as atividades que a empresa realiza nas áreas de energia, meio ambiente e cultura.		
Resultados: Frente a esta divulgação, diversas escolas da região têm	Parcerias: -	

solicitado autorização para visitar as instalações da usina.		
ESBANJE ALEGRIA E ECONOMIZE ENERGIA	Ano: 2001	Local: Brasília
Objetivo: Conscientizar e mobilizar crianças, jovens e adultos para os conceitos e práticas de conservação de energia.		
Informações adicionais: Evento realizado em shopping center em Brasília.		
Resultados: 13.000 pessoas, sendo 4.600 alunos de escolas públicas e privadas.	Parcerias:	-

ÁREA: QUESTÃO INDÍGENA

ÍNDIOS AVÁ-CANOEIRO	Ano: 2001	Local: GO
Objetivo: Compensar os índios avá-canoeiro pela interferência da usina hidrelétrica de Serra da Mesa em parte daquela terra indígena.		
Informações adicionais: Tal compensação se deu em 4 partes: localização e contato dos índios avá-canoeiro isolados; reestudo dos limites da terra indígena; regularização fundiária da terra indígena; implantação de um programa de assistência e proteção.		
Resultados: Elaboração de cartilha visando a alfabetização dos índios; interação social do grupo avá com outros grupos Tupi; um posto indígena com equipamentos, insumos, materiais e serviços de aragem nas áreas de plantio.	Parcerias:	FUNAI e Universidade Federal de Goiás

MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS GUARANI	Ano: 2001	Local: SP
Objetivo: Compensar os índios guaranis (são vizinhos a uma linha de transmissão) através do desenvolvimento de ações nas áreas fundiária, proteção ao meio ambiente, saúde e auto-sustentação dos índios Guarani das aldeias de Krukutu, Jaraguá e Morro da Saudade.		
Resultados: Recuperação do sistema eletrificação das áreas coletivas e da rede de distribuição interna junto às residências das três aldeias Guarani; construção de unidade multifuncional (cozinha comunitária e posto de saúde) e aquisição de equipamentos necessários ao seu funcionamento.	Parcerias:	Instituto Martim de Lima, FUNAI e FUNASA

ÁREA: APOIO À EDUCAÇÃO

ALFABETIZAÇÃO VOLUNTÁRIA	Ano: 1999	Local: MG
Objetivo: Alfabetização de adultos		
Resultados: 5000 alunos atendidos e 200 alfabetizadores capacitados	Parcerias:	Governo Federal, Fundação Educacional Nordeste Mineiro, UFMG e Universidade Estadual de Montes Claros.

SUPLÊNCIA 2ª GRAU	Ano: 2000	Local: RJ
Objetivo: Alfabetização de adultos		
Resultados: 32 alunos formados no ensino médio	Parcerias:	SESI

APOIO A FORMAÇÃO EDUCACIONAL	Ano: 2001	Local: MG
Objetivo: Contribuir com a formação de educacional de jovens e adultos do ensino fundamental, médio e superior.		

Informações adicionais: Oferece transporte aos estudantes do ensino fundamental; concessão e manutenção do prédio da escola estadual Usina Peixoto; apoio financeiro no que se refere a pagamento de professor; fornecimento de lanches diários aos alunos do ciclo básico do ensino fundamental da escola Usina Peixoto.

Parcerias: Secretaria Estadual de Educação

PROJETO EMPRESA-CIDADÃ

Ano: 1999

Local: SP

Objetivo: Alfabetização de empregados terceirizados; inclusão de pessoas portadoras de deficiência física, mental e sensorial na rede local de escolas públicas e privadas.

Parcerias: Secretaria Municipal de Educação de Ibiúna

APOIO ÀS ESCOLAS

Ano: 2001

Local: RJ

Objetivo: Apoio financeiro para pequenos reparos.

Resultados: Instalação de ventiladores e aparelhos de ar-condicionado; pintura no prédio; cessão de transporte para passeios; reparos em grades e brinquedos e, construção de canalização de esgoto.

Parcerias: Escolas Municipais Luiz Camilo e Francis Hime

AREA: PROFISSIONALIZAÇÃO

PIC – PROJETO INFORMÁTICA CIDADÃ

Ano: 2001

Local: Campos - RJ

Objetivo: Possibilitar o acesso e contato de crianças de comunidades carentes com a informática.

JARDINEIROS DO BAIRRO

Ano: 2000

Local: RJ

Objetivo: Capacitar jovens e inicia-los no mercado de trabalho, garantindo, ao mesmo tempo, a permanência na escola até o fim do ensino básico.

Informações adicionais: Emprega diversos adolescentes do morro Santa Marta

Resultados: Adolescentes contribuindo com a renda familiar e canteiros de botafogo floridos e limpos.

Parcerias: Movimento Viva Rio

INTEGRAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE DEFICIENTES AUDITIVOS E JOVENS CARENTES

Ano: 1998

Local: RJ

Objetivo: Integrar social e profissionalmente o deficiente e o adolescente treinando no mercado de trabalho.

Informações adicionais:

- Esta proposta de trabalho com adolescentes treinandos foi lançada em 1986 e depois remodelada junto aos órgãos públicos através de convênios.
- Os estudantes são recrutados pela FAETEC ou SMDS e encaminhados ao setor de recrutamento e seleção de Furnas.
- Cada treinando tem direito a almoço no refeitório da empresa, uniforme, seguro de acidentes pessoais, vale-transporte e a uma bolsa-auxílio no valor de um salário-mínimo.
- Exige-se formação escolar entre a 7ª e a 8ª série do 1º grau e estudantes do 2º grau, na faixa-etária entre 16 e 17 anos.
- São oferecidas aproximadamente 50 vagas por período.
- O treinamento tem duração máxima de 12 meses ou até completar 18 anos, sendo realizado no horário das 8h30' às 15h30', com intervalo de uma hora para as refeições.
- O treinando é integrado na empresa através de palestras sobre atitudes no ambiente empresarial, filmes ou vídeos sobre a empresa e esclarecimento sobre seus direitos e deveres dentro da empresa.

<ul style="list-style-type: none"> - Ao longo de seu treinamento na empresa estes estudantes receberão informações do Departamento de Saúde sobre o desenvolvimento do corpo humano; sexualidade na adolescência; o uso de drogas e suas implicações; e higiene e profilaxia de doenças. - Ao final do período de treinamento, quando desligar-se-á da empresa, o treinando recebe um uma declaração de participação no Programa com descrição das atividades realizadas. - Os treinandos que obtiverem na avaliação conceitos bom ou excelente farão parte de um cadastro da empresa para eventuais indicações de trabalho junto a empresas prestadoras de serviço a Furnas. 	
Resultados: Já beneficiou 642 jovens, sendo alguns destes adolescentes já contratados por empreiteiras prestadoras de serviços à Furnas e 35% dos deficientes auditivos atendidos foram inseridos no mercado de trabalho.	Parcerias: INES, FAETEC e SMDS

GUARDA MIRIM	Ano: 2001	Local: Itatiaia - RJ
Objetivo: Treinar menores carentes, prioritariamente estudantes, que queiram trabalhar como guias turísticos		
Informações adicionais: São oferecidos um treinamento prático e um teórico de 30h.		
Resultados: Além de gerar empregos também estimula o turismo em Itatiaia.	Parcerias: Prefeitura de Itatiaia	

ÁREA: ASSESSORIA E ATENDIMENTO COMUNITÁRIO

OFICINA SOCIAL	Ano: 2001	Local:
Objetivo: Desenvolver conhecimentos, metodologias e tecnologias; formar recursos humanos; prestar cooperação técnica e alavancar apoios a projetos no campo da cidadania.		
Informações adicionais: O centro de Estudos e projetos em Tecnologia, Trabalho e Cidadania – oficina Social é uma incubadora de projetos e espaço de articulação.		
Resultados: Projetos sociais inovadores desenvolvidos em diversos estados do Brasil.	Parcerias: COPPE/UFRJ	

Há que se registrar que os projetos acima listados compõem, aproximadamente, 30% do conjunto de ações sociais externas desenvolvidas pela organização, não sendo o restante citado por uma questão de objetividade.

Contudo, chamamos a atenção para a infinidade de outros projetos que FURNAS desenvolve interna e externamente. Estes podem ser encontrados com descrição minuciosa nos balanços de 98 a 2002 publicados pela empresa.

Dado a exigüidade temporal e o corte temático, restringimo-nos neste trabalho a citar ações sociais que objetivassem mudança de comportamento pela via da educação, tendo por objetivo final promover a construção da cidadania. Por tal, as ações acima descritas prestam-se tão somente a atender ao objetivo desta pesquisa e por isso se justificam como citação.

5.3 OS COMITÊS DA AÇÃO DA CIDADANIA

A idéia destes comitês da cidadania nasceu da mobilização que o sociólogo Herbert de Souza promoveu junto às empresas públicas no sentido de se comprometerem com a questão social no Brasil.

No ano de 1993, paralelo ao lançamento da Campanha da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, é fundado o primeiro comitê na sede da empresa denominado Comitê FURNAS da Ação da Cidadania. Este era composto por empregados e contratados voluntários da empresa comprometidos ou sensibilizados com a idéia. Furnas então cede o espaço físico para instalação da sede do comitê e dá todo o apoio de infraestrutura necessário ao seu crescimento. O suporte financeiro para a sustentação da organização, bem como a promoção e financiamento dos projetos sociais por ele desenvolvidos é garantido a partir da doação de um dado percentual do salário dos funcionários que se dispõe a contribuir, descontados mensalmente diretamente da folha de pagamento. Esta contribuição foi formalizada em 1995, com o então denominado *Contrato da Cidadania*. Assim, a estrutura física e a manutenção do comitê cabem à Furnas, já o funcionamento da entidade, assim como a elaboração, implantação, o financiamento e a avaliação das ações sociais ficam a cargo dos funcionários voluntários que se dividem entre as atividades relacionadas ao seu trabalho na empresa e as atividades voluntárias no comitê.

Atualmente, o comitê é sustentado pela doação de aproximadamente 200 funcionários – menos de 10% do número de funcionários da sede -, sendo que metade destes já está aposentada, são ex-empregados ou foram transferidos para Eletronuclear.

Furnas possui ao todo 39 (trinta e nove) comitês de empregados em todo o Brasil, sendo suas ações de caráter mais assistencialista.

Os diversos comitês da cidadania desenvolvem ações solidárias como:

- mutirões para reformas e construção de moradias para população carente;
- adoção de creches e asilos;
- coleta seletiva e reciclagem de lixo;
- cursos de capacitação profissional;
- campanhas de inverno e de natal para arrecadar recursos para aquisição de alimentos, vestuário ou material de higiene; e

- caixas coletores permanentes de doações como alimentos, roupas, calçados, brinquedos, medicamentos e outros materiais.

Seu principal objetivo é desenvolver programas de geração de emprego e renda, educação e de apoio a entidades assistenciais comprovadamente carentes. Vale ressaltar que estas entidades do terceiro setor são indicadas pelos próprios empregados.

Alguns dos comitês de Furnas são:

RIO DE JANEIRO

➤ Comitê FURNAS da Ação da Cidadania	Sede
➤ Comitê SOS Vida	Jacarépaguá
➤ Comitê SOS Vida	Santa Cruz
➤ Comitê da Solidariedade	Campos

SÃO PAULO

➤ Comitê de Responsabilidade Social	Ibiúna
➤ Comitê de Empregados	Mogi das Cruzes
➤ Comitê da Ação da Cidadania de FURNAS	Campinas
➤ Comissão de Empregados	Itaberá

GOIÁS

➤ Comissão Usina Hidrelétrica de Corumbá	Corumbá
--	---------

TOCANTINS

➤ Grupo Voluntário para a Solidariedade Humana dos Funcionários de Furnas	Gurupi
---	--------

A seguir descrevemos algumas das ações sociais desenvolvidas pelo Comitê Furnas de Ação da Cidadania – sede e pelo Comitê SOS VIDA da Ação da Cidadania de Santa Cruz; ambos objetos de estudo desta pesquisa.

5.2.2 ALGUMAS DAS AÇÕES SOCIAIS DESENVOLVIDAS PELOS COMITÊS

ÁREA: GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

CUIDADORES INFORMAIS DE IDOSOS	Ano: 1994	Local: RJ
Objetivo Sensibilizar jovens, familiares e comunidades para o cuidado com a pessoa idosa, capacitando-os para o exercício de uma ocupação profissional.		
Informações adicionais <ul style="list-style-type: none"> ↳ Este projeto ganhou prêmio COEP - Mobilização 1999 e o Prêmio da Fundação COGE em 2001. ↳ É coordenado pelo serviço social do Comitê Furnas da Ação da Cidadania do escritório Central. ↳ O curso tem a duração de 4 meses com aula uma vez por semana em espaço cedido pela empresa. É totalmente gratuito e coordenado pela assistente social Terezinha Martinez voluntária do Comitê. ↳ O custo hora/aula dos professores especialistas é integralmente assumido pelo Comitê. ↳ O projeto mantém um cadastro detalhado dos cuidadores para atendimento de solicitações advindas da empresa ou fora dela, sendo a demanda principal de empregados, aposentados e seus dependentes. ↳ Dada a qualidade e a repercussão deste serviço, o mesmo passou a ser coberto pelo plano de saúde de Furnas, tendo os empregados que dele fizerem uso direito a reembolso dos gastos. ↳ Cerca de 480 profissionais estão inseridos no mercado de trabalho. 		
Resultados São 22 cursos realizados e quase 800 pessoas atendidas. Empresas como Caixa Econômica, Banco do Brasil, Petrobrás etc. solicitam estes serviços.	Parcerias: Comitê e Departamento de Saúde de Furnas	
CURSO DE MULTIPLICADORES DE INFORMÁTICA	Ano: 2001	Local: RJ
Objetivo Desenvolver e potencializar pessoas interessadas em multiplicar o conhecimento de informática nas comunidades carentes; estimular a profissionalização e propiciar cidadania.		
Informações adicionais <ul style="list-style-type: none"> ↳ O curso é realizado nas instalações de Furnas, cabendo aos professores voluntários funcionários de Furnas a orientação técnica do conteúdo, aos profissionais da PUC a orientação pedagógica do processo, ao Comitê a coordenação do curso, bem como arcar com as despesas decorrentes com o transporte dos alunos e ao Departamento de Saúde cabe a responsabilidade com o lanche dos alunos. 		
Resultados: Formação de 30 alunos multiplicadores	Parcerias: PUC/RJ	
CURSO DE SERRALHEIRO, SOLDA ELÉTRICA E OXIACETILÊNICA – Projeto Soldando o Futuro	Ano: 2003	Local: Usina de Santa Cruz
Objetivo Formação inicial de serralheiro a fim de inseri-los no mercado de trabalho.		
Informações adicionais <ul style="list-style-type: none"> ↳ O curso é realizado nas instalações da Usina Termelétrica de Santa Cruz, cabendo aos professores voluntários funcionários de Furnas o desenvolvimento das aulas e o empréstimo das ferramentas. ↳ Os alunos aprendem a fazer grades para muros, portas e janelas de ferro. ↳ O curso realizou-se no horário de 8h às 11h, de 2ª a 6ª feira com seis instrutores. 		
Resultados: Formação de 11 alunos.	Parcerias: Comitê SOS Vida e Departamentos Internos da Usina	

AREA: EDUCAÇÃO

DIA DO CIDADÃO	Ano: 2000	Local: RJ
Objetivo Promover a conscientização sobre cidadania; transmitir noções sobre conservação de energia e proporcionar a obtenção da identificação civil.		
Informações adicionais ↳ Recebem jovens entre 12 e 18 anos. ↳ Neste dia a empresa oferece aos alunos de escolas públicas e de comunidades carentes uma refeição, lanches, atividades ligadas à conservação de energia (PROCEL) e a identidade civil, e participam de dinâmicas que visam desenvolver a cidadania. ↳ Quando necessário, o Comitê da sede fornece transporte, camiseta para os participantes e custeia as despesas relativas à fotografia.		
Resultados: 789 carteiras de trabalho e 1.697 carteiras de identidade	Parcerias: DETRAN, Instituto Félix Pacheco e Ministério do Trabalho e departamentos internos da empresa.	

OFICINA DO SABER	Ano: 2002	Local: Nova Iguaçu - RJ
Objetivo Apoio escolar através de noções educacionais básicas a crianças de 3 a 6 anos.		
Informações adicionais ↳ O Comitê garante a manutenção da escola quanto à luz, água, material de higiene, material escolar e alimentação e a remuneração da professora que desenvolve atividades recreativas e educativas 3 vezes por semana das 13h às 17h.		
Resultados: 25 crianças atendidas	Parcerias: Instituição filantrópica Centro Espírita Bezerra de Menezes	

AREA: APOIO A ENTIDADES ASSISTENCIAIS

CASA DA SOPA – União Espírita Bezerra de Menezes	Ano: 2000	Local: Nova Iguaçu-RJ
Objetivo Auxiliar na manutenção da casa e na alimentação da população carente local.		
Informações adicionais ↳ Atende a mais de 100 crianças carentes. ↳ Recebe gêneros alimentícios, materiais de limpeza, peças de vestuário, livros e material de construção.		

INSTITUTO FRANCO BASÁGLIA LAR DE MARIA LOURDES CASA CAMINHO DO SENHOR	Ano: 2001	Local: Rio de Janeiro
Objetivo Auxílio material.		
Informações adicionais ↳ Estas entidades atendem portadores de deficiência mental. ↳ Recebem fraldas descartáveis mensalmente do comitê.		

CENTRO COMUNITÁRIO DA VILA SANTA TEREZA CRECHE DO CENTRO COMUNITÁRIO DA VILA SANTA TEREZA	Ano: 2001	Local: Belford Roxo-RJ
--	------------------	-------------------------------

Objetivo Apoio logístico
Informações adicionais <ul style="list-style-type: none"> ↳ A creche recebe auxílio de alimentação como cestas básicas, material escolar, peças de vestuário, brinquedos e manutenção da estrutura como colchões, cobertores, mesas etc. ↳ O centro recebe doação de materiais de informática.

AMBULATÓRIO MÉDICO DE SENADOR CAMARÁ	Ano: 2001	Local: Sen. Câmara-RJ
---	------------------	------------------------------

Objetivo Atendimento médico gratuito à comunidade carente.	
Informações adicionais <ul style="list-style-type: none"> ↳ Realiza atendimento nas especialidades de clínica médica, pediatria e ginecologia. ↳ Recebe doação mensal de medicamentos para a farmácia do ambulatório. ↳ A PUC fornece os especialistas voluntários para o atendimento médico através do projeto UNICOM (Universidade Comunitária) ↳ Instalação de um consultório dentário com parcela dos equipamentos doados pela CECREMEF (cooperativa de crédito de Furnas) e a outra parte adquirida pelo comitê. 	
Resultados:	Parcerias: Convênio PUC/RJ (UNICOM)

ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCLEROSE MÚLTIPLA	Ano: 2001	Local: Lagoa
---	------------------	---------------------

Objetivo Apoio alimentar.
Informações adicionais <ul style="list-style-type: none"> ↳ A entidade recebe doação de cestas básicas.

Toda a estrutura gerencial e de colaboradores dos Comitês de Ação da Cidadania é composta por funcionários ou aposentados que o fazem voluntariamente. O comitê presta contas de suas atividades através de balancetes mensais que demonstram a utilização dos recursos financeiros arrecadados e ao final de cada exercício é emitido o balanço.

5.4 A POLÍTICA SOCIAL DE FURNAS

Furnas tem seu compromisso social formalmente assumido através de sua política empresarial, a qual foi denominada Política de Cidadania Empresarial e de Responsabilidade Social de Furnas. Em bibliografia interna pesquisada obtivemos o seguinte texto:

“A Política de Cidadania Empresarial e de Responsabilidade Social de Furnas visa consolidar o conceito de excelência da empresa no **campo da cidadania**, bem como incorporar a nova concepção de Responsabilidade Corporativa à cultura da empresa. Assim, o compromisso de FURNAS é contribuir, de forma inovadora, para melhorar a condição humana,

articulando empregados, consumidores, comunidades, acionistas, fornecedores, setor elétrico e governo, em torno de ações e iniciativas que **promovam a cidadania** e o desenvolvimento humano, visando uma sociedade justa, em equilíbrio com a natureza, sustentável e solidária” (INTRANET DE FURNAS – grifos nossos).

No texto acima podemos perceber que a empresa tem a intenção e acredita que suas ações estão no nível mais elevado do conceito de responsabilidade social. Ao garantir em seu escopo de atuação a preocupação com todos àqueles com os quais se relaciona, enfatizando a melhoria da condição humana, e tendo como principal objetivo a promoção da cidadania e do desenvolvimento humano, a organização formaliza sua intenção de comprometer-se e co-responsabilizar-se pela construção e manutenção de uma relação ética e justa com os seus interlocutores.

5.4.1 O VOLUNTARIADO EM FURNAS

O trabalho voluntariado em Furnas foi incrementado com a criação da Política de Cidadania Corporativa e Responsabilidade Social. O Programa *Voluntário FURNAS em Ação* – *gerando cidadania*, tem como objetivo geral ampliar e valorizar as ações voluntárias dos empregados em parceria com a empresa. Dentro deste estabelece (Intranet – Compromisso Social Furnas, 2003):

- ↳ Criar e fomentar a Rede de Mobilizadores responsáveis por coordenar e agregar os grupos voluntários, acompanhar o trabalho e sensibilizar cada vez mais empregados a abraçarem a atuação voluntária.
- ↳ Garantir a interação entre a Rede de Mobilizadores e os grupos de voluntários, permitindo a troca de experiências e o fortalecimento contínuo do trabalho.
- ↳ Capacitar mobilizadores e voluntários nos temas relativos à prática da atuação voluntária.
- ↳ Desenvolver instrumentos de divulgação, valorização e estímulo do trabalho voluntário realizado pelos empregados.
- ↳ Disponibilizar informações que apoiem a ação voluntária (publicações, palestras, sites entre outros).

Para incrementar o movimento e sensibilizar um número maior de pessoas foi criado na intranet uma página totalmente direcionada para a informação sobre a atuação social da empresa denominada *Compromisso Social de Furnas*. Nela são encontradas as mais diversas

informações sobre toda a atuação social da empresa, disponibilizando dados como a política da organização, seu histórico na área social, o programa de voluntariado, o balanço social, os comitês da ação da cidadania e as dúvidas mais frequentes sobre o tema. Acredita-se que a facilidade no acesso à informação mobilizará um contingente cada vez maior de pessoas que queiram contribuir para causas sociais.

Uma das ações mais recentes e que vem recebendo adesão crescente dos funcionários é um concurso interno que a empresa promove a fim de estimular a criação de projetos sociais. Os projetos devem estar em sintonia com o objetivo maior da Política de Cidadania Corporativa e Responsabilidade Social da empresa que é “promover o desenvolvimento sustentável de comunidades, considerando seus diversos aspectos e necessidades, tais como: educação, saúde, saneamento, habitação, esporte, arte, cultura e lazer” (Intranet – Compromisso Social Furnas, 2003).

Para participar do concurso, os projetos deveriam atender às seguintes exigências:

- ser apresentado segundo o roteiro de apresentação dos projetos;
- ser desenvolvido voluntariamente por empregados de Furnas, com apoio da gerência da área;
- atuar no entorno de Furnas ou em regiões estratégicas;
- ser coordenado por um ou mais empregado da empresa;
- ter a participação do(s) mobilizador(es) da área na coordenação, acompanhamento e avaliação;
- ter a participação de um grupo de voluntários de, pelo menos, três empregados;
- contribuir para o bem-estar social e o **exercício da cidadania**;
- atender a demanda da comunidade;
- estimular o desenvolvimento humano, econômico e social, bem como a auto-sustentabilidade de seus beneficiários;
- prever etapas e mecanismos de acompanhamento e avaliação do andamento do projeto;
- apresentar viabilidade no cronograma de desenvolvimento do projeto.

E os critérios elencados para análise e seleção dos projetos foram:

- contemplar parcerias internas, com outros órgãos da empresa;
- incentivar a formação de parcerias com outras instituições, poder público local etc., bem como o envolvimento com a comunidade;
- alavancar outros recursos junto a parceiros internos e externos;

- informar número de beneficiários;
- informar número de empregados envolvidos;
- definir o grau de promoção da auto-sustentabilidade;
- descrever o impacto para o desenvolvimento comunitário.

Em sua primeira edição, em 2002, foram selecionados 10 (dez) projetos em 17 (dezessete) concorrentes, e cada qual foi premiado com o valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais) para implementação e acompanhamento por tempo determinado.

Os projetos vencedores concentraram-se no tema **Meio Ambiente e Formação Profissional**. São eles: 1) O Lixo Resgatando a Cidadania; 2) Horta Orgânica – projeto de Desenvolvimento Comunitário; 3) Escola Voluntária de Lage – Projeto de Apoio Educacional; 4) Verde no Quintal; 5) Jovem Aprendiz; 6) Divertindo e Aprendendo; 7) O Computador por Perto – Cursos de Informática para Comunidade; 8) Futuro com Energia – Capacitação Básica em Informática; 9) Informática para Jovens – Saber Mais; 10) Soldando o Futuro – Curso de Serralheiro: Solda Elétrica e Oxiacetilênica.

Este ano, dado o êxito do primeiro concurso, a organização decidiu aumentar o número de projetos financiados, bem como o valor patrocinado, alterando para 40 (quarenta) o número de projetos que serão selecionados, sendo contemplados com o valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para sua operacionalização.

O Programa Voluntário Furnas em Ação é operacionalizado através de um trabalho conjugado entre quatro agentes: A Superintendência de Coordenação de Responsabilidade Social, os Mobilizadores, o Grupo de Articulação e os Voluntários.

Como atribuições cabe a cada agente:

Superintendência de Coordenação de Responsabilidade Social

- coordenação do programa;
- organização, estímulo e capacitação da rede de mobilizadores;
- articulação na definição de mecanismos de divulgação, valorização e estímulo à ação voluntária.

Mobilizadores

- mobilização dos empregados para a criação de grupos de voluntários;
- contribuição para a definição, planejamento e acompanhamento da atuação social da área;
- participação nas atividades de capacitação.

Grupo de Articulação

- representantes das diretorias.

Voluntários

- empregados de Furnas que participam do trabalho voluntário;
- contribuição para a definição, planejamento e acompanhamento da atuação social da área;

Em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ, através da COPPE e do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social - LTDS, Furnas desenvolveu sua metodologia de planejamento de projetos sociais com orientações e técnicas de procedimentos.

Neste material formulado com uma linguagem simples, concisa e didática, encontraremos toda uma orientação de elaboração, implantação e avaliação de projetos sociais baseada nos principais teóricos da área. Neste são desenvolvidos temas como: Ciclo de Vida de um Projeto; Planejamento e Metodologias Participativas; Métodos de Trabalho Participativo; Identificação de Problemas; Proposição de Soluções e a Dimensão Lógica e a Comunicativa do Projeto.

Esta postura é endossada em publicação interna da empresa:

“Para que uma empresa seja considerada socialmente responsável, suas políticas devem ser pautadas em uma comunicação de mão-dupla no desenvolvimento de mecanismos de interação democrática com seus parceiros estratégicos. **Principalmente no que diz respeito aos cidadãos-beneficiários de seus projetos, as empresas precisam ouvi-los para atender às suas demandas, estimular seus ativos e, conseqüentemente, atingir os resultados esperados.** Na prática, a grande maioria das empresas não se propõe a dialogar com os beneficiários, e sim a ensinar coisas que eles supostamente ainda não sabem, ignorando o conhecimento do senso comum” (Material impresso do setor de Coordenação de Ação com a Sociedade – março/2003 - grifos nossos).

CAPÍTULO 6 - OS PROJETOS PESQUISADOS

.....

Neste capítulo apresentaremos a descrição dos projetos pesquisados, os participantes da pesquisa, o roteiro da entrevista realizada e os depoimentos seguidos de análise a luz dos referenciais teóricos utilizados.

.....

6.1 PESQUISA DE CAMPO

O processo de pesquisa de campo se desenvolveu em duas etapas: a primeira internamente, a partir da obtenção de material institucional e da realização de entrevistas com os níveis gerenciais e operacionais; e a segunda externamente, visitando os locais onde as ações se desenvolveram a fim de entrevistar algumas pessoas participantes dos projetos.

6.1.1 RESULTADOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

O Discurso da Empresa

Nos textos institucionais percebemos a convicção e o empenho da organização em garantir uma postura de empresa-cidadã. Na descrição de alguns textos abaixo podemos evidenciar este processo:

“FURNAS tem atuação pioneira nas **ações que geram cidadania** e é uma das primeiras empresas a elaborar uma política de Responsabilidade Social e também estimula o trabalho social voluntário dos seus empregados” (Mensagem telefônica da Empresa- grifos nossos).

“**Consciente do seu papel também como agente de transformação social**, FURNAS vem se destacando entre as empresas que mais investem nas diferentes manifestações da cultura brasileira” (Revista Interna Linha Direta, janeiro/2002- grifos nossos).

“Dos grandes eventos como a Amostra do Redescobrimto: Brasil + 500 até o apoio às artes indígenas, a empresa está presente na **reafirmação da identidade cultural do país, na elevação da auto-estima da população e na formação de uma cidadania crítica e produtiva**” (Revista Interna Linha Direta, janeiro/2002- grifos nossos).

“Assim, os participantes do Prêmio FURNAS ‘De Olho no Futuro’ não só criam produtos sobre o tema, mas também sugerem como divulgá-los na sociedade. Isso é um **exercício de cidadania** e protagonismo juvenil, ou seja, a partir da utilização de seu potencial crítico, criativo e transformador, os jovens tornam-se **indivíduos mais responsáveis, conscientes, produtivos e socialmente úteis**, além de contribuírem para a melhoria de pontos relevantes para o seu país e planeta” (Revista Interna Linha Direta, março/2002- grifos nossos).

Furnas, assumindo-se como agente geradora de mudança social, reafirma seu compromisso com o resgate e o fortalecimento das culturas regionais, defendendo a formação de uma cidadania crítica e produtiva.

A empresa compreende o conceito de Responsabilidade Social como:

“Forma de gestão dos negócios que satisfaça ou exceda as expectativas da sociedade em relação ao comportamento ético, legal, comercial e público da empresa no desenvolvimento de suas atividades, atuando de forma integrada, compartilhando estratégias de ação com a sociedade na qual está inserida” (Texto interno da Assessoria de Articulação com a Sociedade).

“Nós entendemos que os esforços de FURNAS em suas ações de Responsabilidade Social devem se concentrar em projetos com retorno institucional e impacto de mídia assegurado” (HERBERTO SALES, Diretor de Administração e Suprimentos – Janeiro/2002).

É evidente a intenção da empresa de garantir que a promoção da cidadania perpassasse todas as suas ações sociais. No entanto, o discurso reproduzido acima, de autoria de um dos diretores da organização, mostra outra preocupação que se distancia da posição defendida na maioria dos textos institucionais. Enquanto estes denotam um posicionamento mais ético e substantivo, esta fala recorre a razões instrumentais e estratégicas, visto que sua prioridade de investimento não teria por foco o que fosse uma premência social, mas o que gerasse retorno de imagem, garantindo maior visibilidade à empresa.

Essas contradições ou incongruências nas falas organizacionais refletem talvez um quadro de desarticulação interdepartamental que até então caracterizava a atuação social da empresa.

A elaboração, a implementação, o acompanhamento e a avaliação dos projetos era feita de maneira isolada e desarticulada por diferentes setores. Departamentos e comitês de ação da cidadania elaboravam e executavam seus projetos sem trocas, sem integração, sem nenhuma atuação conjunta. A organização estimulava tais ações, mas não havia uma preocupação em unificá-las ou administrá-las de uma forma mais integrada.

A entrada do novo governo federal e sua atenção com a agenda social marca mais uma nova etapa no histórico social de Furnas à medida que seu novo presidente, seguindo as prioridades ditadas, fez da atuação social uma das grandes diretrizes da empresa, criando para tal a Superintendência de Coordenação de Responsabilidade Social.

Acreditamos que a organização esteja num momento de reconstrução coletiva do discurso e da ação social, refletindo-se, em alguns momentos, em falas ora harmônicas, ora incongruentes.

6.1.2 OS PROJETOS PESQUISADOS

A partir da pesquisa bibliográfica, já conhecendo a estrutura e o funcionamento da organização, baseamos a escolha dos entrevistados a partir de setores que estivessem diretamente relacionados à prática da responsabilidade social dentro da organização e dos projetos que tivessem um viés educativo. Assim, realizamos entrevistas semi-estruturadas internamente com pessoas que atuam na Superintendência de Coordenação de Responsabilidade Social; no Departamento de Informática; nos Comitês Furnas da Ação da Cidadania e no Departamento de Saúde; e externamente com pessoas que participam dos projetos selecionados.

Para facilitar a confrontação entre as opiniões, optamos por categorizar os dados nas seguintes denominações: Visão Interna - composta pelos empregados de Furnas em seus diferentes níveis hierárquicos; e Visão Externa - composta pelas pessoas das comunidades que participaram dos projetos. Ao relatar e analisar os resultados das entrevistas optamos por resguardar o nome das pessoas a fim de evitar exposição ou represálias.

O conjunto representativo desta pesquisa é composto por 34 pessoas, sendo 8 empregados de Furnas e 26 participantes das comunidades envolvidas, perfazendo um total de 45h (quarenta e cinco horas) de entrevistas gravadas.

Tabela 4 – Lista dos Entrevistados Participantes da Pesquisa.

FURNAS - EMPREGADOS			
NOME	CARGO		PROFISSÃO
1. Gleisy Peiter	Superintendente de Coordenação de Responsabilidade Social		Engenheira
2. Ana Cláudia Fernandes	Coordenadora de Ações Voluntárias		Assistente Social
3. Gisele Oliveira P. Garcia	Apoio da Coordenadora de Ações Voluntárias – Responsável pelo Projeto OFICINA DO SABER		Administradora
4. Isabel C. Tonini Caldas	Presidente do Comitê Furnas de Ação da Cidadania		Assistente Social
5. Terezinha Martinez	Assistente Social do Departamento de Saúde – Criadora e Responsável pelo projeto CUIDADOR DE IDOSOS		Assistente Social
6. Carlos Rodrigues Alves	Analista de Informática – Professor Voluntário do Projeto de MULTIPLICADORES DE INFORMÁTICA		Analista de Informática
7. Camila Dias Nunes	Assistente Social da Usina de Santa Cruz		Assistente Social
8. Paulo César Benvindo	Responsável pela área de Treinamento – Responsável pelo Projeto SERRALHEIRO, SOLDA ELÉTRICA E OXIACETILÊNICA		Bacharel em História
COMUNIDADE			
NOME	POSIÇÃO	LOCAL	PROJETO
1. América Pereira	Responsável pela instituição	Jardim Oceano NOVA IGUAÇU	Oficina do Saber da Casa da Sopa
2. Maria Eunice	Professora		
3. Bianca Salvini	Pedagoga voluntária		
4. Luciléia Souza	Mães de Alunos		
5. Rosângela Santos			
6. Margarida			
7. Fernanda			
8. Marilucia			
9. Elizete			
10. Rosinda			
11. Célia			
12. Cláudia			
13. Janaína			
14. Janete			
15. Kátia			
16. Icléa de Alcântara Machado	Diretora Geral	Escola Municipal Professor Coqueiro SANTA CRUZ	Educação Ambiental – Reciclagem de Lixo
17. Denise Gomes	Professora		
18. Arailza Dantas dos Santos	Formandas do curso	BOTAFOGO	Projeto de Formação Profissional Cuidador de Idosos
19. Nadir de Moraes Teles			
20. Dulcinéia de Souza Santiago			
21. Rafael Pires Leite			
22. Alessandro Lamego			
23. Márcio Souza	Formandos do curso	Usina Termelétrica de SANTA CRUZ	Projeto Serralheiro, Solda Elétrica e Oxiacetilênica
24. Daniel de Oliveira			
25. Angelo Farias			
26. Luiz Gonzaga S. Beltrão	Responsável pelo Centro Comunitário	Centro Comunitário de Santa Tereza BELFORD ROXO	Projeto Multiplicador de Informática e Creche

O objetivo maior das entrevistas é o registro do entendimento que o público interno da empresa, bem como o público externo à ela – ou pessoas que participam das ações - têm do

conceito de responsabilidade social, educação e cidadania, e se as ações desenvolvidas possibilitam ou promovem a emancipação social.

Os projetos pesquisados foram:

1. **OFICINA DO SABER** – Um projeto similar de pré-escola comunitária que atende a 20 crianças de 3 a 6 anos no Bairro Jardim Ocidental - NOVA IGUAÇU.
2. **ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR COQUEIRO** – Escola de Ensino Fundamental que foi parceira de Furnas num projeto de educação ambiental - SANTA CRUZ.
3. **CENTRO COMUNITÁRIO DE VILA SANTA TEREZA** – centro construído por Furnas como ação social compensatória pela instalação da subestação de São José, possuindo um projeto de creche que atende a 30 crianças e um curso de informática básica para multiplicadores na comunidade - BELFORD ROXO.
4. **COMITÊ SOS VIDA DA USINA TERMELÉTRICA DE SANTA CRUZ** – promove o curso de capacitação profissional de Serralheiro - SANTA CRUZ divisa com ITAGUAÍ.
5. **CURSO DE MULTIPLICADORES DE INFORMÁTICA** – desenvolvido pelo departamento de Informática na sede da empresa - BOTAFOGO.
6. **CURSO DE CUIDADORES INFORMAIS DE IDOSOS** – desenvolvido pelo Comitê Furnas da Ação da Cidadania - BOTAFOGO.

CAPÍTULO 7 – RESULTADOS FINAIS

7.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS A LUZ DO REFERENCIAL TEÓRICO

1ª) QUESTÃO: O QUE É RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL? QUAL A DIFERENÇA ENTRE RESPONSABILIDADE SOCIAL E FILANTROPIA?

A VISÃO INTERNA

1. A filantropia está relacionada às ações basicamente assistenciais, em geral doações que a empresa faz para o público externo, tendo como beneficiárias principais entidades filantrópicas, instituições beneficentes, escolas etc. A ênfase da Responsabilidade Social é dada às relações da empresa com seus diversos públicos – acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente – cujas demandas e necessidades a empresa deve buscar atender e incorporar na sua estratégia de negócios. Estão incluídas aí as ações mais estruturadas e de longo prazo.
2. A ética nas relações com todos os interessados. A RSE deve se pautar prioritariamente na questão da inclusão social para o momento em que a gente está vivendo com o novo governo. A questão da responsabilidade social passou a ser um paradigma empresarial. A Filantropia não pode divulgar e a responsabilidade social é algo mais profissional, mais bem definido.
3. Primeiro a geração de empregos. Em segundo a ajuda a comunidades carentes.
4. Meu entendimento não é este que a sociedade está preconizando. O setor público consegue perceber a importância da responsabilidade social, mas não tem a consciência da real responsabilidade social de uma empresa que se diz cidadã. A empresa que é cidadã tem um comprometimento muito maior com esse social, que seja estar balizando programas eminentemente de ação social, estar discutindo mais a fundo o seu papel social dentro da comunidade e não estar se preocupando em apenas realizar grandes ações sociais que dão visibilidade aos critérios de excelência que elas necessitam para estarem fechadas dentro do processo de avaliação.
5. Não adianta dar o peixe, tem que ensinar a pescar. A idéia é essa! Não adianta mais aquela idéia assistencialista, sem continuidade. A idéia é preparar a garotada para ser multiplicador em sua comunidade e conseguir emprego.

A VISÃO EXTERNA

1. RS é ajudar a sociedade, pelo menos no que está em volta da organização, a entender a sociedade, a ajudar o crescimento da comunidade em volta.
2. Nunca ouvi.
3. É essa ligação toda com a comunidade.

Pelos depoimentos acima expostos e pelo descrito nos balanços sociais, constatamos que a maioria das ações sociais são de ordem filantrópica, podendo concluir que até 2003 a atuação social de Furnas caracteriza-se por uma predominância de maior assistência social e não de promoção social, com ações mais sistêmicas. Há, portanto, uma prática maior de investimento social e não de desenvolvimento social.

Entretanto, apesar da ênfase nas ações assistencialistas, Furnas, na pirâmide de Carrol (apud LOURENÇO e SCHRÖDER, 2002), estaria exercendo o nível mais elevado de responsabilidade social, no qual desenvolve atividades voluntariamente, movida pela opção de contribuir para a sociedade, não sendo esta uma obrigação econômica, legal ou ética.

Do mesmo modo, na análise proposta por Ashley (2001), Furnas se encaixaria no último nível de responsabilidade social, pois desenvolve ações baseada na visão das redes de relacionamento entre agentes sociais. Já na escala de vetores éticos proposto por Neto e Fróes (2001), Furnas alcançou a excelência na gestão da responsabilidade social, uma vez que alguns de seus projetos tornaram-se sustentáveis, melhorando a qualidade de vida de sua comunidade interna e externa.

Com relação à análise quanto ao que motiva Furnas a investir em responsabilidade social, considerando as linhas de atuação sugeridas por Tomei (1984), assumimos que a organização se caracteriza por uma atuação ética.

Como empresa de economia mista que comercializa um produto considerado vital – geração e transmissão de energia elétrica –, e que não tem sua sobrevivência constantemente ameaçada por concorrentes ou clientes, esta prima, portanto, muito mais pela sua legitimação junto ao público como uma empresa referência do setor energético do que pela sua exposição na mídia. Endossando esta posição, temos como exemplo a realização de grandes campanhas educativas de âmbito nacional que defendem a economia e o menor consumo dos seus produtos, o que caracteriza uma preocupação com a formação de valores, logo uma atuação mais ética do que instrumental.

Seu histórico de atuação social, bem anterior a todo o movimento que hoje vemos, permitiu a criação de uma cultura organizacional sólida e consistente, baseada no respeito ao indivíduo, à comunidade e ao meio ambiente. Pelo exposto, poderíamos inferir que Furnas atua como uma empresa ética, comprometida socialmente com seu público interno e externo.

Vale destacar, num dos depoimentos descritos acima, a ênfase que é dada à questão da inclusão social como objetivo prioritário dos investimentos mais estruturados e de longo prazo. Tanto na literatura interna quanto nos depoimentos da maioria, este conceito não havia sido abordado, surgindo apenas em um único relato. Portanto, a organização comunitária, a

inclusão social, a promoção da cidadania e a emancipação social seriam os objetivos finais que norteariam as ações mais estruturadas inseridas no conceito de responsabilidade social.

A geração de emprego e a formação profissional também aparecem como pilares da atuação social responsável, mas estariam incluídas nos itens citados acima.

O público externo, em sua maioria, mostrou total desconhecimento quanto ao termo, não fazendo pois, nenhuma relação com as ações sociais das quais participavam.

2ª) QUESTÃO: EM SUA OPINIÃO, QUAL A INTENÇÃO DA EMPRESA AO INVESTIR EM PROJETOS SOCIAIS?

A VISÃO INTERNA

1. Eu acho que é o retorno, porque com estas ações ficamos mais integrados com a sociedade, mais conhecidos, porque Furnas não faz propaganda.
2. Eu acho que tem dois lados. Ao mesmo tempo em que a gente está contribuindo para promover a cidadania deles, integrá-los, a gente também tem o lado da empresa, que a empresa também ganha com isso. Eu acredito que melhore a relação da empresa porque atinge uma maior visibilidade social e ganha também a contribuição dessas comunidades vizinhas.
3. A RS não deve estar sendo desenvolvida para estimulação apenas de um critério de excelência. De fato o que tem de se fazer é um verdadeiro exercício de cidadania com os seus empregados. RS não é realização de metas é um processo de conscientização.

A VISÃO EXTERNA

1. Basicamente melhorar a realidade social da comunidade. Com esse projeto é, não sei o resto dos outros projetos que Furnas tem.
2. Pelo menos pra tirar você da rua. Eles dão oportunidade.
3. Estão investindo em coisa boa, naquele que necessita.
4. Eu acho que é melhorar o povo brasileiro.
5. É que o Brasil cresça. Quanto mais educação aí o Brasil vai crescer.
6. A melhor possível. Porque meus filhos tiraram a identidade e foi uma alegria só.
7. É ajudar as pessoas que precisam. Ajudar as pessoas carentes. É mais um incentivo pras crianças não ficarem nas ruas jogadas, na violência.
8. Acho que é bem-estar do pessoal, investir nas crianças, progredir, ajudar.
9. Tem esse interesse pra ter um mundo melhor, pra melhorar a sociedade, a criança é o futuro. Estão investindo pra melhorar o mundo.
10. Não vejo lucro pra eles, eu vejo amor, muito amor. Que é o funcionário descontar pra uma coisa que ele não conhece.
11. Eu acho que realmente é melhorar o mundo que a gente vive, que está precisando é mesmo disso, de gente que pense um pouco no exemplo, que a gente está melhorando pra gente mesmo.
12. Eu acho que é de ajudar, de melhoria, e também porque é bom pra empresa, ela tem um prestígio maior.

- | |
|---|
| 13. Ajudam porque é boa de coração |
| 14. Melhora muito a imagem dela. |
| 15. Mostrar para os outros que está ajudando. Só mostrar... |
| 16. Aí eu não sei. Pode estar querendo votos. |
| 17. É ter um Brasil melhor , mais preparado para o mercado do trabalho. |
| 18. As grandes empresas fazem mais por uma política social partidárias delas. |

O público interno consegue ter uma visão mais crítica admitindo a possibilidade do uso instrumental nas intenções que levam uma organização a investir em causas sociais. Para estes, é perfeitamente aceitável o interesse no ganho de imagem, o que por consequência traria maior legitimidade para uma organização de economia mista. Em contrapartida, essa leitura crítica dos empregados, na maior parte dos depoimentos, não gera um posicionamento de oposição ou contestação; ao contrário, ela aceita e reforçada.

O público externo que participa dos projetos, num total de 72% das pessoas, tem uma leitura menos crítica da ação, crendo que o que move as organizações neste caminho seja apenas a questão humanitária, de sensibilização com o infortúnio alheio. Reconhecem e admiram o empenho destas organizações no auxílio ao outro. Apresentam, pois, exatamente o comportamento esperado pelo empresariado: sensibilização e simpatia pela organização.

3ª) QUESTÃO: O QUE É CIDADANIA?

A VISÃO INTERNA

- | |
|--|
| 1. Eu acho que é o que nós estamos fazendo, o que os voluntários fazem. As pessoas preocupadas com o bem-estar do outro que não tem nada , dando um pouquinho de si. |
| 2. É acima de tudo ter respeitado seus direitos . O cidadão é aquele que é reconhecido por lei, tem uma identidade , ele é respeitado como tal, mas nem sempre isso acontece. Acho que quando ele não é respeitado, não é atendido nos seus direitos, aí ele deixa de ser um cidadão. |
| 3. Amor ao próximo. |
| 4. É tentar ser solidário nas necessidades alheias que são muitas. É a pessoa se sentir um cidadão de uma forma completa, tanto no lado social, no lado afetivo, no lado financeiro. Acho que é tornar uma pessoa normal. O que é normal? É poder ter direito a tudo, como a classe média consegue ter, como as classes mais abastadas conseguem ter. É tentar resgatar alguma coisa para que eles se sintam cidadão. Participantes e não excluídos. |
| 5. Eu não entendo cidadania como uma pessoa. A cidadania só existe quando todas as pessoas tem seus direitos respeitados, respeitam seus deveres . Ser respeitado na sociedade , não ter discriminação. Promover a cidadania é possibilitar que as pessoas se vejam como sujeito do seu próprio desenvolvimento. |

A VISÃO EXTERNA

1. Já ouvi, mas eu não me lembro.
2. Já. É **ajudar a pessoa que não pode trabalhar**, que é doente.
3. **Exercer os seus direitos**. O direito do cidadão é poder ir e vir, poder estudar, ter trabalho, sua dignidade, **conquistar sua dignidade trabalhando**.
4. Ser uma **pessoa boa**. Ser bom com as pessoas, **ajudar as pessoas** se possível.
5. Nunca ouvi falar.
6. Acho que é o direito do ser humano. O **ser humano tem que ter direito a alguma coisa**, sobre alguma coisa.
7. Ter cidadania é **ter responsabilidade com o próximo**. A minha cidadania é eu ter que cuidar de mim e cuidar de outro. Não da minha família, de fora da minha família, porque da minha família é minha obrigação.
8. Cidadania é um **negócio de limpeza, de mosquito da dengue**. Ser cidadão é ser **alguém na vida um dia**.
9. É ser uma **pessoa simples, humilde, que possa ajudar o povo**. E ter amor no coração, que hoje em dia não é mole não. Ter **amor por todo mundo, pela comunidade**.
10. Ter **respeito, caráter**. Respeitar o próximo, **ter educação**, sabedoria.
11. Primeiro de tudo é **ser honesto**, principalmente em todos os pedacinhos da vida. A honestidade e a verdade são coisas que pra você caminhar não precisa ser nenhum doutor.
12. Primeiro **a participação, a conscientização dos seus direitos e dos seus deveres**.
13. Cidadão eu acho que é **respeito, eu acho amor, amor ao nosso próximo**.
14. Cidadania é **se dar por aquele que precisa**. Olhar aquele detrás e não só olhar pra frente, saber que atrás também tem outra pessoa que precisa.
15. É uma pessoa completa. É **cumpridor dos seus deveres e de suas obrigações, éticas profissionais**.
16. Seriam **as pessoas terem oportunidade**, as pessoas que precisam, as pessoas necessitadas.
17. Ter uma **independência**, é uma pessoa que **faz parte da história, não passa em branco**. Se tornou um cidadão. Pra nós adolescente é uma conquista, **tira identidade, tu passa a fazer parte de alguma coisa, que até então tu não soma em nada, só em número de população**.
18. É **formar os nossos jovens**. Nosso trabalho aqui é tirar ele da rua, não só o pequenininho, o adolescente também. **Dar dignidade, dar cidadania, documentação**. Fazer cidadania é bonito, todo mundo quer fazer, mas pra fazer não é só falar, tem que fazer, **tem que dar de si uma grande parte**.

4ª) QUESTÃO: VOCÊ ACREDITA QUE A CIDADANIA É PROMOVIDA NAS AÇÕES SOCIAIS DESENVOLVIDAS?

A VISÃO INTERNA

1. Eu acredito que sim. Pelo menos a gente está fazendo de tudo pra que eles sejam respeitados, sempre colocando seus **deveres e direitos** como cidadãos.
2. Você não resgata a cidadania, você **resgata o exercício da cidadania** que estas pessoas não estão fazendo, e traz ela para o bojo da cidadania, faz com que elas saibam, vejam que elas são cidadãs, que elas estão trazendo as contribuições pra nós. **Nós vamos só facilitar**.
3. Fiz. Tentei então resgatar isso de forma sadia. Ser individualista numa comunidade que precisa é fazer um burro amarrado ao outro; um puxando pra cada lado. Tentei passar

informações ligadas à qualidade bem elementar pra fazer algumas **analogias no dia-a-dia.**

4. Acredito que sim. Uma coisa que a gente valoriza muito **é respeitar a comunidade**, respeitar a pessoa com quem você está trabalhando. Se você quer criar cidadãos é preciso **reconhecer que cada um sabe das suas dificuldades, sabe das suas potencialidades** e tentamos passar isso para todo mundo.

A VISÃO EXTERNA

1. Demais, por isso que eu gostei. **Porque a gente se chega mais ao nosso próximo**, porque a gente fica pensando que ama nosso próximo, mas às vezes está tão distante que a gente não consegue fazer nada.

2. Fiz. Tentei passar informações ligadas à qualidade bem elementar pra fazer algumas **analogias no dia-a-dia.**

3. Sim, porque você **passa o amor ao próximo**. Em todo plano de aula **enfocamos o fato de ajudar um ao outro, de ter respeito, de ter identidade.**

4. Com certeza. **Aprendi a lidar mais com as pessoas** idosas, a saber como elas pensam, ter mais paciência e assim por diante.

5. Ensina muita coisa, o que tem que ser no ambiente de trabalho, ser sempre limpo, você respeitar as pessoas mais velhas, experientes.

6. É válido como experiência. A vida é uma escola, e no caso eu estou **aprendendo mais ainda pra se tornar um cidadão ainda melhor.**

7. Nosso trabalho aqui é resgatar essa molecada pequenininha para ir crescendo conosco, ir **aprendendo até chegar a idade do quartel ou a gente até arrumar um emprego** aqui, né? Porque a constituição (nem sei se está dizendo) está dizendo que toda obra de porte tem que agregar mão-de-obra da comunidade. **Os cursos promovem a cidadania e não política partidária.**

8. Trabalha. **O que não se tem é uma ação coletiva social mais efetiva. Falta esse compartilhamento da cidadania, porque compartilhar significa que você está aprendendo.**

9. Isso a gente trabalha aqui na escola, tem até um projeto esse ano que se chama "Professor Coqueiro semeando a Paz". **Vamos trabalhar a fome e mostrar que isso também é a busca da paz, a solidariedade.**

5ª) VOCÊ SE CONSIDERA UM CIDADÃO?

A VISÃO EXTERNA

1. Eu acho, **porque se tiver que ajudar eu ajudo. Eu tenho meus direitos respeitados.**

2. Eu sou cidadã porque **eu participo da comunidade** dessas coisas todas, mas nem todo mundo pensa igual a gente.

3. Eu acho. Do meu jeito... **Ser livre**

4. Agora eu estou aprendendo, tentando melhorar cada vez mais. **Sou voluntária** há 4 anos.

5. **Eu não sou nada, não sou porque não estudei. Quem estuda pode ser cidadão** ou cidadona.

6. Acho que sim. Será porque eu sou uma dona de casa, **cumpro com meus compromissos** tudo certo, né? **Eu gosto de tudo certo, não gosto de nada de fazer as coisas erradas. Eu sou pobre, mas sou uma pobre honesta. Por isso eu acho que eu sou.**

7. Eu acho que sim, porque **eu respeito o próximo**. Não sei muita coisa porque não tive a

oportunidade de estudar.

As questões 3, 4 e 5 geraram uma riqueza na diversidade de respostas e demonstraram uma certa dificuldade das pessoas, independente do nível social, em respondê-la com objetividade e simplicidade. Muitos lançaram mão de contextualizar suas explicações para se fazer entender, como se dominassem a compreensão do termo na vivência cotidiana, mas não soubessem traduzi-lo em palavras ou conceitos formais.

Como a palavra cidadania perpassa diversos textos institucionais e é objetivo de uma considerável parcela dos projetos, era mister compreender o entendimento da organização quanto ao seu significado.

Para a organização, promover a cidadania estaria diretamente ligada à responsabilidade de despertar as pessoas para seus direitos e deveres, aprendendo a fazer uso destes na construção de sua história.

Para o conjunto dos entrevistados cidadania estaria mais ligada a: identidade; respeito ao próximo; direitos e deveres; caráter e honestidade; trabalho; educação; independência; participação; amor e responsabilidade com o outro. Constatamos que, mesmo para o público interno, as respostas não se centraram na questão legal. Em 50% das respostas, principalmente para o público externo - aquele que sofre uma maior privação dessa vivência - curiosamente, ou quem sabe, justamente por tal motivo, o sentido da cidadania ou ser cidadão tem uma íntima relação com o cuidado com o outro, com a solidariedade com o próximo para uma vida melhor, com a preocupação em garantir o bem-estar público. Neste posicionamento encontramos sintonia com a idéia defendida por Dimenstein (1993), o qual defende que a cidadania é o direito de viver decentemente, ter uma vida digna, bem-estar.

E por fim, a questão do trabalho, que pareceu-nos estar diretamente associada à conquista de dignidade. Ser trabalhador é ser alguém, é ter existência na sociedade. Estar desempregado traz em si um sentido de nulidade e inutilidade. A centralidade e a importância que o trabalho assumiu na sociedade moderna fica evidente no depoimento dessas pessoas.

6ª) QUESTÃO: VOCÊ ACREDITA QUE FURNAS CONTRIBUI PARA A EMANCIPAÇÃO OU REGULAÇÃO DESSAS COMUNIDADES?

A VISÃO INTERNA

1. Uma das condições para a aprovação dos nossos projetos é a **organização comunitária**, porque se uma **comunidade é organizada ela entra no processo emancipatório** rápido. Qualquer projeto que apoiamos aqui ele tem que ser **autosustentável** em médio prazo e tem que visar, principalmente, a organização comunitária. A comunidade organizada vai encontrar

suas forças para defender seus direitos.

Furnas acredita contribuir para a promoção do processo emancipatório das comunidades que se insere. Entretanto, não percebemos a efetividade desses objetivos nos projetos pesquisados. O princípio norteador e os instrumentos metodológicos de implementação e avaliação das ações sociais denotam a clareza de entendimento que a instituição possui com relação à questão social, mas sua operacionalização parece ficar aquém das intenções à medida que não se registrou, a partir do depoimento das pessoas, um discurso que traduzisse a situação proposta.

Segundo Garay (2002:12) “uma empresa privada que busca, a partir de um projeto social, atuar sobre o desenvolvimento de organizações da sociedade civil de forma a que se tornem autosustentáveis, é importante que não se restrinja apenas a proporcionar uma intervenção de forma unilateral, mas que se preocupe em construir coletivamente formas mais apropriadas. Para que se constitua numa real possibilidade de desenvolvimento de competências, todo esse processo deve ser pensado como um processo de aprendizagem de duas vias, dadas as características peculiares envolvidas nos dois campos, o da empresa (sob uma racionalidade instrumental) e das organizações sociais (sob uma racionalidade substantiva)” (grifos nossos).

7ª) QUESTÃO: VOCÊ ACREDITA QUE AS EMPRESAS TÊM ALGUMA OBRIGAÇÃO DE AJUDAR AS COMUNIDADES QUE ESTÃO PRÓXIMAS À ELA?

A VISÃO EXTERNA

RESPOSTAS AFIRMATIVAS

1. Deveria porque **a escolinha é importante pras crianças**. Eu acho assim, eu nunca estudei, não trabalho...
2. Acho que tem **porque tem muita gente carente**.
3. Eu acho que sim, porque elas podem mais do que a gente.
4. Acho que sim, **mas não é com dinheiro e nem com verbas assim, dando alimentação**. Eu acho que tem que **reeducar as pessoas**. É reaproveitamento de mão-de-obra pra ver se ele cresce, um desempregado e qualificar ele com uma qualificação de emprego. A empresa tem a obrigação de ajudar a comunidade próxima, mas não desse jeito com cestas básicas. O emprego cresce a auto-estima da pessoa, cresce tudo, a pessoa se sente útil. Porque o desempregado não é nada.
5. Eu acho que sim, devia ter obrigação sim, porque não? Um doador me disse assim: mas isso não é problema seu, é do governo. Mas se o governo não faz porque eu não posso fazer?
6. Eu creio que sim. Se **cada um desse um pouquinho e não só arrecadar**, seria uma maravilha.
7. Tem. É dever da companhia que vive dentro de um bairro pobre abranger a sua área, fazer

um trabalho social. **Tentar minimizar.**

RESPOSTAS NEGATIVAS

8. Não é obrigação, mas seria o certo né? **Se eu tenho mais um pouquinho, não é minha obrigação, mas meu dever ajudar as pessoas que são menos favorecidas.** Acho que se todas as empresas fizessem o mesmo aí não teria tantas crianças na rua, tanta violência que nem está tendo agora. Porque o que está faltando é mais **humanidade**, as pessoas acreditarem mais um pouquinho.

9. Olha, ser obrigada não, mas ajuda se puder, né. **Ninguém é obrigada a ajudar,** mas se puder e tiver condições de ajudar...

10. Obrigação não sei se tem não. **Mas se eles saíssem lá de dentro da empresa deles e olhassem o mundo aqui fora eles ia ver que tem muito povo que necessita de ajuda deles.** Eu acho que um pouquinho, o mínimo que eles tirassem não ia fazer falta, não ia fazer tanta diferença pra eles.

11. Não é obrigação, eu não acho. **Eu acho que é amor.** Porque o amor supera tudo.

12. Obrigação eu acho que não, seria um gesto de caridade, de apoio.

Mesmo para aqueles que acreditam não haver obrigatoriedade legal, ficou evidente o consenso de que deveria haver uma consciência moral. Para todos eles a empresa deveria sensibilizar-se com a questão da desigualdade social e entrar com a sua parcela de participação e contribuição. Partem do princípio de que se há condições financeiras há o dever moral de ajudar. Se não o fazem, pecam por omissão ou egoísmo.

Demonstram, por ter sua sobrevivência ameaçada diariamente, solidariedade nas menores expressões, e nos dão lições quando percebem que o caminho está no ato de repartir, de compartilhar.

8ª) QUESTÃO: O QUE VOCÊ ESPERA DA EDUCAÇÃO?

A VISÃO EXTERNA

1. É importante pra mim **porque as crianças aprende mais das coisas.** É importante porque ela é muito inteligente e pode aprender mais. **O que eu não aprendi eu quero que minha filha aprende.**

2. **Educação é importante pra os nossos filhos saber crescer do jeito de boa maneira,** uma vida mais saudável. **Que ele seja honesto.**

3. Ensina. Eu espero que a minha filha **aprenda tudo que tem de aprender de bom nessa vida, não de errado.** É por isso que eu botei ela mais cedo que é pra ela ir botando na cabeça que a gente tem que estudar, **a gente tem que crescer no caminho certo.** Eu não tenho meus estudos, o pai teve um pouquinho. E eu não quero este problema para os meus filhos.

4. Espero ensinar **tudo de bom pra eles aprenderem o que eu não pude aprender.**

5. Eu espero que ele tenha uma boa aprendizagem, que aprende o que tiver que aprender, o essencial. **Pro futuro, que futuramente ele venha progredir em alguma coisa.**

6. Eu quero que ele tenha um bom comportamento, uma disciplina, uma educação melhor. **Abrir a mente deles para aprender várias coisas, não só aquele mundinho que agente vive dentro de casa. Aprender bem mesmo as coisas do mundo, droga, tudo, porque a**

- gente explica, explica, mas dentro de casa não tô vendo nada.** Dentro da escola, junto com outros jovens que já tenham problemas com certas coisas eles vão aprendendo mais.
7. Aprender tudo. **Ser alguém na vida. Já que eu não fui eu quero que eles sejam alguma coisa na vida.** A outra fala que vai ser médica, outra engenheira e a outra dentista.
8. Eu espero que ela aprenda tudo, educação, aprender ler, fazer dever. **Lá na frente vai servir pra ela, pra ela me ajudar, conseguir um emprego bom.**
9. Aprendam muita coisa. **Que possa passar coisas boas, necessidades do mundo e progrida.**

Educação é vista, como bem defendeu Arroyo no capítulo 4, como a porta de entrada para o reino da liberdade e da participação. Para a maioria, somente ela é capaz de salvar as pessoas e transportá-las ao mundo dos incluídos. Acreditam que pela via da educação tem-se a possibilidade de crescimento e mudança da realidade pessoal e da ordem social. A escola é vista como algo complementar à educação familiar, possibilitando a vivência e o acesso a experiências e saberes que a família não pode proporcionar. Delegam à escola uma co-responsabilidade pela educação dos filhos.

Acreditam que pela via da Educação tem a garantia de ser reconhecido e respeitado como cidadão. O amplo acesso ao conhecimento é garantia de acesso, sobrevivência e êxito no mercado de trabalho e na vida. Entretanto, percebemos uma tendência a reduzir educação à educação para o trabalho, para a produção. O sentido de ser alguém na vida está diretamente relacionado ao sucesso profissional. Ser alguém só tem valor enquanto trabalhador inserido no mercado. Mais uma vez a centralidade do trabalho na vida moderna é endossada.

7.1 CONCLUSÕES DA PESQUISA

O mercado globalizado vem atingindo níveis cada vez mais altos de concorrência e sobreviver neste requer uma constante inovação de produtos e serviços, qualidade na produção, e compromisso social com os diversos atores com os quais troca, assim como com o ambiente no qual está inserido. Assim, obter competitividade torna-se uma das principais metas das organizações atuais e ter sua imagem reconhecida ou legitimada socialmente é um dos grandes desafios. A questão da sustentabilidade social e ambiental passa a ser tão relevante quanto a sustentabilidade econômica.

Neste contexto, o discurso e a prática de uma empresa socialmente responsável pode ser vista como uma poderosa ferramenta de estratégia de marketing ou uma postura politicamente correta.

Neste trabalho, nosso recorte se faz na questão da responsabilidade social externa, focando nossa atenção para as relações de Furnas com o espaço comunitário em que atua.

Baseando-nos no universo pesquisado e pautando-nos nos cortes geográfico e temporal deste trabalho, é mister o endosso de que as conclusões aqui elencadas não são aplicáveis, nem caracterizam a empresa como um todo, principalmente se considerarmos o momento transitório pela qual a mesma vem passando. Para tanto, limitamos nossas inferências aos projetos pesquisados junto à sede da empresa e às Usinas de Santa Cruz e São José, ambas no Estado do Rio de Janeiro.

Considerando que os investimentos de Furnas orbitam nas áreas de Educação, Saúde, Meio Ambiente, Assistência Social e Cultura, seus objetivos fixam-se na questão da profissionalização, seja qualificando ou capacitando; na formação da consciência ecológica; na formação da consciência cívica no uso racional da energia elétrica; na promoção de eventos artísticos com foco no resgate e valorização da cultura regional; na melhoria na qualidade de vida das pessoas; e na busca da construção da cidadania nos indivíduos.

Neste trabalho, nossas conclusões basear-se-ão em dois focos: na existência e qualificação da responsabilidade social externa e na avaliação da efetividade das ações sociais quanto à promoção da cidadania.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EXTERNA

A organização mostra-se socialmente responsável externamente, considerando os parâmetros traçados no referencial teórico, pois promove, voluntariamente, ações sociais, numa atuação discricionária. Apesar das ações serem de natureza mais filantrópica e assistencialista, não havendo, portanto, em sua maioria, promoção social, estas não descaracterizam e nem retiram o mérito da atuação social responsável que a organização possui.

QUANTO A CULTURA ORGANIZACIONAL

Internamente, Furnas mostra-se consideravelmente comprometida com a busca permanente da melhoria da qualidade de vida de seus funcionários: tem boas instalações internas, assim como suporte tecnológico; oferece benefícios que estão muito além dos previstos em lei ou daqueles oferecidos pela grande maioria do mercado como empréstimos financeiros, financiamentos, apoio psicológico e psiquiátrico para funcionários e familiares, ginástica laboral, dança de salão, planos de saúde que são extensivos à família, incluindo os pais do funcionário, assistência odontológica etc; seu plano de cargos e salários está sendo revisto no que tange a funções e remunerações; há convênios institucionais que diminuem o custo de cursos, e o clima organizacional, baseado nos depoimentos, é considerado positivo.

O êxito organizacional na questão social deve-se em grande parte à cultura da empresa que parece bastante sedimentada e difundida, pois vem sendo construída e reforçada desde a prática das ações compensatórias, há mais de 40 anos.

Todo o investimento social de Furnas pauta-se na questão do **voluntariado**. É o corpo funcional quem lhe dá existência. A atuação dos Comitês Furnas da Ação da Cidadania, nos quais os funcionários participam de diversas atividades, cedendo seu tempo gratuitamente, tem a contrapartida organizacional resumida ao apoio à infraestrutura - transporte, instalações físicas, telefone etc.

Inferimos que a perpetuação deste valor na cultura organizacional é sustentada muito mais pelo funcionariado do que efetivamente pela empresa em suas políticas internas. O investimento da empresa em termos de capital é bastante direcionado para a questão cultural através da promoção de eventos artísticos. Uma mudança sensível começa a acontecer com a

implantação da política social, na qual projetos sociais vencedores de concursos internos são inteiramente financiados, por um tempo determinado, pela organização. Hoje, no entanto, há ainda uma parcela considerável dos projetos sustentada, financeiramente, somente pela doação voluntária dos empregados de Furnas.

Nesta questão da ação voluntária, entretanto, é mister definir a existência de duas ações distintas: aquela baseada na doação do tempo e do trabalho profissional do funcionário e aquela baseada na doação financeira apenas, sem comprometimento ou engajamento pessoal na realização de alguma ação. Esta última apresenta-se em menor número, havendo menos de 100 (cem) funcionários na ativa que se propõe a contribuir. Ambas as ações dão suporte, fortalecem e sustentam o programa de ação social da organização.

Entretanto, apesar da cultura organizacional se mostrar consistente em relação à causa social, ainda não foi capaz de sensibilizar a grande maioria dos funcionários a ponto de se comprometerem com as ações dos comitês, através de doações financeiras ou do trabalho voluntário. A causa social é apoiada no discurso, mas a mentalidade e a disponibilidade para agir ainda se limitam às boas intenções, não passando para o plano da atuação efetiva.

QUANTO A ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS

Até o ano de 2002 a organização desenvolvia suas ações sociais de maneira desarticulada, sem uma coordenação unificada, ou seja, cada departamento desenvolvia seus projetos, assim como os comitês, sem haver articulação, troca entre estes, ou um setor maior que concatenasse as ações num único conjunto. Muitas vezes, segundo depoimentos internos, haviam ações que eram desenvolvidas por outros departamentos, unidades regionais ou comitês sob o total desconhecimento da direção da empresa, podendo incorrer em equívocos que comprometessem o nome da mesma. Contudo, acreditamos que a nova estrutura organizacional, a partir da figura desta nova superintendência, modifique este quadro a medida que uma de suas missões é coordenar e articular todos os projetos desenvolvidos pela empresa.

Furnas atua socialmente através de parcerias com entidades do terceiro setor como associações de moradores, creches, escolas comunitárias, centros de saúde, ONGs e entidades filantrópicas. Além dessas organizações também tem parcerias com diversas prefeituras. A parceria é feita a partir de propostas advindas dessas entidades para um trabalho conjunto ou

por indicação dos próprios funcionários que conhecem as instituições, avaliando a ação social junto a esta.

QUANTO A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES

O processo de elaboração das ações sociais, em que se define o que e como será implantado, parece ocorrer de maneira isolada. A prática da organização caracteriza-se por um momento inicial em que as demandas das comunidades são coletadas e analisadas. Há, portanto, legitimidade no atendimento das necessidades locais à medida que a solicitação parte da comunidade - não há imposição por parte da organização. Entretanto, cumprida esta espécie de ouvidoria pública, a empresa inicia o processo de planejamento dos projetos, não se preocupando, neste momento, com a participação e a construção coletiva da ação.

Terminada a elaboração da ação mais indicada, os representantes da organização retornam à comunidade prontos para executá-la, sendo, então, retomada a participação da mesma. O processo de implementação e execução das ações é acompanhado por ambos os lados, empresa e comunidade, havendo troca de informações para o aperfeiçoamento da mesma. Neste momento, a organização se preocupa em estabelecer um diálogo aberto em que a fala seja compreendida, e um diálogo se estabeleça. Assim, nesta etapa, parece-nos haver um princípio de ação comunicativa entre ambos.

QUANTO A AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

Findo formalmente o projeto, não se registra um processo efetivo de avaliação de impactos e resultados. Por não haver sistematização deste processo, quando ocorre, caracteriza-se por uma preocupação essencialmente quantitativa, não assegurando, entretanto, a efetividade nos resultados esperados.

Contudo, considerando que a *organização comunitária* e a *autosustentabilidade* são alguns dos grandes critérios para aprovação e sustentação de projetos, parece-nos incoerente não haver mecanismos de avaliação pós-projeto no sentido de saber se os mesmos foram capazes de dar prosseguimento, auto-sustentando-se de maneira organizada.

Para promover a emancipação social, conforme mencionado pela superintendência, é mister que haja um acompanhamento após o término da ação. O momento de “independência”

do órgão fomentador exige uma maturidade que muitas vezes a comunidade ainda está adquirindo, não sendo capaz de fazê-la sozinha.

Boff (1986:34) afirma que: “O povo aprende fazendo, ou seja, seu aprendizado não é conceitual, não passa pelos livros, mas pela realidade viva. Este se convence de seu poder a partir de ações concretas.” Dizer para as pessoas que elas precisam se organizar para se autosustentarem muitas vezes é tão intangível quanto o é esta palavra para elas. Ter ferramentas e não saber usá-las criticamente também não levará estas pessoas a lugar algum. Fecha-se assim num discurso falacioso. É preciso instrumentalizá-las com um pensar crítico, inserindo a dimensão política no processo educativo.

Cabe aqui ressaltar que, dos projetos acompanhados nesta pesquisa, alguns por razões estruturais ou financeiras, não se mostraram capazes de se autosustentarem, havendo apenas um que se destaca neste sentido – o cuidador de idosos -, mas este não é um produto elaborado pela comunidade nem executado na mesma, mas sim para a mesma. Parte de sua sustentabilidade ainda é garantida pela estrutura física e profissional dos técnicos de Furnas que o idealizaram, estando sua independência limitada à questão financeira.

QUANTO AOS OBJETIVOS DOS PROJETOS: A CIDADANIA

Outra questão que merece destaque é a intenção da empresa em garantir a promoção da cidadania em suas ações.

Em seus balanços sociais este discurso é ratificado:

“Cumprindo seu papel de empresa pública, com ações concretas em projetos sociais e ambientais. Hoje, a empresa que mais fornece energia elétrica também **constrói cidadania**”

(Balanço Social / 1998 – Grifos do autor)

“Com o crescimento da dupla atuação de Furnas – **gerando energia e também cidadania** – nosso fio condutor é a transformação, presente tanto na atuação empresarial quanto no papel social que Furnas vem consolidando junto a sociedade brasileira. (...) Os resultados da afirmação do respeito à vida, no investimento em melhorias da qualidade de vida, da utilização da **educação como principal arma para conscientizar a população de seus direitos e deveres** são evidentes, traduzidos na trajetória de Furnas em conceitos universais que marcam sua presença no cenário nacional: **Cidadania Empresarial e Responsabilidade Social**”

(Balanço Social / 2001 - Grifos do autor)

“Indo muito além de suas obrigações legais e das ações compensatórias decorrentes de sua atuação, FURNAS vem gerando energia e tem trabalhado

na exclusão, na promoção da cidadania e no desenvolvimento social das comunidades onde atua” (Balanço Social 2001/ Grifos do autor).

Todavia, este é um tema que requer um certo cuidado em sua análise visto que sua amplitude conceitual permite interpretações que podem facilmente induzir-nos ao equívoco do reducionismo.

Avaliar se Furnas em suas ações promove ou não cidadania, significa antes compreender qual seria a sua leitura conceitual, bem como daqueles que recebem tais ações.

Pelos textos institucionais e pelos depoimentos obtidos através das entrevistas junto ao corpo gerencial, percebemos que o termo assume, num sentido mais stricto, o conhecimento dos direitos e cumprimento dos deveres. Contudo, encontraremos outras noções que atuam periféricamente, complementando esta idéia, como a solidariedade com o próximo, esta tão incentivada na política social da empresa.

Nesta ótica, considerando toda mobilização interna para o comprometimento com a questão social e a ênfase nos projetos educativos com foco no uso racional de energia, na preservação do meio ambiente e na formação profissional, a organização demonstra coerência entre a idéia postulada e a prática exercida. Consideramos, pois, que há um exercício de promoção da cidadania nestas ações especificamente, ou, na melhor das hipóteses, um princípio de formação de consciência social.

QUANTO A EFETIVIDADE DAS AÇÕES A LUZ DA CIDADANIA

Nas ações sociais pesquisadas não encontramos uma atuação profissional que, mediada por uma metodologia estruturada, objetivasse a construção coletiva, crítica e dialógica da cidadania no processo educativo.

Constatamos que os profissionais que compõem o nível estratégico da organização possuem o conhecimento técnico necessário, à medida que elaboraram um material didático consistente para nortear sua prática, mas falta articulação e planejamento estrutural para um preparo mais efetivo dos profissionais que participam como voluntários da execução das ações. O despreparo técnico dos voluntários e a falta de tempo e de pessoal para o acompanhamento que estas ações exigem para gerar consciência cívica, talvez justifique a dificuldade em se promover a cidadania nas ações sociais pesquisadas.

Nos projetos pesquisados como a *Oficina do Saber*, o *Cuidador Informal de Idosos*, o *Adolescente Treinando*, o *Multiplicador de Informática* e o de *Coleta Seletiva*, percebemos

que há uma preocupação com a promoção da cidadania, mas esta passa à margem de todo o processo. A expressão compõe o universo social do trabalho, mas a falta de clareza no entendimento impossibilita seu desenvolvimento efetivo.

A questão da desinformação ou da falta de um conhecimento mais aprimorado sobre o que de fato significa a formação cidadã para os profissionais voluntários, gera, da parte destes, um exercício descomprometido, desvinculado e distante de uma prática crítica e efetiva que possibilite a emancipação das pessoas. O discurso se esvazia da política tão necessária para a mudança social, reduzindo a ação voluntária à questão solidária pautada exclusivamente na intenção de ajudar.

Por esta razão, parece-nos haver um descompasso entre o que reza a premissa de que educação é a principal arma para conscientização das pessoas em seus direitos e deveres, conforme expressa no texto institucional, e a efetivação da mesma. A premissa denota a crença da organização de que a educação é o caminho para a promoção da cidadania, mas, simultaneamente, a empresa mostra-se ainda imatura instrumental e politicamente para fazê-la. Cabe ainda ressaltar que a associação entre educação e cidadania não pode se fazer de maneira automatizada, colocando a segunda como consequência direta da primeira. O acesso à educação, ao saber formal, ao saber que mais castra do que liberta, mais tutela e controla do que emancipa, não nos dá a garantia da formação cidadã.

Ter acesso ao saber para nós é ponto de honra, mas tê-lo não nos dá o exercício nem a vestimenta de cidadão.

A impressão que fica deste descompasso na organização coincide com a assertiva de Arroyo (1989) de que reduzir a questão da cidadania à moralização-educação para um bom convívio social é torná-la estéril de sua função maior. Não basta reformar escolas ou ainda construí-las e dotá-las de estrutura física e material para acreditar que a educação será melhor qualitativamente. Para promover uma educação eficaz é necessário tempo, compromisso e leitura crítica do mundo e das relações que nele se constroem e se estabelecem cotidianamente. É missão, portanto, da educação, resgatar a política na formação do homem e torná-lo capaz de propor alternativas.

Não nos compete aqui avaliar se esta ação é ou não boa para a empresa, mas avaliar até onde há coerência e sintonia entre o que é divulgado enquanto intenção e o que é realizado.

Acreditamos, no entanto, que, se no escopo das ações pesquisadas, considerarmos por promoção da cidadania, não o conceito em sua plenitude, mas parcialmente, como a prática de inserção no mercado de trabalho, vinculada à questão produtiva, e a de formação de valores

éticos e morais, podemos então afirmar que a empresa propicia a promoção de uma cidadania assistida, com uma dependência da organização. Possibilita, portanto, a autosustentação (viés econômico), mas não a autopromoção (viés político). Pelo fato de tais ações estarem esvaziadas da questão política e da autonomia crítica, o processo emancipatório não se realiza, porque não se faz sem um sujeito capaz de pensar e conduzir seu destino.

Louvamos os trabalhos desenvolvidos e acreditamos nas intenções humanitárias da empresa em contribuir com a mudança do nosso quadro social, mas não podemos perder de vista que o trabalho social se desenvolve com pessoas que têm seus direitos básicos usurpados, numa sobrevivência ameaçada cotidianamente. Não nos cabe, portanto, amadorismos ou leituras românticas e ingênuas da sociedade, suas dinâmicas e contradições. Não será com ações paliativas e efêmeras que a nova ordem social se estabelecerá, muito ao contrário, elas alimentarão esse círculo vicioso que ainda a muitos convêm.

Sugestões para Novas Pesquisas

Qualquer trabalho de pesquisa, considerando suas limitações, não se esgota em si mesmo. Buscamos aqui responder alguns questionamentos que certamente ampliam o horizonte para outros novos que surgem no processo. Nesta ótica, outras dimensões relativas ao objeto de estudo se fizeram presente, gerando lacunas que não puderam ser respondidas dentro do universo da pesquisa. Por tal, ficam registradas abaixo algumas sugestões de continuidade ou de complementaridade desta pesquisa.

1) Poderia ser extremamente rico explorar o ambiente da organização daqui a dois ou três anos após toda a reestruturação administrativa e a criação da Superintendência de Coordenação de Responsabilidade Social a fim de verificar se as ações sociais se integraram e se o investimento em ações de longo prazo assumiram maior papel, saindo de uma linha de assistência social para uma de promoção social.

2) Como a idéia de organização comunitária e autosustentabilidade perpassa os projetos de longo prazo, seria interessante a aplicação de alguns modelos de avaliação que de fato pudessem mensurar qualitativamente os impactos locais nas comunidades e avaliar o grau de transformação social obtido com estas.

3) Como o conceito de cidadania empresarial encontra-se presente no discurso da empresa, uma sugestão de pesquisa seria verificar se este se estende por toda sua cadeia produtiva e como se desenvolve este processo.

4. BIBLIOGRAFIA

ALVES-MAZZOTTI, A., GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais*. Pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

ANDERSON, P. *O Fim da história*. De Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ARENDT, H. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1993.

ASHLEY, P. A. (org.) *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.

ASHLEY, P. A.; COUTINHO, R. G.; TOMEI, P. A. Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa. In: ENANPAD, 26, 2000, Florianópolis, *Anais...* Florianópolis. 1 CD-ROM.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições 70, 1977.

BOFF, C. *Como trabalhar com o povo: metodologia do trabalho popular*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOUDON, A. Social s.a. Credibilidade que dá lucro. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 56, n 2, p.31-35. fev 2002.

BOURDIEU, P. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BUFFÁ, E., ARROYO, M., NOSELLA, P. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* 10 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CASTRO, M. et alii. *Cultivando vida desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

CAVALCANTI, R. N. T. *Conceito de cidadania: sua evolução na educação brasileira a partir da república*. Rio de Janeiro: Senai, 1989.

CHANLAT, J. A caminho de uma nova ética das relações das organizações. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 32, n 3, p. 68-73, jul./ago. 1992.

CHARLOT, B. *A mistificação pedagógica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CHOMSKY, N. *11 de setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COELHO, S. C. *Terceiro setor: um estudo comparado entre o Brasil e os Estados Unidos*. 2 ed. São Paulo: Senac, 2000.

CRUVINEL, E. F. V. *Responsabilidade social das organizações: um estudo de caso no Banco Central do Brasil*. 1999. 154f. Dissertação (mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública – FGV/EBAPE, Rio de Janeiro, 1999.

DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1985.

_____. *O charme da exclusão social*. Campinas, SP: editores associados, 1998.

_____. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas, SP: editores associados, 1995.

_____. *Saber pensar: guia da escola cidadã*. 2 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

_____. *Menoridade dos mínimos sociais*. Encruzilhada da assistência social no mundo de hoje. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

DIMENSTEIN, G. *O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Ática, 1993.

DINIZ, E. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DRACHE, D. Globalização: o grande medo. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo – RAUSP*, São Paulo, v. 34, n 1, p. 9-28, jan./mar. 1999.

DRAIBE, S., HENRIQUE, W. Welfare State, crise e gestão da crise. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 3, n 6, p. 53-78, 1988.

ECO, U. *Como se faz uma tese*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1988.

ENRIQUEZ, E. Os desafios éticos nas organizações modernas. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 37, n 2, p. 6-17, abr./jun. 1997.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, R.C. *Público porém privado*. O terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FISHER, R.M., FALCONER, A.P. Desafios da parceria governo e terceiro setor. *Revista de administração (FGV/EAESP)*, São Paulo, v. 33, n 1, p. 12-19, jan./mar. 1998.

FISHER, T., Schommer, P.C. Cidadania empresarial no Brasil: os dilemas conceituais e a ação de três organizações baianas. *Publicação da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia - O&S*, v. 6, n15, mai./ago. 1999.

FLEURY, S. *Estado sem cidadãos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FOSSA, M. T. SARTORETTO, D. M. Responsabilidade social empresarial e comprometimento organizacional: uma relação possível? In: ENANPAD, 26, 2002, Salvador. *Anais...* Salvador. 1 CD-ROM.

FRANCO, A. de. *Capital social*. Brasília: Millenium, 2001.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática pedagógica. 16 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Política e educação: ensaios*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Educação como prática de liberdade*. 26 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FPNQ - *Fundação Para o Prêmio Nacional da Qualidade*. Critérios de Excelência: o estado da arte da gestão para a excelência do desempenho. São Paulo, 2001.

FRIDMAN, L.C. *Globalização e cosmopolitismo*. Caderno Idéias. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 06 jan. 2001. Disponível em:
<http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cadernos/ideias/2001/01/05>

FURNAS Centrais Elétrica S.A. *O fio que nos une*. Energia vital e desenvolvimento humano. Balanço Social, 1999.

_____. *O fio que nos une*. Competência e solidariedade. Balanço Social, 2000.

_____. *O fio que nos une*. Energia e cidadania. Balanço Social, 2001.

GADOTTI, M., GUTIÉRREZ, F. *Educação comunitária e economia popular*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GARAY, A. B. Programa de voluntariado empresarial: modismo ou elemento estratégico para as organizações? *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 36, n 3, p. 6-14, jul./set. 2001.

_____. Discutindo a ação social do empresariado: desafios para os profissionais de rh. In: ENANPAD, 26, 2002, Salvador. *Anais...* Salvador. 1 CD-ROM.

GENTILI, P., SILVA, T. T. da. *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

GIDDENS, A. *Mundo em descontrolé*. O que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Conversas com Antony Giddens*. O sentido da modernidade. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GONÇALVES, J.C. de S.; MENDONÇA, J.R. de. Responsabilidade social nas empresas: uma questão de imagem ou substância? In: ENANPAD, 26, 2002, Salvador. *Anais...* Salvador. 1 CD-ROM.

GRAU, N.C. *Repensando o público através da sociedade*. Novas formas de gestão pública e representação social. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

GUIMARÃES, H. M. Responsabilidade social da empresa: uma visão histórica de sua problemática. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 24, n 4, p. 211-219, out./dez. 1984.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOBBSBAWN, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KLIKSBERG, B. *O desafio da exclusão social*. Para uma gestão social eficiente. São Paulo: Fundap, 1997.

KYNLICKA, M., NORMAN, W. El retorno del ciudadano: una revisión de la producción reciente en teoría de la ciudadanía. *Cuadernos del CLAEH*, Montevideu, n 75, p. 81-112, 1996.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

LANDIM, L. *Para além do mercado e do estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

LAZARI, S.S. *Disseminação da responsabilidade social na cadeia produtiva: o caso METAPAR*. 2002. Dissertação (mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública – FGV/EBAPE, Rio de Janeiro, 2002.

LDB – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*: lei nº 9394/96. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEAL, S. A outra face da crise do estado de bem-estar social: neoliberalismo e os novos movimentos da sociedade do trabalho. *Caderno de Pesquisa da Unicamp*. Campinas, SP, n 13, 1990.

LOURENÇO, A.G., SCHRÖDER, D.S. Vale investir em responsabilidade social empresarial? Stakeholders, ganhos e perdas. *Concurso Nacional do Prêmio Ethos-Valor*, 2002.

MASI, D. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

MACINTOSH, M., (et alii). *Cidadania corporativa: estratégias bem-sucedidas para empresas responsáveis*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MOBILIZAÇÃO. *Betinho e a cidadania dos empregados de Furnas*. Rio de Janeiro: Comitê Furnas da Ação da Cidadania, 1998.

NETO, F P. de M, FROES, C. *Gestão da responsabilidade social e corporativa*. O caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

_____. *Responsabilidade social e cidadania empresarial*. A administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

OFFE, K. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PASSET, R. *A ilusão neoliberal*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PEREIRA, L.C.B. *Reconstruindo um novo estado na América Latina*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em: 17/05/2003.

PIAGET, J. *A equilibração das estruturas cognitivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

– PINTO, L. F. da S. *Gestão cidadã: ações estratégicas para a participação social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

POLANYI, K. *A grande transformação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAMONET, I. *Geopolítica do caos*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ROSANVALLON, P. *La crise de l'état-providence*. Paris: Seuil, 1984.

SANTOS, B. de S. *A Crítica da razão indolente*. Contra o desperdício da experiência. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHOMER, P.C. Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado. *Publicação da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia*. O&S, v. 7, n 19, set./dez. 2000.

SERVITJE, L. *Filantropia y responsabilidad social*. La inversión social. Um reto para la empresa. Centro Mexicano para la Filantropia, s/d.

TENÓRIO, F. G. *Flexibilização organizacional: mito ou realidade?* Rio de Janeiro: FGV, 2000.

TENORIO, F. G., ROZEMBERG, J. E. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. *Revista de Administração Pública*, (RAP/EBAP), v. 31, n 4, jul./ago. 1997.

_____. *Tem razão a administração?* Ensaios de teoria organizacional e gestão social. Ijuí: Unijuí, 2002.

_____. Globalização e gestão social. *Revista de Administração Pública*. (RAP/EBAP), v. 31, n 2, mar./abr. 1997.

THUROW, L.C. *O futuro do capitalismo: como as forças econômicas de hoje moldam o mundo de amanhã*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

TOMEI, P. A. Responsabilidade social das empresas: análise qualitativa da opinião do empresariado nacional. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 24, n 4, p. 189-202, out./dez. 1984.

TORRES, C. *Um pouco da história do balanço social*. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/historico.html>. Acesso em: 03 jan. 2001.

TORO, J. B. WERNECK, N.D. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABEAS, UNICEF, 1997.

URDAN, A. T. Os consumidores recompensam o comportamento ético? *Revista de Administração*. São Paulo, v. 36, n 2, p. 6-15, abr./jun. 2001.

VELHO, G., ALVITO, M. *Cidadania e violência*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 2000.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VERGARA, S. e BRANCO, P. Empresa humanizada: a organização necessária possível. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 41, n 2, p 20-30, abr/jun. 2001.

WILKE, J. Responsabilidade social leva a bons resultados. *Jornal Gazeta Mercantil*, Rio de Janeiro, 23 outubro 2002.

SITES CONSULTADOS

www.ajudabrasil.com.br

www.coepbrasil.org.br

www.ethos.org.br

www.furnas.com.br

www.gife.org.br

www.ibase.br

www.ipea.gov.br

www.planalto.gov.br

www.senado.gov.br

www.senna.globo.com

5. ANEXOS

ENTREVISTA A FUNCIONÁRIOS DE FURNAS

- Pesquisa: Avaliação das Ações Sociais Externas de Furnas na área de Educação -

Nome: _____ Cargo: _____ Departamento: _____

1. Qual a visão institucional sobre o significado de Responsabilidade Social, Cidadania e Emancipação?
2. Quais são as áreas em que a empresa atua em Responsabilidade Social?
3. Desde quando vocês investem em projetos sociais?
4. Há projetos permanentes?
5. Quem participa da elaboração do projeto?
6. Quem são os atores da execução do projeto?
7. A comunidade participa da avaliação dos projetos?
8. Como estes resultados são mensurados?
9. Existe uma metodologia de avaliação do impacto das ações?
10. Na área de educação, quais são os objetivos e resultados estabelecidos para os projetos?
11. Existe divulgação interna das ações sociais desenvolvidas por Furnas?
12. Qual a repercussão no público interno?
13. A empresa estimula o trabalho voluntário? Quais?
14. O funcionário tem autonomia para selecionar ou indicar projetos e/ou entidades a serem apoiados?
15. Há diferença entre as ações sociais desenvolvidas como consequência da atividade-fim da empresa e ações sociais desvinculadas dessas ações?

ENTREVISTA À COMUNIDADE

- Pesquisa: Avaliação das Ações Sociais Externas de Furnas na área de Educação -

Comunidade: _____ Projeto: _____

Área: _____ Objetivo: _____

Período: _____

1. Como foi realizado o primeiro contato de Furnas com a comunidade?
2. Quem participa do processo de escolha dos participantes do projeto?
3. Como as ações são planejadas?
4. Os resultados das ações são duradouros? Por que?
5. O que é Responsabilidade Social para você?
6. O que é cidadania para você?
7. Estas ações sociais desenvolvidas têm haver com cidadania? Por que?
8. Em sua opinião, quais são as intenções de Furnas ao investir nessas ações sociais?
9. Você acredita que a empresa deva contribuir com a sociedade?